UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

DANILO VALENTIN PEREIRA

Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012.

São Paulo
2015

DANILO VALENTIN PEREIRA

Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo – para obtenção do título de mestre em Ciências.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 14 de outubro de 2015. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração: Mudança Social e Participação Política.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Pereira, Danilo Valentin

Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social :
um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo
no estado de São Paulo no período 2000-2012 / Danilo Valentin Pereira ;
orientador, Bernardo Mançano Fernandes. – São Paulo, 2015
159 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de
Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Sociologia rural. 2. Movimentos sociais rurais - São Paulo -
2000-2012. 3. Questão agrária. 4. Mudança social. 5.
Participação política. I. Fernandes, Bernardo Mançano, orient. II.
Título

CDD 22.ed. – 307.72

Nome: PEREIRA, Danilo Valentin

Título: Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo – para obtenção do título de mestre em Ciências.

Aprovado em: 14 / 10 / 2015

Banca Examinadora

Prof. Dr.: Bernardo Mançano Fernandes

Instituição: EACH - USP

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.: Marcos Bernardino de Carvalho

Instituição: EACH - USP

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Profa. Dra.: Larissa Mies Bombardi

Instituição: FFLCH - USP

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Ao meus pais, irmãos e companheira pela ajuda que deram, da forma que podiam, para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meu pais João e Nil, que sempre me apoiaram, ajudaram e compreenderam minha caminhada até aqui.

Aos meus irmãos Gustavo e Lucas, que assim como meus pais sempre estiveram presentes.

À minha companheira Carol, pela ajuda e pela compreensão nos momentos que precisei me afastar para a pesquisa de campo, eventos científicos, reuniões...enfim.

Aos amigos de mestrado, de graduação, de grupo de pesquisa e de infância pelos debates, trocas de ideia e ajuda de diversas formas ao longo desta pesquisa

Ao professor Bernardo pela orientação desde a graduação.

Aos professores Marcos e Larissa por aceitarem os convites de banca examinadora na qualificação e defesa.

Aos camponeses e camponesas que me receberam nos assentamentos da reforma agrária, lutadores que nos motivam e nos ensinam um outro modelo de desenvolvimento para o campo.

AGRADECIMENTOS - APOIO INSTITUCIONAL

À Universidade de São Paulo (USP) e à Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) pela estrutura e professores oferecidos durante o curso do mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa de mestrado de março de 2014 a setembro de 2015, processo nº 2013/128679, para a realização desta pesquisa.

Um mapa do mundo que não incluía Utopia não merece ser olhado já que deixa de fora o único país no qual a humanidade está sempre desembarcando. E quando a humanidade chega ali, olha para o horizonte e, ao ver um país melhor, zarpa em sua busca. O progresso é a realização de Utopias.

(Oscar Wilde)

RESUMO

PEREIRA, D. V. **Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social:** um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Propomos esta pesquisa para contribuir com o debate sobre participação política, tendo como objeto de estudo as manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo e as políticas públicas reivindicadas, para melhor compreensão da questão agrária e do desenvolvimento territorial rural. Entendemos essas ações dentro do processo de luta pela e na terra, pois além de reivindicarem territórios que se materializam em assentamentos rurais, os movimentos reivindicam também políticas públicas visando desenvolver os territórios conquistados. Utilizando o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), fontes bibliográficas, documentais e trabalhos de campo, realizamos um estudo das manifestações do período 2000 a 2012, tendo como recorte espacial o estado de São Paulo. Com os dados das manifestações e suas reivindicações realizamos trabalho de campo em dois assentamentos rurais no estado de São Paulo: o assentamento “Gleba XV de Novembro”, nos municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana, e o assentamento “Fazenda Reunidas”, no município de Promissão. A intenção foi de verificar se houve relação entre o reivindicado nesses últimos anos e as políticas públicas implementadas nesses territórios. O objetivo deste projeto é compreender a importância das manifestações camponesas como participação política de movimentos organizados para reivindicação, definição e implementação de políticas públicas para o os seus territórios.

Palavras-chave: participação política, manifestações camponesas, questão agrária, paradigmas, políticas públicas, desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

PEREIRA, D. V. **Political participation, territorial development and social change:** a study of the manifestations of socio-territorial movements of the field in the state of São Paulo in the period 2000-2012. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

We propose this research to contribute to the debate on political participation, with the object of study the manifestations of socio-territorial movements of the field in the state of São Paulo and the claimed public policy, to better understand the agrarian question and the rural territorial development. We believe these actions within the campaign for and on land, as well as claim territories that materialize in rural settlements, movements also claim public policies aimed at developing the conquered territories. Using the Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), bibliographic sources, documentary and field work, carried out a study of the manifestations of the period 2000-2012, with the spatial area the state of São Paulo. With the data of the demonstrations and their claims conducted fieldwork in two rural settlements in São Paulo: the settlement "Gleba XV de Novembro" in the municipalities of Euclides da Cunha Paulista and Rosana, and the settlement "Fazenda Reunidas", in municipality of Promissão. The intention was to check whether there was a relationship between the claimed in recent years and the public policies implemented in these territories. The objective of this project is to understand the importance of peasant demonstrations as political participation of organized movements to claim, definition and implementation of public policies for their territories.

Keywords: political participation, peasant demonstrations, land issues, paradigms, public policy, territorial development.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –São Paulo – Geografia das Manifestações do Campo – 2000- 2012 – Número de manifestações por municípios	47
Mapa 2 - São Paulo – Geografia das Manifestações do Campo – 2000- 2012 – Número de pessoas em manifestações por municípios	48
Mapa 3 – São Paulo – Localização dos municípios onde esta o assentamento Gleba XV de Novembro	106
Mapa 4 – São Paulo – Localização do município do assentamento Reunidas	116
Prancha 1 – São Paulo – Espacialização dos tipos de manifestações por municípios – 2000-2012	60
Prancha 2 – São Paulo – Espacialização dos tipos de manifestações por municípios – 2000-2012	61
Prancha 3 – São Paulo – Espacialização dos tipos de manifestações por número de pessoas – 2000-2012	62
Prancha 4 – São Paulo – Espacialização dos tipos de manifestações por número de pessoas – 2000-2012	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – São Paulo – Número de manifestações e pessoas por região administrativa – 2000-2012	44
Tabela 2 - São Paulo – Tipologias das manifestações – 2000-2012	51
Tabela 3 – São Paulo - Assentamentos rurais realizados no Estado de São Paulo (1980 – 1985)	108
Tabela 4 – São Paulo – Assentamentos de reforma agrária (1980-1993)	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – São Paulo – Movimentos socioterritoriais e organizações atuantes em manifestações por regiões administrativas – 2000-2012	69
Quadro 2 – São Paulo – Quadro 2 – São Paulo – Reivindicações das Manifestações de Campo – 2000-2012	73
Quadro 3 – Assentamento Gleba XV de Novembro e as políticas públicas para o desenvolvimento territorial – 1980-2015	113
Quadro 4 – Assentamento Reunidas e as políticas públicas para o desenvolvimento territorial – 1980-2015	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma de metodologia de trabalho	31
Figura 2 – Notícia de jornal digitalizada	31
Figura 3 – Notícia retirada do site do MST	32
Figura 4 – Planilha de registro da Categoria Manifestações do DATA LUTA	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Metodologia da pesquisa	29
CAPÍTULO 1 - Histórico e tipologia das manifestações camponesas no estado de São Paulo (2000-2012)	38
1.1. A espacialização da luta pela terra	39
1.2. Tipologia das Manifestações do Campo	50
1.3. Os espaços das ações	64
1.4. Os movimentos socioterritoriais e organizações atuantes	68
1.5. As reivindicações	72
CAPÍTULO 2 - Políticas públicas para o desenvolvimento territorial (camponês – agricultor familiar)	74
2.1. O território e o desenvolvimento territorial	75
2.2. Disputa paradigmática para o desenvolvimento territorial: PQA x PCA	80
2.3. A modernização da agricultura no Brasil: as políticas de desenvolvimento para o campo da décadas de 1960 aos anos 1990	96
CAPÍTULO 3 - Assentamento Gleba XV de Novembro (Euclides da Cunha Paulista/Rosana) e Assentamento Reunidas (Promissão): manifestações e políticas públicas, autonomia e subordinação	104
3.1. O Assentamento Gleba XV de Novembro: criação e as políticas públicas identificadas	105
3.2. O Assentamento Reunidas: criação e as políticas públicas identificadas	114
3.3. Políticas Públicas nos territórios camponeses Gleba XV e Reunidas: autonomia e subordinação	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

Rei sem nome

*É manhã estradeira,
Vem o sol,
De um reino errante,
Sufoca o murmúrio da noite,
Mostra as cores dos jardins [...]*

(Professor Ademir Ferreira dos Santos, 2013. Continua...)

Este estudo visou estabelecer a relação entre as manifestações realizadas pelos movimentos socioterritoriais de luta pela terra com as políticas públicas para os territórios camponeses. O recorte espacial do nosso banco de dados para as manifestações foi o estado de São Paulo e o recorte temporal foi do período de 2000 a 2012. Escolhemos o estado de São Paulo, pois o fato de estarmos localizados nesse estado favoreceria a ida aos territórios camponeses para a pesquisa de campo. O recorte temporal inicia-se em 2000, pois é o ano em que se iniciam os dados fornecidos ao Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA) pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). As manifestações dos movimentos camponeses trazem consigo reivindicações diversas, ou seja, reivindicam políticas que atendam suas demandas nas dimensões econômica, social, política e cultural. Com os dados em mãos, elencamos dois territórios camponeses para avaliar a execução de políticas públicas ao longo dos anos: o assentamento “Gleba XV de Novembro”, localizado nos municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana; e o assentamento “Fazenda Reunidas”, localizado no município de Promissão.

A motivação para esta pesquisa surgiu de uma provocação e um desafio colocado ainda na graduação em Geografia, enquanto membro recém-ingressante de um grupo de pesquisa interessado na questão agrária brasileira e sua conflitualidade: o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA). O NERA nasceu em 1998 com o intuito de organizar, armazenar e sistematizar informações sobre a questão agrária para fomentar análises a respeito dessa temática. Esse grupo de pesquisa é integrado ao Departamento de Geografia

da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Em 1999 foi criado o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), projeto de pesquisa e extensão do NERA que é mantido permanentemente atualizado. O desenvolvimento do DATALUTA contribui com pesquisadores do Brasil e também de outros países como, por exemplo: Cuba, Canadá, Estados Unidos, México, Argentina, Espanha, Bolívia, Uruguai França etc.

O projeto de pesquisa proposto para o mestrado foi uma intenção de dar seguimento à pesquisa de iniciação científica concluída na graduação intitulada *Um estudo sobre as tipologias de manifestações do campo no estado de São Paulo no período de 2000 a 2011*¹. A demanda por um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais camponeses, ou seja, as marchas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, agências bancárias, por exemplo, foi ressaltada em reuniões realizadas pela Rede DATALUTA no ano de 2008.

A Rede DATALUTA foi criada devido a complexidade do tema da questão agrária brasileira. O projeto em comum é a alimentação e manutenção do DATALUTA. A necessidade de obter dados mais rigorosos que contribuíssem para compreender melhor a espacialidade dos eventos de outros estados para os trabalhos em escalas nacionais justificou a formação deste coletivo de pesquisadores. Assim, cada grupo de pesquisa integrante da Rede coleta informações de seu estado e região tornando o banco de dados uma fonte de pesquisa o mais próxima possível no retrato da conflitualidade da questão agrária brasileira. Hoje compõe a Rede DATALUTA, o **Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA)**, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, sob a coordenação do prof. Dr. João Cleps Junior; **Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS)** do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob coordenação do prof. Dr. João Fabrini; **Núcleo de Estudos Agrários (NEAG)**, da Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul, sob coordenação da prof. Dra. Rosa Maria Medeiros; **Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA)**, da Universidade Federal do Mato Grosso, sob coordenação do prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi; O **Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC)**, da Universidade Federal da Paraíba, coordenado pela prof. Dra. Emília de

¹ Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/monografia/mono_danilo_valentin_2012.pdf

Rodat Fernandes Moreira; **Laboratório de Estudos Rurais (LABER)**, da Universidade Federal do Sergipe, coordenado pelo prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho, **Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA)**, da Universidade Federal do Espírito Santo, sob coordenação do profa. Dra. Simone Batista Ferreira e o **Laboratório de Estudos Territoriais (LABET)**, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, coordenado pela prof. Dr. Rosemeire Aparecida de Almeida.

Este trabalho pretende ser uma contribuição recíproca ao projeto DATALUTA. Desde sua criação em 1999 foram sistematizados dados referentes às ocupações de terra e assentamentos rurais como elementos que interessavam no estudo da questão agrária brasileira. Com o avanço das pesquisas, surgiram necessidades de criação de novas categorias para que as análises fossem mais focadas e específicas. Em 2000 e 2003 foram acrescentados ao DATALUTA as categorias Movimentos Socioterritoriais e Estrutura Fundiária, respectivamente.

Até 2008, o DATALUTA teve a seguinte composição de categorias:

- Categoria Ocupações de Terra;
- Categoria Assentamentos Rurais;
- Categoria Movimentos Socioterritoriais;
- Categoria Estrutura Fundiária.

Nas quatro categorias trabalhamos nas escalas municipal, microrregional, estadual, macrorregional e nacional por meio da confrontação de dados de diferentes fontes: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Rede DATALUTA através do DATALUTA *Jornal*². Em 2009 foi criada a categoria *Manifestações do Campo*. Neste mesmo ano, na terceira reunião da Rede, criamos e definimos a metodologia de registro de dados da nova categoria. A criação de um banco de dados sobre as manifestações se deve ao fato da importância que estas ações assumiram nos últimos anos, como mais um elemento relevante para compreendermos a atualidade da questão agrária e, sobretudo, da luta pela terra no Brasil.

² Explicaremos mais adiante na metodologia da pesquisa.

O levantamento bibliográfico para a pesquisa da iniciação científica mostrou que as manifestações dos movimentos camponeses não são objetos de estudo dos interessados na questão agrária brasileira de forma específica, como são os assentamentos rurais ou ocupações de terra, por exemplo. A CPT que, ao longo dos anos, manteve o esforço de registrá-las e publicá-las em seus relatórios. Portanto, nosso trabalho visou contribuir para o entendimento de mais esse fenômeno revelador da conflitualidade.

A expressividade dos números de manifestações no contexto da luta pela terra no Brasil, publicada anualmente nos *Cadernos de Conflitos no Campo Brasil* da CPT e a falta de estudos referentes a elas, justificaram a criação de um banco de dados específico das manifestações dentro do DATALUTA e, por consequência, esta pesquisa.

Etimologicamente, *manifestação* vem do latim “manifestus”, que significa aquilo que é “compreensível, claro, aparente, evidente”, formada por “manus” (mãos) e “festus” (festa). Numa tradução ao pé da letra temos: “fazer festa com as mãos”. De acordo com o Dicionário Aurélio manifestar é: “2. Dar indícios de; 3. Expor, apresentar; 6. Aparecer; 7. Tornar-se visível, descobrir-se.”. E manifestação é: “4. Conjunto de pessoas reunidas publicamente para mostrar ou defender determinadas ideias ou posições.”.

No Brasil, de 2000 a 2012 foram registradas 8.612 manifestações, com uma participação de aproximadamente 5.409.413 milhões de pessoas se manifestando por todo o país. Estes números equivalem a uma média de uma ação contestatória a cada dois dias, como destacam Feliciano e Pereira (2014). Dia sim, dia não, os camponeses estavam reivindicando políticas para seus territórios.

No estado de São Paulo, para o mesmo período, foram 510 manifestações com a participação de aproximadamente 236.959 mil pessoas. Tendo em vista esses números, o que podem significar para a questão agrária brasileira todas essas ações e camponeses mobilizados? Este questionamento e a busca das respostas, diante desta conjuntura, foram outra motivação para o aprofundamento neste estudo.

Com os esforços teóricos iniciais entendemos que as manifestações camponesas são uma forma de espacialização da luta pela terra, conceito trabalhado por Fernandes (1994). Seguindo na análise, observamos que as

manifestações, além de especializarem a luta por reforma agrária, são também ações reivindicativas de diversas políticas para os territórios camponeses.

Temos o entendimento de que as manifestações

[...] são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas. (CPT, 2008, p. 11).

Percebemos que diante dessa interpretação dos atos de protestos, além de seus números expressivos, as manifestações precisavam ser estudadas com mais atenção. Canuto afirma que:

A forma mais comum que os trabalhadores utilizam para apresentar a sua pauta de reivindicações são as Manifestações de Luta: atos públicos, jornadas, marchas, protestos diante de órgãos públicos, ocupações de canteiros de obras, de órgãos públicos, bloqueio de rodovias, acampamentos em frente ou dentro de órgãos públicos, em praças etc. São computadas, também, como manifestações, as Romarias da Terra, ou vigílias, que a CPT e/ou outras pastorais organizam em todo o Brasil [...] As manifestações mostram, de certa forma, os problemas mais graves que atingem os camponeses brasileiros.” (CANUTO, 2010, p. 144-5).

Esses foram nossos pressupostos iniciais para este estudo, ou seja, as manifestações com potencial de reivindicar políticas ou repudiar políticas que não estão de acordo com as necessidades dos camponeses, reivindicar o cumprimento de acordos estabelecidos, colocar para a sociedade e governo a pauta de reivindicações dos camponeses, revelando quais os problemas mais graves que os atingem.

Os dados trazidos pelo Relatório DATALUTA São Paulo 2013³ mostram a intensa conflitualidade existente no campo. Os conflitos, representado em números, são consequência da disputa existente entre duas propostas de modelos de desenvolvimento. Os modelos de desenvolvimento do campo são explicados e expressados por dois paradigmas hoje em disputa: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA), conforme explicam Fernandes (2008; 2013), Felício (2010), Campos (2013) e Camacho (2014).

Fernandes (2013, p. 198) esclarece que “paradigma é uma referência para analisar melhor os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos

³ Disponível em www.fct.unesp.br/nera.

pelas ações das diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura [...]”. Complementa que os paradigmas “representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais.”.

Entendemos a construção do território a partir de relações sociais no espaço baseadas na correlação de forças e poder, como esclarece Raffestin (1993). Assim, a projeção do poder no espaço é que delimita e constrói um território. Esta definição conceitual é fundamental para relacionarmos este entendimento com os conflitos no campo. O movimento que os camponeses realizam é de luta pela terra até sua conquista. Têm como opositores os latifundiários e o agronegócio, com seus territórios apropriados pela lógica capitalista. Ao conquistarem a terra, os camponeses constroem um novo território, não mais capitalista, mas baseado em relações não capitalistas.

A apropriação do território produzido pela lógica capitalista, possibilitará a re-construção do território camponês. Inicialmente, podemos considerar que a apropriação dessa fração do território capitalista pelos camponeses, permite romper, mesmo parcialmente, com o poder das classes dominantes, e assim re-definir as relações de poder nesse lugar [...] Nesse processo de apropriação e controle, a territorialização se inscreve sempre em um campo de poder, não apenas no sentido de apropriação física, material (através de fronteiras jurídico-políticas), mas também imaterial, ou seja, simbólica. Sendo assim, “a imagem ou modelo, ou seja, toda a construção da realidade (no caso, a representação sobre o território), é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem. (SIMONETTI, 1999, p. 8).

Fernandes (2008, p. 2) diz que há uma questão agrária composta “por dois processos que comumente são analisados em separado: conflito por terra e o desenvolvimento rural”, mas não o são. As disputas territoriais, ou seja, os conflitos no campo são entendidos pelo PCA como “um problema conjuntural e podem ser superadas por meio de políticas que possibilitem a ‘integração’ do campesinato ‘ou agricultor de base familiar’ ao mercado capitalista.” (FERNANDES, 2013, p. 199). Esta lógica compreende que o campesinato compõe uma estrutura incompleta e necessita do mercado capitalista para se desenvolver, “[...] campesinato e capital compõem um mesmo espaço político, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma.” (FERNANDES, 2013, p. 199). Segundo Felício (2006), neste modelo

teórico de interpretação da realidade o pequeno produtor rural é conceitualmente o agricultor familiar, submetendo-o à racionalidade do mercado e ao sistema capitalista de produção. Simonetti (1999, p. 4), em relação aos pesquisadores acadêmicos, diz que são autores que “[...] consideram a questão camponesa como fruto do atraso econômico e a reforma agrária como uma política [...] que impede o pleno desenvolvimento do capitalismo no país.”

Nesta concepção, a reorganização da produção e dos recursos tecnológicos por si recuperariam economicamente as regiões atrasadas. Assim, o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro já estaria suficientemente maduro, prescindindo dos camponeses, que são vistos como resíduos que poderiam ser extintos. Nessa concepção, eles são dispensáveis uma vez que não há lugar para os camponeses na sociedade capitalista.

Por outro lado, há os pesquisadores acadêmicos que consideramos fazer parte do PQA. O PQA tem sua base de fundamentação na luta de classes e entende os conflitos como “defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo.” (FERNANDES, 2013, p. 199). As desigualdades sociais e econômicas geradas pelo capitalismo agrário são inerentes ao sistema capitalista por ser predatório e desigual em sua própria natureza, portanto não são problemas conjunturais e sim problemas estruturais. Neste modelo teórico o pequeno produtor rural é conceitualmente o camponês, pois a história mostra que esse sujeito conviveu e resistiu às formas capitalistas de produção, principalmente à desterritorialização, sendo, portanto, sujeito de sua existência a partir do momento que luta pela terra, como afirma Felício (2006). Desta forma, a disputa entre esses dois modelos produz um conjunto de conflitos, porque camponeses lutam, através de ocupações de terra e manifestações, pela reforma agrária e pelo desenvolvimento territorial proposto através de políticas públicas, por outro lado, os representantes do agronegócio se opõem, pois propõem outro modelo.

Simonetti (1999, p. 4) entende que são autores que

[...] consideram a questão agrária e camponesa como fruto de uma formação econômica-social, que sob o modo capitalista de produção, desenvolve-se desigual e contraditoriamente, incorporando relações de produção não capitalistas ao seu processo de reprodução ampliada, como forma de incrementar a acumulação e a reprodução do capital. Nesta concepção, o capitalismo em seu desenvolvimento

apresenta tempos históricos simultâneos, ou seja, o tempo da economia camponesa presente e subsumido a lógica do capital.

A análise geográfica desse processo de disputas por modelos de desenvolvimento no campo

[...] deve ser feita no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil. Este entendimento passa necessariamente pelo entendimento do desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, produz também, igualmente, e contraditoriamente, relações camponesas de produção necessárias à sua lógica de desenvolvimento [...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. (OLIVEIRA, 1994, p. 31).

A leitura paradigmática da realidade e o entendimento de disputas por modelos de desenvolvimento para o campo permite evidenciar que o conhecimento, como nas pesquisas, irão se refletir nos territórios camponeses com a construção e execução ou não de políticas públicas para eles. Como afirmou Simonetti (1999, p. 6): “[...] o sujeito e o objeto se constituem reciprocamente [...]”. Portanto, paradigmas “são visões de mundo, construções mentais, que se utilizam das batalhas das ideias nos campos de disputa, por meio de relações de poder, configurando-se em territórios imateriais [...]” (FERNANDES, 2013, p. 198). É um conflito que existe também no plano imaterial, ou seja, como nas ideias e leituras que se transformam em produções de diferentes autores situados em um dos paradigmas.

Fernandes também explica a disputa territorial no campo das ideias:

O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. [...] Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a ideia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade. (FERNANDES, 2009. p. 15).

A reivindicação, criação, definição e implementação de políticas públicas pela pressão das ações, ou seja, pelo convencimento, citado por Fernandes, podem refletir nos territórios materiais e, conseqüentemente, no desenvolvimento territorial.

As manifestações dos movimentos socioterritoriais camponeses são o processo de externalização dos programas políticos e reivindicações, ou seja, são a construção do território imaterial do campesinato. Felício (2010. p. 18) diz que “a cada território material corresponde um território imaterial que é construído simultânea e necessariamente com o objetivo de tornar o primeiro visível ou invisível.”. O convencimento, ou tornar o território camponês visível, se refletirá na efetivação de políticas públicas reivindicadas nas manifestações dos movimentos socioterritoriais camponeses.

Simonetti (1999, p. 7) entende que os movimentos socioterritoriais de luta pela terra, em sua dimensão territorial, desenvolvem uma “[...] tríade *ocupação/acampamento/assentamento* [...]”, sendo o assentamento o resultado do processo de disputa pelo território. Considera que mesmo no assentamento a luta não se esgota, desdobrando-se em outras demandas. Acreditamos que essas ações coletivas de protestos dos movimentos camponeses são uma forma de luta *pela* terra (da luta nos acampamentos até a conquista da terra, materializada nos assentamentos rurais) e *na* ou *com a* terra (da conquista do assentamento ao modo de vida/produção camponês, onde as políticas públicas permitam a existência desse modo de vida). Os camponeses reivindicaram, ao longo dos anos do recorte da pesquisa, políticas de reforma agrária, complementando as ações de ocupações de terras para o acesso ao território, mas também reivindicam diversas políticas que entendemos como fundamentais para o desenvolvimento de seus territórios, como políticas de crédito, de infraestrutura, de assistência técnica, educação etc.

No cenário de disputas territoriais que trazemos, os camponeses se organizam e através disso buscam sua existência frente a esse modelo hegemônico do agronegócio. A organização na luta pelo território e pelo desenvolvimento territorial através do protagonismo como atores políticos é uma importante participação política desses sujeitos. A participação política se desenvolve no ambiente participativo de várias pessoas organizadas, pois segundo Pateman (1992. p. 138) há uma “[...] conexão existente entre um ambiente participativo e o desenvolvimento de um senso de eficácia política.”. Tilly e Wood (2010) trabalham o entendimento dos protestos como representação de uma forma própria de se fazer política. Podemos entender que as manifestações protagonizadas pelos movimentos socioterritoriais, segundo os autores, tornam-se uma forma alternativa de participar, seja contestando, seja exigindo políticas públicas. Os conflitos são o que Tilly e

Wood chamam de repetições de certos modos de externalizar seus descontentamentos, um entendimento compartilhado por Welch (2005) ao analisar as manifestações camponesas no relatório da CPT e também por Canuto, no trecho transcrito mais acima. Tarrow foca essa importância política que os movimentos sociais obtêm:

Podemos começar a estudar os movimentos sociais como confrontos isolados entre atores sociais singulares e seus opositores, mas - particularmente quando examinamos seus resultados - chegamos rapidamente às redes políticas mais complexas e menos fáceis de tratar. É através das oportunidades políticas aproveitadas e criadas pelos desafiantes, movimentos e seus aliados e inimigos que começam os grandes ciclos de confronto. [...] Os movimentos - e particularmente as ondas de movimentos que são as principais catalisadoras de mudança social [...].(TARROW, 2009, p. 45).

O confronto entre atores sociais e opositores é o que estamos entendendo por disputas paradigmáticas e dentro dos paradigmas as concepções de desenvolvimento. Neste estudo em específico, observamos a correlação de forças na execução de políticas públicas nos territórios camponeses.

A mudança social citada por Tarrow ajuda a entender a mobilidade do pequeno produtor ao empoderar-se politicamente para reivindicar terra e políticas públicas. Podemos entender este conceito através da territorialização do camponês, ou seja, de sem-terra esse sujeito passa a ser um camponês com terra e produtor, mas obstáculos ao seu desenvolvimento permanecem, como mostram as manifestações, para que se mantenha essa condição de camponês.

As manifestações dos movimentos socioterritoriais, por reivindicarem terra e políticas públicas para os territórios conquistados, representam uma resistência ao modelo baseado na consolidação do agronegócio. O modelo que os camponeses defendem é a representação dessa mudança social que esperam conquistar com a agricultura em pequenas propriedades e a autonomia, frente à subordinação proposta ao capitalismo agrário. Fernandes, 1960 elenca três pontos que debatemos abaixo:

1º) a instabilidade da sociedade de classes repousa nas incongruências existentes entre os fundamentos morais e a organização social da vida humana nela imperantes; 2º) a desigualdade econômica, social, e política impede a percepção, a explicação e a avaliação homogêneas dessas incongruências, mas favorece a emergência de mecanismos de reintegração da ordem

social, pelos quais as diferentes classes tentam manter ou alterar o status quo, através de movimentos sociais; 3º) as reações de classe social às incongruências obedecem a atitudes e motivações calcadas em seus próprios interesses na conjuntura histórico-social, mas as influências dinâmicas delas resultantes na reintegração da ordem social, tendem a refletir-se positivamente no grau de entrosamento entre os fundamentos morais e a organização social da vida. (FERNANDES 1960. p. 27-28).

O desenvolvimento contraditório do capitalismo é que promove instabilidades na sociedade, desigualdade econômica, social e política, como ressaltou Fernandes acima. A disputa em manter ou alterar o status quo, ou melhor, manter ou ser contra o modelo hegemônico, permite interpretar o conflito no campo por dois modelos de desenvolvimento. E o conflito social para Fernandes (1960, p. 34) é o “fermento da mudança social progressiva na sociedade de classes.”.

Destacamos até aqui os conceitos principais com os quais pretendemos dialogar neste trabalho. A partir do método da leitura paradigmática, ou disputa paradigmática, na perspectiva de que o camponês ou é autônomo ou subordinado ao sistema capitalista de produção do campo, as políticas reivindicadas para não subordiná-los são necessárias diretamente para o desenvolvimento de seus territórios, mudança social e colaboram para a emancipação e autonomia camponesa. Os territórios escolhidos para verificação em campo são dois dos maiores e mais antigos assentamentos no estado de São Paulo, criados no fim da década de 80. Segundo o DATALUTA *Assentamentos*, o “Gleba XV”, tem capacidade para 570 famílias assentadas, numa área de 13.310 ha, localizado nos municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana; e o “Reunidas”, com capacidade para assentar 604 famílias, numa área de 17.138 ha, localizado no município de Promissão. Entrevistamos algumas lideranças dos movimentos socioterritoriais e assentados no intuito de analisar o discurso e resgatar a história de luta para a implementação das políticas públicas em execução nesses territórios.

Nas entrevistas de campo, duas falas nos chamaram atenção e trazemos aqui para indicar o caminho que seguiremos nas reflexões. Um dos assentados disse assim: “Se nós não *coisar*, o ITESP não faz nada!”. O “coisar” é o ato de se manifestar. São as ocupações no prédio do órgão público que frequentemente os assentados realizam, como mostram nossos dados. Destacamos isso, pois é importante evidenciar, a princípio, um fato: a consciência de que a luta é permanente, ou seja, todos os entrevistados já traziam uma bagagem de luta pela

terra, passando pelos acampamentos em beira de estrada e ocupações de áreas para pressionar o Estado a assentá-los. Hoje, já assentados, continuam realizando ações de ocupações para pressionar o Estado, mas agora em prédios públicos que tem ligação direta com as políticas necessárias para o seu desenvolvimento.

Outra fala interessante foi essa: “Se um dia eu fui pobre, eu não me lembro...”. O contexto dessa frase é a história de vida da assentada que conversamos. Ela nos contou como era sua vida na infância e as dificuldades que já passou. Mas, encontrou na luta pela terra uma esperança. Foi acampada de beira de estrada, ocupou terras para ser assentada, foi assentada e, de uma vida de dificuldades, hoje é presidente de uma das associações do assentamento para produtores venderem seus produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A fala, no contexto de dificuldades contado pela assentada, mostram a importância de políticas que promovam a autonomia dos camponeses.

Este trabalho buscou compreender e qualificar o debate sobre a questão agrária paulista com mais elementos que ajudem a entender a ação dos movimentos socioterritoriais através das manifestações e políticas públicas exigidas. A pesquisa se constituiu em um esforço reflexivo para colaborar com o debate paradigmático e dos conflitos no campo sob a ótica da dimensão política das ações e o desenvolvimento territorial como um objetivo de mudança social. É preciso entender como as manifestações de movimentos socioterritoriais camponeses no estado de São Paulo podem contribuir para a reivindicação de criação e realização de políticas públicas para seus territórios que promovam desenvolvimento territorial, autonomia e mudanças sociais, analisando, desta forma, o desenvolvimento de políticas públicas conseguidas através da luta na terra. Como objetivos específicos buscamos: a) compreender os conceitos de participação política, mudança social, território, movimentos sociais, paradigmas, desenvolvimento territorial, políticas públicas e sociais; b) atualizar os dados das manifestações dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra no estado de São Paulo com as ações do ano de 2012 para o DATALUTA; c) levantar as políticas públicas executadas nos assentamentos definidos para a pesquisa de campo; d) identificar a conjuntura social, política e econômica do estado de São Paulo que contextualize a conflitualidade existente no campo; e) analisar especificamente as políticas públicas que estamos entendendo como fundamentais para o desenvolvimento multidimensional dos camponeses e de seus territórios, que são políticas para assistência técnica, crédito, educação, saúde,

mercado e infraestrutura; f) verificar em campo o desenvolvimento dessas políticas públicas que estamos entendendo como fundamentais para a não subordinação dos camponeses; g) verificar as ações dos governos nos territórios camponeses, criando condições de diálogos entre academia, movimentos socioterritoriais e governo; h) compreender as ações dos movimentos socioterritoriais no estado de São Paulo são uma forma de participação política para o desenvolvimento territorial e mudança social; i) compreender o papel dos movimentos socioterritoriais na construção de uma estrutura social contra-hegemônica dentro da perspectiva da disputa territorial no campo e paradigmática.

Pensamos a estrutura da pesquisa para 3 capítulos. Apresentamos, na continuidade do texto, primeiramente a metodologia da pesquisa, seguida dos Capítulos 1, 2 e 3. Trazemos os procedimentos para a manutenção do banco de dados para a categoria de pesquisa *Manifestações do Campo* no NERA. No Capítulo 1 evidenciamos o histórico das manifestações do campo, apresentando um mapeamento da espacialização das ações, um estudo da tipologia, os espaços onde aconteceram essas manifestações, os movimentos socioterritoriais e/ou organizações que participaram e as reivindicações trazidas nos protestos. O Capítulo 2 aborda a relação entre políticas públicas e desenvolvimento territorial. Destacamos o conceito de território e o que entendemos por desenvolvimento territorial. Desta forma, podemos entrar no debate existente entre os dois paradigmas: PQA x PCA para o desenvolvimento dos territórios no campo. O Capítulo 3 tem o objetivo de trazer as apreensões obtidas nas pesquisas de campo. Escolhemos esses dois territórios, pois se tratam de assentamentos antigos, oferecendo a possibilidade de observação de seu desenvolvimento ao longo desse período.

Metodologia da pesquisa

rganizamos a pesquisa em 3 momentos que, conforme seu desenvolvimento, complementaram um ao outro.

Primeiro momento

O primeiro momento foi para a pesquisa e leitura da bibliografia acerca do tema e dos conceitos da pesquisa. Incluem-se aqui também as leituras referentes às disciplinas do programa de mestrado.

O levantamento bibliográfico foi feito nos acervos das bibliotecas da UNESP, USP, Portal de Periódicos da Capes, no armazenador de trabalhos científicos *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, busca em sites pela ferramenta *Google* e *Google Acadêmico* com o procedimento de adotar palavras-chaves referente a temática do trabalho.

O objetivo foi de aprofundar os conceitos base da pesquisa, como a participação política, mudança social, território (material e imaterial), questão agrária, movimentos sociais/socioterritoriais, desenvolvimento territorial, disputas paradigmáticas e políticas públicas. Foram conceitos estabelecidos como necessários para o aprofundamento do entendimento teórico do que representam as manifestações na questão agrária. Outro objetivo foi de que essas leituras servissem de base para as atividades do segundo momento. Trazemos como bagagem da graduação em geografia e da pesquisa de iniciação científica realizada sobre as manifestações autores e leituras importantes. Algumas foram utilizadas na introdução deste trabalho, outras serão trabalhadas e indicadas nos capítulos à frente. Tratou-se de um trabalho incessante até a entrega da versão final da dissertação.

Segundo momento

O segundo momento, com subsídios teóricos obtidos no primeiro momento, visou o (a) levantamento, tratamento e refinamento dos dados das manifestações; (b) a ida a campo; (c) e a sistematização dessas informações.

Os dados do DATALUTA, com uma metodologia de confrontação e incorporação, junto aos registros da CPT, serviram para atualizarmos os números das manifestações camponesas no estado até o ano de 2012.

Começaremos explicando a manutenção do banco de dados da categoria de pesquisa *Manifestações do Campo*. Como já dito, a Rede DATALUTA é composta por grupos de pesquisa de diferentes estados brasileiros. O NERA, desde a criação da categoria *Manifestações do Campo* em 2009, ficou responsável em registrar as manifestações específicas do estado de São Paulo, assim como os outros grupos ficaram responsáveis pelos registros das ações em seus estados.

O trabalho fundamental para a manutenção das categorias de pesquisa do DATALUTA é o DATALUTA *Jornal*. O DATALUTA *Jornal* é um acervo onde estão reunidos, organizados e sistematizados recortes de jornais impressos que trazem notícias relacionadas à questão agrária brasileira. É um banco de dados trabalhado diariamente pelo NERA. Atualmente possui mais de 37 mil notícias registradas em uma planilha, onde as primeiras notícias armazenadas datam de 1986. Para a manutenção do DATALUTA *Jornal* são olhadas, recortadas, digitadas e armazenadas notícias dos jornais⁴ *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Oeste Notícias*, *O Imparcial*, *Brasil de Fato* e *Jornal do Movimento Sem-Terra*, notícias essas que estejam dentro dos temas pré-estabelecidos pela metodologia do *Jornal*, ou seja, temas sobre a questão agrária. A Figura 1 mostra os processos de trabalho do DATALUTA *Jornal*. Através desse processo é que obtemos notícias que dizem respeito às manifestações (Figura 2). Seleccionada a notícia pela leitura dos jornais, ela é digitalizada e digitada numa planilha do software *Excell*. A digitalização é uma prática recente adotada no NERA. Passamos a digitalizar os recortes de jornais, além de armazená-los fisicamente, para uma melhor e mais ágil conferência de informações, leituras e até mesmo socialização com outros pesquisadores.

⁴ Os jornais *Oeste Notícias* e *O Imparcial* são de circulação regional de Presidente Prudente, localização da FCT e do grupo de pesquisa NERA. Logo, vemos aqui a importância da Rede DATALUTA no que diz respeito à manutenção de um banco de dados o mais próximo possível à realidade, pois os jornais de circulação regional de cada grupo de pesquisa em seus estados contribuem para a captação das notícias de forma a maximizar o registro da espacialidade das ações.

Figura 1: Organograma de procedimentos metodológicos

Fonte: Metodologia DATALUTA *Jornal*, 2011. Org.: CAMPOS, Janaína Francisca de Souza; CUBAS, Tiago Egidio Avanço.

Figura 2: Notícia de jornal digitalizada

Fonte: Acervo DATALUTA

Uma outra forma de abastecermos o banco de dados das *Manifestações do Campo* é através de notícias *on-line*. Para isso utilizamos duas formas de pesquisa:

o *Alerta Google* e a pesquisa nas páginas dos movimentos socioterritoriais⁵. O *Alerta Google* é uma ferramenta disponibilizada gratuitamente pela empresa *Google* que basicamente “são atualizações, enviadas por e-mail, dos mais recentes resultados relevantes do Google (web, notícias etc) com base em suas consultas” (GOOGLE, 2012, p. 1)⁶, ou seja, com base em palavras-chaves cadastradas o usuário recebe notificações em sua caixa de e-mail, bastando apenas fazer a conferência do que interessa. Da mesma forma como as notícias de jornais impressos, as informações retiradas da internet são digitalizadas (Figura 3) e registradas na planilha da mesma forma.

Figura 3: Notícia retirada do site do MST

Fonte: Acervo DATALUTA.

Após essa compilação através das fontes que utilizamos, as notícias são digitadas na planilha que podemos ver na Figura 4 abaixo:

⁵ Um dos trabalhos desenvolvidos pela categoria *Movimentos Socioterritoriais* é registrar informações dos movimentos socioterritoriais atuantes no país, incluindo-se nessas informações, dentre outras, os endereços dos sites que essas organizações possam ter.

⁶ Disponível em: <<http://www.google.com/alerts?hl=pt-BR>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

Microsoft Excel 2003 interface showing the 'Dados' (Data) tab. The spreadsheet is titled 'DATALUTA_MANIFESTAÇÕES_03MAR [Modo de Compatibilidade] - Microsoft Excel uso não comercial'.

The spreadsheet displays a table with the following columns (A to P):

- A: MACRORREGIÃO
- B: UF
- C: MICROREGIÃO
- D: MUNICÍPIO
- E: MANIFESTAÇÃO
- F: TIPO DE MANIFESTAÇÃO
- G: LOCAL (IS)
- H: Nº DE PESSOAS
- I: DME/SIGLA DA ORGANIZAÇÃO
- J: DIA
- K: MÊS
- L: ANO
- M: GRUPO
- N: ORDEN
- O: OBSERVAÇÃO
- P: FONTE A*

The data rows (2 to 9) show various manifestations, including:

- Manifestation 1: SUESTE, SP, PRESIDENTE PRUDENTE, TEODORO SAMPAIO, 1 AUDIÊNCIA, ESCRITÓRIO REGIONAL DO ITESP, 10, MST, 01/03/2012, NERA, 1, UMA AUDIÊNCIA COMO DIA 02022012.ppt
- Manifestation 2: SUESTE, SP, AVARE, IARAS, 1 OCUPAÇÃO DE PREDIO PÚBLICO, ESCRITÓRIO REGIONAL DO INCRA, 800, MST, 01/03/2012, NERA, 3, EDO INCRA PARA COBRAR M_01032012.ppt
- Manifestation 3: SUESTE, SP, AVARE, AGUAS DE SANTA, 1 OCUPAÇÃO DE PREDIO PÚBLICO, SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA, NI, MST, 01/03/2012, NERA, 4, RA A VIOLÊNCIA DO CAPITAL M_04032012.ppt
- Manifestation 4: SUESTE, SP, LINS, PROMISSÃO, 1 BLOQUEIO DE RODOVIA, BR-193 TRANSBRASILIANA, 200, MST, 02/03/2012, NERA, 5, RA A VIOLÊNCIA DO CAPITAL M_04032012.ppt
- Manifestation 5: SUESTE, SP, SÃO PAULO, 1 CONCENTRAÇÃO PÚBLICA, EM FRENTE AO TRIBUNAL DE, 500, MST/IN CAMPESINA, 03/03/2012, NERA, 6, R JUDICIÁRIO DIFICULTAM M_03032012.ppt
- Manifestation 6: SUESTE, SP, RIBEIRÃO PRETO, RIBEIRÃO PRETO, 1 CONCENTRAÇÃO PÚBLICA, NA PRAÇA IV, NI, MST/PARTIDOS DE ESQUERDA, 03/03/2012, NERA, 7, RIEDADE AS FAMILIAS DO P M_03032012.ppt

Figura 4 – Planilha de registro da Categoria Manifestações do DATALUTA
 Fonte: Base DATALUTA de Manifestações

A planilha é dividida em colunas que trazem informações específicas. As quatro primeiras colunas trazem informações a respeito da localização geográfica das manifestações, que são, respectivamente: macrorregião, unidade federativa (UF), microrregião e município. É importante para um estudo da espacialização das ações. A coluna “Tipos de manifestação” traz a informação do tipo da ação informada pela notícia, sendo importante para a tipologia, ou seja, o estudo dos tipos dos protestos. Já a coluna “Local (is)” registra o local em que foi realizada a manifestação, podendo revelar qual foi a estratégia dos movimentos camponeses ao ter determinado local como alvo. A seguinte é a coluna “Número de pessoas”, utilizada para o registro do número das pessoas participantes informados⁷. A coluna próxima, “Nome/sigla da organização” informa a sigla do movimento que realizou o ato. As três colunas seguintes informam, respectivamente, o dia, mês e ano da manifestação. A coluna “Grupo” informa o grupo de pesquisa da Rede DATALUTA que registrou e coluna “Ordem” exibe a cronologia do registro. Na coluna “Observações” é registrado qual foi o motivo e a reivindicação da manifestação, seguida pelas colunas “Fonte A”, “Fonte B”, “Fonte C”, e assim por diante, o quanto forem necessárias, que vão trazer o nome do arquivo digitalizado das fontes que noticiaram aquela manifestação. Esses arquivos são nomeados com o dia, mês e ano da notícia (ex.: 19082012.pdf). As informações detalhadas, como na planilha, quando combinadas, fornecem uma gama de possibilidades de estudo e análises, como esta pesquisa buscou trazer. O rigor no detalhamento dos registros facilitam o trabalho num banco de dados extenso como o DATALUTA.

As planilhas contêm o registro das ações dos movimentos socioterritoriais mês a mês. Desse modo, mensalmente o NERA envia ao grupo de pesquisa LAGEA a planilha junto com os arquivos digitalizados das notícias. O LAGEA é o grupo que centraliza todos os registros de manifestações da Rede DATALUTA, conferindo e repassando à CPT com a intenção de dar continuidade a esse trabalho além de fomentar o debate sobre os procedimentos de levantamento para pesquisa e também fornecer dados não coletados pela Pastoral. Essa relação próxima à Comissão Pastoral vem contribuindo de maneira muito significativa com nossas

⁷ A metodologia do registro da categoria *Manifestações do Campo*, para o DATALUTA, difere da categoria *Ocupações de Terra* no diz respeito ao número de pessoas/famílias. Para as manifestações utilizamos número de pessoas e para as ocupações utilizamos número de famílias. Caso seja necessário cálculos, utilizamos a média do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de quatro pessoas por família.

pesquisas. Desta maneira é que mantemos e abastecemos mensalmente o banco de dados da categoria *Manifestações do Campo*.

Os procedimentos mostrados acima foram adotados a partir de 2009, quando da criação da categoria específica para o registro de dados das manifestações, o que tornava o volume de dados muito pequeno para alguma análise. Foi aí que solicitamos os registros das manifestações da Comissão Pastoral da Terra. A CPT nos forneceu os dados de manifestações do país todo e com um recorte temporal de 2000 a 2012. Logo, constituímos um banco ainda maior, com mais de uma década de ações e mais de oito mil manifestações registradas em todo o Brasil. Para não haver dados duplicados a partir de 2009, quando passamos a registrar também, adotamos o procedimento da confrontação e incorporação. Trata-se da verificação de registro por registro nas planilhas da CPT e do DATALUTA. A confrontação foi realizada entre os dados do NERA e da CPT para os anos de 2009, 2010, 2011 e 2012. Percebemos que alguns registros eram repetidos, demos então prioridade aos dados da Comissão Pastoral por se tratar de uma entidade com grande experiência nessa categoria de dados e que realiza registros em campo (fonte primária). Porém, evidenciamos também ações que somente o NERA havia registrado. A confrontação e incorporação é positiva também neste sentido, de aprimorar ainda mais os bancos de dados, configura a manutenção de um banco o mais fiel possível à realidade, mais completo, contribuindo com a espacialidade das ações, que podem contemplar projetos, políticas públicas, pesquisas científicas, podem contribuir analiticamente com os questionamentos agrários do país.

Para o trabalho de campo pensamos em entrevistas semi-estruturadas e verificação das políticas públicas em execução nos territórios camponeses escolhidos para o trabalho empírico. Buscamos entrevistar lideranças dos movimentos socioterritoriais organizadores de manifestações e assentados. Tínhamos algumas questões básicas a serem perguntadas como um início de conversa e um fio condutor. Como os assentamentos escolhidos para a pesquisa de campo são antigos, demos liberdade aos entrevistados para falarem de suas memórias, pois assim conseguimos entender como foram se dando as políticas e o desenvolvimento dos assentamentos. Percebemos uma histórica ação política daqueles camponeses ao longo de suas vidas. As lideranças puderam revelar o objetivo e/ou potencial político efetivo dos protestos para reivindicação de políticas públicas. Os assentados puderam revelar como se veem enquanto sujeitos ativos

para a transformação da sua realidade ao participar politicamente de seu desenvolvimento. Outro objetivo foi de verificar quais eram as políticas que foram executadas ou estavam em execução nos territórios camponeses. Com os dados das reivindicações das manifestações em mãos fizemos o exercício teoria e prática. Finalizadas as idas a campo, sistematizamos todas essas informações levantadas através da transcrição das entrevistas realizadas, resultando em quadros, mapas, gráficos e tabelas de forma a tornar as informações mais didáticas. Utilizaremos também ao longo do texto trechos das falas dos camponeses.

Por fim, realizamos o aprofundamento da relação e comparação entre leituras, dados, trabalhos de campo e reflexões sobre a interligação dos conceitos que propomos trabalhar. Foi a hora de analisar as informações compiladas, ler as transcrições buscando elementos do discurso que possam mostrar a realidade que explica a teoria. Ler os gráficos, os mapas, as tabelas, dialogando sempre com os autores por nós elencados.

CAPÍTULO 1

***Histórico e tipologia das manifestações
camponesas no estado de São Paulo
(2000-2012).***

CAPÍTULO 1 – Histórico e tipologia das manifestações camponesas no estado de São Paulo (2000-2012).

1.1. A espacialização da luta pela terra

*[...] É tarde derradeira,
Vem o suor,
De um rei sem nome,
Mão calejada que deu a vida
Aos jardins da manhã [...]*

(Professor Ademir Ferreira dos Santos, 2013. Continua...)

Trazemos neste capítulo o histórico das manifestações ocorridas no estado de São Paulo de acordo com o banco de dados DATALUTA *Manifestações do Campo* (NERA – CPT). Trata-se de um resgate revisado de um trabalho anterior⁸.

De 2000 a 2012 foram 510 manifestações no estado de São Paulo, com 236.959 mil pessoas envolvidas. Através da manutenção do DATALUTA *Jornal*, com a leitura de notícias, percebemos que as manifestações ganharam espaço na mídia nos últimos anos, o que pode ter relação com a fala do coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, divulgada no site do movimento, em 7 de abril de 2010:

Agora a ocupação de terras é insuficiente para enfrentar o modelo do agronegócio. Por isso, além das ocupações, o MST deve desenvolver novas formas de luta, que envolvam todos os camponeses e outros setores da sociedade interessados em mudar esse modelo de exploração agrícola, que agride o ambiente e produz alimentos contaminados. (STEDILE, 2010, p. 1)

Neste contexto, as manifestações adquirem importância por serem mais uma estratégia de luta da classe camponesa. Estas transformações da luta pela terra, agregando novos e importantes elementos, nos motivaram a compreender o

⁸ PEREIRA (2012).

significado deste processo, pois a manifestação é uma forma de tornar público situações de conflitos sociais vividos por esses camponeses, as ações assumem um caráter de pressão ao Estado e tornam visível a conflitualidade, conceito trabalhado por Fernandes (2008), existente no campo. Como expressa Comerford (1999, p. 130):

Todas essas formas de ação envolvem movimentação de 'corpos' sociais que, por força mesmo dessa movimentação, buscam se caracterizar e legitimar publicamente, ao ocupar espaços socialmente marcados. São atos que envolvem transgressão e demarcação de fronteiras sócio-espaciais, e levam a outras ações, colocadas como respostas por parte dos diferentes segmentos do 'público' e das 'autoridades públicas'.

As manifestações dos movimentos socioterritoriais são ações que refletem conteúdos estruturais, são organizadas no sentido de evidenciar situações que deveriam ser de interesse social, mas que frequentemente são mascaradas pelo discurso dominante. Por isso, as manifestações de todas as formas e tipos se realizam sob o parâmetro de fazer-se conhecido, essa estratégia tem a necessidade de se realizar em lugares emblemáticos para que possam, minimamente, repercutir exercitando a consciência crítica da população e influenciando as ações do Estado. “Manifestar é falar, mostrar onde está o erro, onde se deve promover mudanças; manifestar é também se mostrar à sociedade e se engendrar num embate de forças. Quem manifesta reivindica algo [...]” (MOURA; VICTOR; CLÉPS JÚNIOR, 2012, p. 3). Motta (2006, p. 175) considera que:

As manifestações, nas suas mais variadas formas, são um termômetro dos conflitos em que estão envolvidos os trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, do descaso da Justiça e das autoridades maiores deste País com aqueles que diariamente lutam para que o pão esteja presente na mesa de todos. Por outro lado, elas mostram a vitalidade das populações camponesas e suas organizações que querem ser ouvidas e respeitadas e exigem uma nova ordem no campo.

Ao mesmo tempo em que revelam a conflitualidade, sendo um termômetro, as manifestações também são a forma de mostrar o protagonismo dos camponeses na reivindicação de sua existência e desenvolvimento.

Estamos entendendo as manifestações como a "[...] espacialização das práticas e formas de luta [...] na territorialização da luta pela terra [...]" (FERNANDES, 1994, p. 120). No estudo da questão agrária, entendemos como Fernandes (1994), que as manifestações camponesas constituem a sucessão de atos públicos com as quais materializam as reivindicações e proposições dos movimentos camponeses.

Para entendermos os tipos de manifestações traçamos um quadro geral com suas características principais no que diz respeito a sua forma de ação. A identificação dos espaços onde as manifestações ocorreram auxiliará no entendimento da relação entre as reivindicações com os alvos estrategicamente definidos para as ações. Revelamos também os movimentos socioterritoriais que realizaram manifestações no estado, como também as reivindicações contidas nas diversas formas de manifestações mostrando o quão variadas elas podem ser.

Resgatamos entrevista com uma liderança estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em outubro de 2012, que auxiliou no entendimento de questões mais abrangente em relação às manifestações. Foi escolhido este movimento para o enfoque do campo devido a sua representatividade nas ações, onde mais de 70% das manifestações e das pessoas participantes do estado são integrantes do MST. Além disso, em todos os tipos de manifestações levantados na pesquisa havia a participação deste movimento socioterritorial. Acreditamos que com isso conseguimos ter um esclarecedor subsídio de informações que ajudam a entender as especificidades dessas ações.

De acordo com as informações colhidas na entrevista, de uma maneira geral, assentados e acampados participam das ações, pois as pautas na maioria das vezes se unem. A faixa etária também não é fator excludente. Existe uma preocupação com a vida escolar das crianças, mas se não tiverem aula no dia de uma manifestação, por exemplo, são permitidas e incentivadas a participar da ação. Não há também distinção de gêneros, homens e mulheres podem participar. A exceção se dá no mês de março quando há um simbolismo pelo mês do Dia Internacional da Mulher⁹, onde as mulheres participam diretamente e exclusivamente nas ações. Veja bem que a participação exclusiva se dá *nas* ações, pois o antes e

⁹ "Em 1975, a ONU oficializou o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. A fixação da data é o reconhecimento e o coroamento de um longo processo de lutas, organização e conscientização das mulheres, mas também de toda a da sociedade, na maior parte do mundo." (IBGE, 2012). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/mulher/home.html>. Acesso em: 01 set. 2012.

depois é realizado conjuntamente entre homens e mulheres. A liderança destaca que a jornada de lutas promovida no mês de abril começa em março, e que para o MST, o dia 8 de março é um dia de luta e não de festa e "as companheiras já dão o pontapé". (Liderança do MST em entrevista, 6 e 7 de outubro de 2012).

O mês de abril¹⁰ para o MST também é carregado de simbolismo. Segundo a liderança, as pautas e as ações começam a ser planejadas no fim do ano, tendo início às mobilizações em março, com as mulheres, já focando o mês de abril. Esse planejamento é baseado por um estudo que o movimento chama de "análise de conjuntura" (Liderança do MST em entrevista, 6 e 7 de outubro de 2012) que evidencia as necessidades dos assentamentos e acampamentos. A análise se reflete nas estratégias das ocupações de terras e das reivindicações das manifestações. Destaca que o ponto principal de ação do movimento neste mês é a "atividade na terra", ou seja, a ocupação, para depois se desdobrar em manifestações nos órgãos públicos, como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), por exemplo.

1.1. A espacialização da luta pela terra

Neste tópico revelamos o cenário das manifestações no estado de São Paulo e iniciamos uma análise teórica através do conceito da espacialização da luta proposto em Fernandes (1994). O gráfico abaixo (Gráfico 1) permite analisar os números das ações dos movimentos camponeses entre 2000 e 2012.

¹⁰ "Desde o Massacre de Eldorado de Carajás (PA), quando 19 Sem Terra foram assassinados no dia 17 de abril de 1996, o dia 17 tornou-se o dia mundial da luta camponesa e o mês virou referência da memória dos camponeses mortos e da luta pela terra. Conhecido como "Abril Vermelho", o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST elegeu este mês para realizar várias manifestações." (PEREIRA; SOUZA; FERNANDES, 2010, p. 2)

Gráfico 1 – São Paulo – Manifestações do Campo – 2000-2012 – Relação do número de manifestações e pessoas envolvidas

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013. Org.: Danilo Valentin Pereira, 2013. www.fct.unesp.br/nera.

Notamos que as manifestações são práticas frequentes dos movimentos socioterritoriais, apesar de ápices e quedas tanto no número de ações, como no número de pessoas participantes. Nos últimos quatro anos elas têm se mantido com um número considerável, porém com reduzido grau de mobilização, sendo abaixo somente do ano de 2007, o que mostra a importância desta prática para os camponeses.

Observamos o aumento no número de manifestações e de pessoas participantes em 2003 e 2004, tendo em 2005 menos ações, mas mais pessoas envolvidas. Depois observamos um aumento mais acentuado nos anos de 2006 e 2007, tanto em número de pessoas como em ações. Estes fatos podem ser interpretados se levarmos em consideração o período eleitoral do país, onde em 2002 e 2006 acontece o pleito nacional para eleição de presidente da república, senadores, deputados federais, deputados estaduais e governador do estado. Então, esses períodos destacados em números refletem a estratégia dos movimentos camponeses em acentuar as ações como forma de pressionar novas composições partidárias ou governos reeleitos e colocarem as questões do campo em pauta.

Organizamos as manifestações no estado de acordo com as regiões administrativas, como vemos na tabela (Tabela 1) abaixo:

Tabela 1 – São Paulo – Número de manifestações e pessoas por região administrativa

REGIÃO ADMINISTRATIVA	Nº MANIFESTAÇÕES	%	Nº PESSOAS	%
Araçatuba	46	9,0	13.205	5,6
Barretos	1	0,2	100	0,0
Bauru	40	7,8	11.320	4,8
Campinas	37	7,3	14.775	6,2
Central	12	2,4	1.450	0,6
Franca	6	1,2	1.270	0,5
Marília	5	1,0	230	0,1
Presidente Prudente	129	25,3	57.532	24,3
Registro	6	1,2	9.251	3,9
Ribeirão Preto	33	6,5	11.232	4,7
Santos	3	0,6	1.000	0,4
São José do Rio Preto	7	1,4	1.600	0,7
São José dos Campos	21	4,1	2.460	1,0
São Paulo	119	23,3	101.609	42,9
Sorocaba	45	8,8	9.925	4,2
TOTAL	510	100,0	236.959	100,0

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2013. www.fct.unesp.br/nera

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013. Org.: Danilo Valentin Pereira, 2013. www.fct.unesp.br/nera.

Alguns municípios de destacam com elevado número de manifestações. Os seis primeiros em número de ações no estado são: São Paulo, Teodoro Sampaio, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Andradina.

São Paulo se destaca e concentra o maior número de ações e pessoas por ser a capital e por isso ser o espaço do ‘poder de decisão’ do Estado, algo que vamos trabalhar nos próximos subtópicos deste capítulo. Destaca-se também por receber manifestações de outros movimentos, pois a “visibilidade e impacto na sociedade é maior quando se trata de ações nas capitais” (Liderança do MST em entrevista, 6 e 7 de outubro de 2012). Ao todo foram 107 manifestações com uma soma de 99.159 pessoas.

Teodoro Sampaio, município da região administrativa de Presidente Prudente, aparece em segundo lugar de destaque no estado. Com um total de 38 manifestações e 11.435 pessoas, é destaque, dentre outros fatores, por uma questão geográfica, como ressaltou a liderança. Esse município acaba sendo o “centro geográfico” para os municípios vizinhos que possuem assentamentos e/ou acampamentos e, dada a presença de escritórios do INCRA e ITESP, atrai as manifestações, pois Presidente Prudente, que vem logo em seguida no ranking, fica muito mais distante, o que dificulta a logística para o MST, no caso, mobilizar pessoas para ir a Presidente Prudente. Fernandes (1994, p. 138) ainda destaca que o “MST realizou sua primeira ocupação na região do Pontal do Paranapanema [...]

no distrito de Rosana, município de Teodoro Sampaio”¹¹. E a liderança destaca que houve grande concentração de acampamentos em Teodoro Sampaio em anos anteriores.

Dentro da mesma região administrativa, temos Presidente Prudente com 26 manifestações e 13.427 pessoas nas ações. Menos ações, mas uma mobilização maior de pessoas. Isso se deve, segundo a liderança, pelo papel de influência que Presidente Prudente tem na região, fazendo uma espécie de papel da capital para o Pontal do Paranapanema, por isso é um polo regional e também sede da União Democrática Ruralista (UDR), a entidade que rivaliza a disputa territorial representando os grandes proprietários, fomentando um enfrentamento político e imaterial, diferente das ocupações de terras que têm um caráter de enfrentamento direto pelo território material: a terra. As manifestações no município demandam uma maior articulação devido a distância e avalia que a ida a Presidente Prudente deva ser com o objetivo de um impacto maior, excluindo-se grande parte das manifestações de caráter mais pontual. Em comparação as ocupações, atentamos para o fato da região de Presidente Prudente também ser destaque.

Em seguida vem Ribeirão Preto, com um total de 26 manifestações e 10.102 pessoas envolvidas. A liderança destaca que o município abriga o Centro de Formação Sócio Agrícola “Dom Hélder Câmara”, um espaço muito utilizado que precedeu a construção da Escola Nacional “Florestan Fernandes” no município de Guararema. O Centro de Formação tinha o objetivo de, nas palavras da liderança, “cativar as pessoas” do local. O município também é considerado um grande pólo do agronegócio (CUBAS, 2012a) e concentra três grandes assentamentos, revelando a conflitualidade que destacamos neste trabalho entre dois modelos de desenvolvimento para o campo.

Na região de Araçatuba, o destaque é o município de Andradina com 23 manifestações e um total de 6250 pessoas participantes. O município de Andradina se destaca, de acordo com a liderança estadual do MST, por alguns motivos, como a histórica territorialização do movimento no município e possuir a cooperativa do MST, a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo, a (Coapar). Fernandes

¹¹ Na época da ocupação (1990) Rosana ainda era distrito de Teodoro Sampaio, emancipando-se somente no ano de 1992. (FERNANDES, 1994).

(1994, p. 58-77) evidencia algumas lutas que considera como a gênese do MST no estado de São Paulo e Andradina é destaque junto com o município de Castilho:

[...] no campo, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. [...] em São Paulo a luta dos posseiros da fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; [...] A luta de resistência dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, marcou a origem do MST no estado

Os mapas (Mapa 1 e 2) vão ajudar a visualizar a espacialização das manifestações no estado.

Mapa 1 – São Paulo – Geografia das Manifestações do Campo – 2000-2012
Número de manifestações por município

Mapa 2 – São Paulo – Geografia das Manifestações do Campo – 2000-2012
Número de pessoas em manifestações

No sentido de compreender a espacialização na escala local entendemos como Fernandes (1994) na citação abaixo, que relata um caso onde acampados espacializam a luta ao evidenciar os problemas do campo em ações nas cidades:

[...] os acampados desenvolvem algumas práticas da luta popular para levar a realidade do acampamento para a cidade. Uma das formas de informar a opinião pública sobre a sua situação e pressionar o Estado é a caminhada. A caminhada é um ato público em movimento, onde centenas de trabalhadores ocupam as rodovias percorrendo centenas de quilômetros, passando por diversas cidades, conquistando apoio e divulgando a luta pela terra. Outro ato público importante é a ocupação de prédios de instituições governamentais: secretarias, institutos, Palácio do Governo, etc. (FERNANDES, 1994, p. 180)

Um exemplo do que pode representar as manifestações como atos que espacializam a luta pela terra em escala regional e estadual, e divulgam a causa camponesa, foi este episódio:

Em abril de 1988, com a aproximação do prazo final, negociado para permanecerem acampados na fazenda Reunidas, o Movimento [MST] resolveu fazer uma caminhada (a maior já realizada no estado de São Paulo) de Promissão à São Paulo, para exigir do governador o assentamento das famílias [...] Durante 10 dias as famílias caminharam pela via Anhanguera, passando pelas cidades de Americana, Sumaré, Campinas, Jundiaí e São Paulo. Nestas cidades, inclusive em São José do Rio Preto, os trabalhadores realizaram atos públicos. [...] A caminhada chamou a atenção da opinião pública, tanto pelas manifestações quanto pela divulgação pela imprensa em geral. Em São Paulo, as famílias ocuparam o INCRA enquanto as lideranças negociavam com o governador Orestes Quéricia. A comissão de negociação saiu do Palácio dos Bandeirantes com um documento assinado pelo governador garantindo o assentamento emergencial em 300 hectares até o final de 1988, quando seriam assentados definitivamente. (FERNANDES, 1994, p. 124-126).

Esta caminhada passou por vários municípios, onde foi complementada por diversos atos públicos, terminando com uma ocupação de órgão público ligado à questão agrária. Com as informações materializadas no mapa dos tipos de manifestações, pode-se observar que as manifestações estão espacializadas no estado nos seus mais diversos tipos, em grande parte dos municípios paulistas, onde as marchas, caminhadas, romarias, e também a organização dos movimentos socioterritoriais refletem a espacialização da luta, pois sintetizam “o movimento dos

sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território.” (FERNANDES, 1994, p. 177).

Concordamos com o autor ao afirmar que:

[...] espacializar, portanto, é conquistar novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas formas de luta e, conseqüentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro. Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. [...] É "escrever" no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. (FERNANDES, 1994, p. 120).

Essas ações que escrevem no espaço é o objetivo do tópico seguinte, que tentamos elencar algumas características principais em cada tipo de manifestação.

1.2. Tipologia

A sistematização dos dados de manifestações permitiu evidenciar os tipos das ações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo. A tabela (Tabela 2) mostra esses tipos levantadas. Feliciano (2009) e Comerford (1999) foram nossas referências bibliográficas para a sistematização e qualificação da tipologia.

Feliciano (2009, p. 134) em seu trabalho sistematizou os dados da CPT oferecendo um quadro com o que ele denominou de “tipos recorrentes de manifestações materializadas por movimentos agrários, no início do século XXI”¹². Utilizamos também o trabalho de Comerford (1999, p. 127) que dedicou um capítulo de seu livro para o “estudo sobre *ocupações* de órgãos públicos por trabalhadores rurais”. Este autor tem um entendimento de que essas ações tratam-se de um repertório que estabelece “um certo ‘estilo’ de mobilização e manifestação, cristalizando um repertório bem definido de formas de ação coletiva com visibilidade pública” (COMERFORD, 1999. p. 127). Tarrow (2009, p. 51) também trabalha com a ideia de “repertório de confrontos”. Conceitualmente, esse repertório de confrontos para Tarrow seriam “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em

¹² Esses tipos foram levantados por ele com um recorte temporal de 2001 a 2007, então Feliciano (2009) foi referência por usar a mesma fonte desta pesquisa, apenas variando o recorte temporal.

busca de interesses compartilhados” (TILLY, 1995. p. 41 *apud* TARROW, 2009, p. 51), o que vai ao encontro de nosso entendimento das ações dos movimentos camponeses na reivindicação de políticas públicas que veremos mais adiante. A partir de entrevista com liderança estadual do MST, conseguimos identificar e compreender os sentidos e significados de cada manifestação e articula-las em forma de tipologia. A entrevista foi bastante esclarecedora no auxílio ao entendimento desses tipos detalhadas abaixo. Apresentamos na Tabela 2 as estatísticas dos tipos de manifestações levantadas:

Tabela 2 - São Paulo – Tipologia das manifestações – 2000-2012

Tipologia das manifestações	Número de ações	%	Número de pessoas	%
ACAMPAMENTO	21	4,9	4.080	1,9
BLOQUEIO DE RODOVIA	81	18,9	18.395	8,4
CAMINHADA/MARCHA	63	14,7	96.930	44,5
CELEBRACAO RELIGIOSA	3	0,7	1.150	0,5
CONCENTRACAO EM ESPACOS PUBLICOS	134	31,3	58.785	27,0
INTERDICOES	3	0,7	970	0,4
OCUPACAO DE AGENCIA BANCARIA	25	5,8	4.245	1,9
OCUPACAO DE PREDIO PRIVADO	8	1,9	2.900	1,3
OCUPACAO DE PREDIO PUBLICO	110	25,7	23.000	10,6
OCUPACAO DE PREDIO PUBLICO/PRIVADO	1	0,2	160	0,1
RETENCAO DE VEICULO	1	0,2	N.I*	0,0
SAQUE	2	0,5	350	0,2
SI*	12	2,8	3.375	1,5
TEMATICA	40	9,3	21.100	9,7
VIGILIA	6	1,4	799	0,4
Total	510	119,2	236.239	108,4

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013. Org.: PEREIRA, Danilo Valentin, 2013. www.fct.unesp.br/nera.

* Sem informação.

Ao todo destacam-se 14 tipos de ações dos movimentos socioterritoriais. Trazemos uma breve definição dos tipos baseada na leitura dos registros, notícias, bibliografia e na entrevista com a liderança estadual do movimento MST¹³.

Acampamento: esse tipo diz respeito aos acampamentos realizados em formas de protestos concentrados em espaços públicos nas cidades. Não se trata, portanto, de acampamentos à beira da estrada “ou em terras ocupadas, como espaço de resistência, sendo o resultado de ocupação de terra, ou como um espaço de articulação da preparação para as ocupações de terra” (FERNANDES, 2012. p. 23). Esse tipo de manifestação, segundo a liderança, segue uma orientação do

¹³ Entrevista realizada em outubro de 2012 para a pesquisa de iniciação científica (PEREIRA, 2012). Consideramos oportuno trazer de volta essa fala para contextualizar o leitor para a tipologia das manifestações dos movimentos camponeses.

Movimento (MST no caso) de permanecer por no máximo quinze dias. Houve um caso citado por essa liderança de uma permanência de trinta dias, mas o Movimento avaliou que trouxe muitos problemas internos e externos, não sendo então proveitosa essa extensão de tempo. Mas, em média, os acampamentos costumam perdurar por cinco dias, principalmente os realizados na capital. Segundo ele, os participantes viajam no domingo, ficam a semana e na sexta a noite retornam para os seus locais de origem. Essas ações têm 4% em número de ações e quase 2% em número de pessoas.

Bloqueio de rodovia: são manifestações nas quais os integrantes dos movimentos socioterritoriais se arriscam ocupando rodovias para bloqueá-las como forma de protesto. Esse tipo de ação tem sido utilizada com frequência e em algumas ocasiões o uso da violência pelas forças policiais tem sido o desfecho, como considera Comerford (1999). Essas rodovias podem ser estaduais ou federais. Nossas fontes trazem também informações de bloqueios de vicinais e avenidas. Consideramos também esses casos como bloqueio de rodovias como uma forma de evitar muitas especificidades nos tipos das ações. Optamos por isso, pois na essência a ação tem o mesmo objetivo: parar uma via. A diferença estará na importância que certas vias têm para a manifestação, ou seja, uma via de maior importância para o estado terá um poder maior de visibilidade para a ação dos movimentos. Segundo a liderança, a paralisação segue uma orientação para durar aproximadamente de oito a trinta minutos. O Movimento avalia que durando mais do que isso há um prejuízo a toda a sociedade, e essa não é a intenção. Há uma projeção também do tempo que as forças policiais levam em média vinte minutos para chegar onde o bloqueio está sendo realizado e a intenção não é do enfrentamento com a polícia. Durante o bloqueio é realizada uma distribuição de panfletos informando aos motoristas quais as causas e a reivindicação daquela ação. Os bloqueios são realizados, majoritariamente, por uma “militância mais esclarecida”, pois, segundo a liderança, os bloqueios são alvos de muita hostilidade pelos motoristas na entrega dos panfletos. Existe um cuidado especial com ambulâncias e veículos que possuem passageiros com algum tipo de problema e então são liberados a passar nos bloqueios. Ações desse tipo têm quase 13% das ações e 6,5% das pessoas participantes.

Caminhada/Marcha: são manifestações em movimento que podem percorrer vias de um município ou até mesmo ir de um município a outro(s). Consideramos em

nossos registros o município onde se iniciou a manifestação. A liderança explica que para o MST as caminhadas diferem das marchas com relação a distância percorrida, onde acima de 100 quilômetros são determinadas como marchas. Consideramos esses dois tipos juntos seguindo a mesma linha de opção teórica de considerar bloqueio de avenidas e vicinais também como bloqueio de rodovias: a lógica das marchas e caminhadas é a mesma, ou seja, uma manifestação em movimento que percorre certas distâncias. Os registros traziam informações das ações como ‘marchas’, outros como ‘caminhadas’, optamos então por manter os dois. Como explica Feliciano (2009, p. 134), “a finalidade desse agrupamento foi entender a característica principal e marcante da manifestação”, já que nos registros “no tipo de manifestação denominada marchas/caminhada, há Romarias da Terra, Marcha das Margaridas, dos Sem Terrinha etc.” (FELICIANO, 2009. p. 134). Comerford (1999, p. 128) afirma que esta prática de ação vem sendo realizada pela Igreja Católica há anos em vários estados, “envolvendo grande número de trabalhadores rurais representando comunidades rurais” e essas romarias, chamadas de Romaria da Terra, tem forte cunho religioso, sendo finalizadas em grandes celebrações religiosas em locais representativos e simbólicos da luta pela terra. “Geralmente essas caminhadas alcançam considerável visibilidade, ganhando destaque na imprensa.” (COMERFORD, 1999, p 128). Também diz que essas ações nas cidades, principalmente nas capitais, destacadamente praticadas, podem envolver algumas dezenas ou milhares de pessoas (COMERFORD, 1999). A tabela acima evidencia como o número de pessoas é elevado. A intenção dessas ações é percorrer um traçado estrategicamente definido, passando por avenidas consideradas principais e “escolhendo como pontos de concentração praças centrais ou a entrada de prédios do governo” (COMERFORD, 1999, p. 128). O interessante destacado pela liderança é em relação a organização das marchas, principalmente, que demandam uma maior organização devido a quantidades de dias que os integrantes do movimento levam para percorrer as distancias objetivadas. Segundo nos relatou, os camponeses levantam logo pela manhã, tomam café e saem para percorrer o percurso, dessa forma é necessária uma divisão de tarefas com a organização “de uma turma que só caminhava, de uma turma que só cozinhava e de uma turma que só limpava.” (Liderança do MST em entrevista, 6 e 7 de outubro de 2012). A marcha tem como procedimento começar pela manhã e terminar o percurso do dia no começo da tarde, estabelecendo metas em média de 30Km/dia. Pela tabela acima

vemos que em número de ações as marchas e caminhadas representam 12%, mas em número de pessoas participando têm uma expressividade de 43%. São ações com forte poder de concentrar pessoas.

Celebração religiosa: esse tipo de manifestação foi considerada a partir do trabalho de Feliciano (2009). Os registros não traziam informações específicas de manifestações com essa nomenclatura. O banco de dados traz a informação de que são duas celebrações em memória de falecimentos de ativistas e uma manifestação que traz a informação de se tratar de uma ‘celebração’ somente em um assentamento. Então a palavra ‘celebração’, e principalmente em memória a um falecimento, tem obviamente esse cunho religioso. Comerford (1999, p. 129) caracteriza essas ações dessa forma também, afirmando que são ações que marcam datas “especialmente significativas, como assassinato de alguma liderança do movimento”. A liderança ainda fala sobre a abertura em relação a celebrações de diversas orientações religiosas presente nos assentamentos e acampamentos que atendam essas diferentes religiões e seus praticantes. Estas ações não representam nem 1% das ações e pessoas envolvidas.

Concentração em espaços públicos: este tipo originou-se de uma falta de informação das fontes e também teve importância direta a contribuição de Feliciano (2009). Inicialmente definimos como *Concentração pública* em nossas primeiras sistematizações, tratado no trabalho deste autor. A partir daí, todos os registros sem informações completas passaram a ser considerados “concentração em espaços públicos”. Como exemplo, podemos citar os registros em nossos bancos de dados que trazem informações do tipo “Protesto”, “Ato”, “Ato público”, “Manifestação”, “Manifesto” em determinado espaço ou local. São informações que não revelam o tipo da ação na sua leitura, necessitando a criação da nomenclatura da ação, que foi feita por Feliciano (2009). Porém, em reuniões de orientação na sistematização desses dados sentimos a necessidade de dar um caráter geográfico mais específico para essas ações de protestos, atos e manifestações, decidimos então por utilizar a nomenclatura *Concentração em espaços públicos*. Para nós o interessante é considerar o que Carneiro (2012, p. 10), embasando-se em David Harvey, destaca na análise que faz sobre os movimentos “de indignados e por liberdades democráticas” que eclodiram no mundo a partir de 2011, como o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e os *Indignados* na Espanha: essas manifestações, assim como as dos movimentos socioterritoriais, são a “união dos corpos no espaço público”

reivindicando e mostrando o descontentamento com a situação em que vivem. As concentrações em espaços públicos tem uma representatividade de pouco mais de 30% das ações e mais de 25% das pessoas participantes.

Interdições: definimos como interdições o bloqueio ao acesso de determinados espaços. Temos em nossos registros três interdições: dois bloqueios, sendo um impedindo a entrada na Usina Hidrelétrica Sérgio Mota, outro impedindo a entrada no Horto Florestal Brasília e uma ocupação do acesso à Usina Alcídia. O número de ações e pessoas envolvidas não representa um por cento.

Aqui consideramos estabelecer alguns pontos trazidos por Comerford (1999) no entendimento a ocupações de órgãos/prédios públicos e privados, de uma forma geral. Consideramos que as formas de ação nos tipos de ocupações trazidas por essa pesquisa (*agências bancárias, prédios públicos, privados e público/privados*) são parecidas, o que as difere uma das outras são os espaços das ações que vão se refletir nas variadas reivindicações e objetivos com a ocupação desses espaços que evidenciaremos no próximo subtópico deste capítulo.

O autor revela que os ocupantes costumam levar para as ações utensílios pessoais e necessários a uma, talvez, permanência duradoura, além de “bandeiras, manifestos, instrumentos musicais e instrumentos de trabalho” (COMERFORD, 1999, p. 131), pois podem durar algumas horas ou até mesmo dias o desenrolar dessas ocupações de órgãos e prédios. Ao que tange os desdobramentos das ocupações, podem variar dependendo de uma série de fatores, onde o autor coloca que:

Durante o período que o prédio está ocupado, há algumas variações em termos da “rigidez” da ocupação. Os ocupantes podem deixar que os funcionários continuem trabalhando mais ou menos “normalmente”, limitando-se a ocupar apenas algumas salas ou andares do prédio. Ou podem interromper deliberadamente o funcionamento do órgão. Podem reter alguns funcionários (sempre funcionários graduados, como os diretores locais do órgão, gerentes do escritório etc) durante algumas horas, durante um dia todo, ou mesmo por períodos mais prolongados. Podem realizar assembleias, usar instalações (banheiros, cozinha), ou podem acampar na parte de fora (no estacionamento, ou na rua em frente à entrada). (COMERFORD, 1999, p. 132)

Para os movimentos socioterritoriais, essas ações são uma “forma de pressão organizada diante da indiferença ou inoperância do órgão e da urgência da situação” (COMERFORD, 1999, p. 132). A exigência principal para a resolução dos

problemas que motivam essas ocupações é a exigência de uma audiência com detentores de cargos públicos do alto escalão, geralmente os retidos, como cita o autor (COMERFORD, 1999). Ainda traçando algumas características gerais das ocupações de prédios e órgãos, o autor entende que:

As ocupações se iniciam com a entrada, sem aviso ou permissão prévia, de um grande grupo de trabalhadores rurais, inclusive mulheres e crianças, no prédio onde funciona o órgão público escolhido. Quase sempre, eles buscam a sala da direção do órgão e procuram forçar a recepção pelo funcionário mais graduado. [...] Há sempre um clima de “combatividade e festividade”, com palavras de ordem, exibição de bandeiras e cantos. [...] Recorrentemente, os trabalhadores reafirmam suas posição de só sair dali com o “problema resolvido” [...] Em resumo, poderíamos dizer que essa forma de ação coletiva envolve o deslocamento de um grupo de trabalhadores – que “representa” um conjunto maior – rumo a um “centro” político, como a sede municipal, a capital do estado, e mais especificamente à área central dessas cidades, ou prédios situados fora do “centro” da cidade, mas vinculados a poderes “centrais”. [...] É como se quisessem alcançar diretamente, enquanto “corpo coletivo”, um “centro de decisão” [...] Por fim, o resultado mais evidente do processo de negociação são compromissos verbais e/ou escritos por pessoas autorizadas em torno de uma série de reivindicações ou exigências. (COMERFORD, 1999, p. 133-135).

A espacialização da luta ocorre também pelo fato citado, onde nem sempre o centro político está nas capitais, podendo estar nos órgãos que não se localizam nas capitais, mas que estão ligados aos espaços de poderes.

Um fato que chamou a atenção é a criatividade dos movimentos socioterritoriais em organizar-se e realizar um novo tipo de manifestação, agregando ainda mais ao repertório. Durante a entrevista, a liderança contou sobre essa forma bastante peculiar de protestar:

Nós então arrumamo um outro tipo de manifesto. Cada um que chegar no banco...não tem a senha de atendimento? Cada um tira a senha. Imagina? Nós fomos no banco de Pirapozinho em 600 pessoas, fez uma fila e cada um foi lá e tirava sua senha. Só passava na nossa frente quem já tava na nossa frente. Quem não tava na nossa frente só entrava se fosse pra conversar com o gerente. O banco entupiu! Chamaram a polícia militar, e a polícia: “você vão ter que sair do banco”, e nós “não, porque? Nós é cliente do banco, tamo com a ficha na mão. (Liderança do MST em entrevista, 2012).

Então um impasse surgiu: como retirar os camponeses que estavam na fila, com a senha em mãos? A força policial nada pode fazer. Percebemos como os movimentos socioterritoriais variam seus repertórios de ação com o objetivo de lutar por suas reivindicações de todas as formas possíveis de serem criadas: “assentado e acampado inventa um bocado de tática pra se livrar do couro!” (Liderança do MST em entrevista, 6 e 7 de outubro de 2012), como ressaltou a liderança. Outro episódio que ilustra bem como os camponeses organizados são bastante criativos para conseguir seus objetivos é trazido por Fernandes (1994, p. 132). Uma manifestação artística cultural foi estratégia para uma ocupação de terra:

Para ocupar a fazenda os trabalhadores tiveram que burlar a vigilância intensiva dos jagunços. Por quatro dias as famílias promoveram forrós no acampamento. Os forrós sempre duravam até a madrugada e a festa estava sendo observada pelos jagunços. Após o terceiro forró, os jagunços relaxaram a vigilância. Na madrugada do dia 19 de agosto, no quarto forró, as famílias ocuparam a [fazenda] Timboré. Nas três primeiras noites, durante a realização dos forrós, as famílias iam se revezando e preparando os 130 barracos para serem desmontados. Na última noite, em silêncio, homens mulheres e crianças começaram a ocupação ao passo que outras pessoas dançavam enquanto os jagunços dormiam.

As ocupações de órgãos/prédios tem uma grande representatividade no cenário das manifestações camponesas com mais de 32% de ações, mas o número de pessoas que participam não é muito expressivo. Sobre os números de participantes em ocupações de prédio e órgãos, a liderança do MST relatou que o movimento avalia que não existe um máximo de pessoas que possam participar, mas o mínimo para qualquer atividade em órgão público deve ser de 100 pessoas, a não ser que seja alguma questão pontual de um determinado momento de um acampamento ou assentamento. A dificuldade com relação a recursos financeiros e locomoção justificam essa necessidade de aglomerar um número razoável de camponeses, mas quando se trata de uma ação pontual o numero mínimo de 100 deixa de ser considerado.

Retenção de veículo: houve somente um caso de retenção de veículo no estado durante o período da pesquisa. De acordo com a fonte da notícia, a ação foi realizada por assentados que bloquearam o acesso a uma ponte no interior do assentamento fazendo com que ônibus municipais que fazem o transporte escolar ficassem impedidos de passar. O precário estado da ponte, que coloca em risco a

vida das pessoas que por ela passam, motivou a ação. Ainda de acordo com a fonte, esse problema já havia sido informado à prefeitura do município que nada fez.

Saque: durante o recorte da pesquisa ocorreram apenas dois saques e essa forma de ação não é praticada desde o ano de 2003 pelos movimentos. A liderança informou o que motivaram essas ações, que se trataram de saques a caminhões de leite e foram praticadas em meio a um contexto de necessidade. No ano de 2001 foi criado um acampamento no município onde ocorreu um dos saques, onde havia concentradas mil e quatrocentas famílias, um número de pessoas considerável para as condições de acampamento, com uma extensão de “cinco quilômetros de só barracos”, como ressalta a liderança. A necessidade de leite era uma realidade no acampamento que chegava a receber doações de assentamentos vizinhos, mas que só atendiam minimamente as crianças do acampamento. Mas, segundo a liderança, “havia mais de 700 crianças vivendo ali, o que tornava difícil para os assentados que doavam manter no mínimo 700 litros de leite por dia, com uma produção em pequena escala e eram assentamentos recém-criados, sem muita infraestrutura.” (Liderança do MST em entrevista, 6 e 7 de outubro de 2012). Um fator interessante é que a prática dos saques foi realizada pelas camponesas, mães dessas crianças.

Feliciano (2009, p. 133) também traz um caso que reflete a motivação dos saques:

Uma pesquisa feita em 1994 sobre o movimento dos saques, no Estado de Pernambuco, com trabalhadores que deles participaram, constatou que 63% dos entrevistados relaciona o saque com o objetivo primeiro de matar a fome. Em seguida, 29,7% veem o saque como uma forma de protesto, para forçar a criação de programas emergenciais de trabalho e distribuição de cestas básicas 41. Ou seja, as práticas concretizadas nessa forma podem representar a ocupação pela penúria e perspectiva de luta para sobreviver.

Mas, hoje os acampamentos concentram um menor número de famílias e há uma negociação com laticínios da região para o fornecimento de leite à essas famílias, negociação essa facilitada pelo acompanhamento das crianças dos acampamentos pelos centros de saúde. Além desses saques que temos em nossos dados, a liderança relata outros que ocorreram e que escaparam aos registros, como saques a caminhões de café, arroz, bois, motivados pela necessidade das famílias acampadas, pois segundo ele os saques, e as negociações posteriores que

fizeram com que essas ações cessassem, não eram pontos da pauta política do movimento e sim uma demanda colocada pelos acampados.

Temática: classificamos como temáticas as manifestações registradas que não traziam informações do tipo da ação, como no caso das concentrações em espaços públicos. A diferença aqui é que se tratam de manifestações que fazem parte do calendário de ações coletivas dos movimentos camponeses, como as manifestações do “Dia Internacional da Luta contra as Barragens”, “Dia Nacional da Luta no Campo”, “Jornada Nacional pela Reforma Agrária”, dentre outras. O objetivo dessas ações, segundo a liderança, é mostrar à sociedade e ao governo a pauta do movimento, pauta essa nacional. Nessas ações as pautas estaduais e regionais não são o objetivo. Na avaliação do movimento nas palavras da liderança, “se tu não consegue resolver o todo, o problema específico tu não resolve. Tu só consegue resolver o problema específico se tu discutir o todo” (Liderança do MST em entrevista, 6 e 7 de outubro de 2012). Representam 3% das manifestações do estado com quase 10% das pessoas participantes.

Vigília: segundo a liderança do MST, as vigílias representam uma forma de ação de não enfrentamento: “é uma manifestação que você não entra pra dentro do órgão e não quer discutir com o órgão, não quer negociar com o órgão. Colocamos as faixas. As faixas e a nota na imprensa é que vai dizer o que a gente quer.” (Liderança do MST em entrevista, 6 e 7 de outubro de 2012). A característica é a representação de uma forma de evidenciar o descontentamento e mostrar que os camponeses estão presentes cobrando. As vigílias também podem durar de algumas horas a dias, sendo parecida com os acampamentos. Feliciano (2009, p. 133) entende as vigílias como manifestações para “ocupar em uma perspectiva simbólica de sensibilizar uma luta, que, muitas vezes, é interpretada como passível de ações radicais e desordeiras.”.

Nas pranchas que seguem (Pranchas 1, 2, 3 e 4) podemos evidenciar a espacialização dos 6 primeiros tipos de manifestações em número de ações. Essa classificação também é prática de análise adotada para o Relatório DATALUTA.

Prancha 1 – São Paulo – Tipologia das Manifestações do Campo
Número de manifestações 2000-2012

Prancha 2 – São Paulo – Tipologia das Manifestações do Campo
Número de manifestações 2000-2012

Prancha 3 – São Paulo – Tipologia das Manifestações do Campo
Número de pessoas em manifestações 2000-2012

Prancha 4 – São Paulo – Tipologia das Manifestações do Campo
Número de pessoas em manifestações 2000-2012

Um dos elementos que se pode notar nos mapas dos tipos de manifestações é o destaque do círculo localizado na capital do estado. Percebemos o quanto a capital concentra as ações de manifestações, tanto em número, como, principalmente, em número de pessoas. Em todos os mapas a capital não deixa de estar marcada pelas ações. Esse fato é de uma importância estratégica para os movimentos socioterritoriais, que discutiremos no próximo tópico.

Ademais, destacamos a grande espacialidade das concentrações em espaços públicos, os bloqueios de rodovias e as ocupações de prédio público, demonstrando que são práticas muito utilizadas por todo o estado. Um fato interessante se observa nas ocupações de agências bancárias, que são praticadas em sua maioria no extremo oeste do estado e principalmente no Pontal do Paranapanema, um elemento que pode revelar as demandas dessas regiões em comparação a outras. Em se tratando da espacialização do número de pessoas nesses tipos de manifestações, destacamos os tipos: concentrações em espaços públicos, marcha, caminhadas e romarias. São manifestações que conseguem mobilizar um grande número de pessoas.

1.3. Os espaços das ações

Segundo Comerford (1999), grande parte das manifestações são realizadas em capitais, e objetivam uma maior visibilidade para suas reivindicações que uma capital pode dar pelo volume de pessoas que habitam e que transitam, pela presença da grande mídia, por abrigar as sedes de órgãos que tratam da questão agrária, sede do governo, de bancos, enfim, diversas opções de espaços que potencializam os impactos dos mais variados tipos de manifestações. Mas, há também manifestações em municípios marcados pela luta dos movimentos sociais onde é grande o número de assentamentos, acampamentos e registros de ocupações de terras.

Comerford (1999) caracteriza os acampamentos, como uma ação que conta com grande número de trabalhadores rurais que tem como objetivo uma potencial visibilidade pública. Por isso, os acampamentos são montados principalmente nas capitais dos estados e a intenção é, ao se estabelecer, tornar visível a causa camponesa para o grande público que circula nesses espaços, atrair uma cobertura

jornalística e também atrair a visibilidade do que o autor chamou de “núcleos do poder público” (COMERFORD, 1999, p. 129). Pretendemos analisar aqui quais os objetivos dos variados espaços que as ações visam e o autor destaca que:

Os alvos preferidos das ocupações são órgãos públicos identificados pelos organizadores como responsáveis pela solução de determinados problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais. (COMERFORD, 1999, p. 131).

De acordo com Fernandes (1994) um dos objetivos centrais da luta ao direcionar as pessoas e as manifestações para cidade é o fato da localização das esferas do poder e espaços de decisões (prefeituras, sede de órgãos públicos, bancos, etc.) estarem localizados preferencialmente na área urbana. Esses espaços tornam-se o lugar onde as reivindicações poderão chamar à atenção e com potencialidade de serem atendidas. Fernandes e Silva (2007) entendem que as manifestações podem ser também um mensurador da luta pela terra no que diz respeito a essa diversidade e multidimensionalidade que elas apresentam nas reivindicações e nas formas variadas que tratamos. Podem servir como um fator revelador do que está causando o conflito, ou seus fatores principais.

O banco de dados traz informações de manifestações, em suas variadas formas, em diversos espaços, como agências bancárias, câmaras municipais, prefeituras, órgãos da justiça como fóruns, secretarias de justiça, tribunal regional federal, praças públicas, rodovias, ações em secretaria da fazenda, secretaria estadual de educação, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e os principais alvos que são os órgãos ligados à questão agrária como o INCRA e o ITESP. Com base na leitura das reivindicações trazidas pelos registros das manifestações e pelas referências bibliográficas que estamos utilizando para este trabalho, podemos traçar uma perspectiva mais geral do objetivo de se manifestar nesses locais.

A liderança do MST esclarece que as manifestações nas prefeituras, por exemplo, são formas de pressão para resolução de problemas pontuais como acesso à saúde e transporte para integrantes de determinados acampamentos. Da mesma forma podemos interpretar as ações nas câmaras, secretaria de educação, secretaria da fazenda, como protestos em órgãos que podem resolver questões não diretamente relacionadas à luta pela terra, mas que a complementam. Da mesma forma são as manifestações em órgãos representantes da justiça. Como observamos nos registros, foram ações motivadas para acelerar processos judiciais

em relação à obtenção de terra, mas também ações de protestos contra integrantes dos Movimentos que estavam em poder da justiça.

As ações em agências bancárias são específicas para resolução de problemas financeiros e tiveram como alvos os bancos estatais: Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal na grande maioria das vezes. Seguindo a linha de raciocínio de Comerford (1999), os camponeses realizam esse tipo de ação diretamente no espaço de decisão e resolução de seus problemas, não havendo então algum processo intermediário. Esse tipo de espaço é utilizado para a busca de recursos para os assentamentos, como também para resolução de dívidas. A busca de recursos englobam principalmente "assentamentos novos" que tem seus recursos travados pela burocracia, e as dívidas atingem assentados de "assentamentos velhos", como pontua a liderança. Segundo essa liderança, a intenção é "pressionar o banco aqui, que vai pressionar Brasília lá". Feliciano (2009, p. 133) também entende que existe uma relação entre o tipo de manifestação e a reivindicação e diz que:

O tipo de reivindicação pode definir de antemão qual a melhor maneira de contestar e sensibilizar tanto a população, como a mídia e o Estado. Por exemplo, aconteceram 102 ocupações em agências bancárias, no país, no período correspondente **[da sua pesquisa]**. As reivindicações principais foram por uma política de crédito, pela renegociação das dívidas etc. A ligação tipo de reivindicação/tipo de manifestação é direta e objetiva. Ou seja, ocupar estrategicamente aquele órgão e/ou segmento que está "barrando" pode abrir as portas. (Grifo nosso)

Nas ocupações em prédio privado destacamos a revelação por meio das ações do conflito existente entre os camponeses e o agronegócio. O que ficou evidenciado pelos dados foram os espaços dessas ocupações, ou seja, áreas particulares de grandes empresas como a Cargill, Monsanto, Votorantin, usinas, destilarias, numa representação clara do conflito hoje existente no campo paulista entre dois modelos de desenvolvimento, onde um é baseado no modelo do latifúndio produtor de commodities para exportação e outro baseado na produção de alimentos em pequenas propriedades, como pontua Fernandes (2008), um embate entre modelos de desenvolvimento para o campo paulista que veremos mais adiante.

Moura, Victor e Cleps Júnior (2012, p. 8) trazem elementos sobre o objetivo e o que representa os bloqueios de rodovia:

Fechar uma via de trânsito e impedir a passagem dos veículos é uma forma eficaz de atingir visibilidade, principalmente porque as poucas horas de bloqueio podem causar consequências como impedir o transporte de produtos, engarrafamentos, etc. São ações que modificam a dinâmica tanto econômica, quanto política do local ou região, mesmo que por pouco tempo; modificam assim a normalidade do cotidiano, e é esse um dos principais objetivos.

Quando se trata de manifestações em órgãos como o INCRA e ITESP o objetivo é a pressão para atendimento de reivindicações em relação à acesso a terra, água e infraestrutura de assentamentos. Feliciano (2009), entende que essas ações são as formas encontradas pelos movimentos socioterritoriais de transformação de seus territórios, materializados nos assentamentos, pois buscam nessas formas de pressão que suas necessidades sejam atendidas. Comerford (1999, p. 130) entende que:

Todas essas formas de ação envolvem movimentação de 'corpos' sociais que, por força mesmo dessa movimentação, buscam se caracterizar e legitimar publicamente, ao ocupar espaços socialmente marcados. São atos que envolvem transgressão e demarcação de fronteiras sócio-espaciais, e levam a outras ações, colocadas como respostas por parte dos diferentes segmentos do 'público' e das 'autoridades públicas'.

Desta maneira, Feliciano (2009), entende que as proposições das diferentes formas de manifestações se fazem notar ao entrarem nesses variados espaços, mas que são centros políticos de decisões, cada espaço com sua responsabilidade dentro das reivindicações camponesas. Assim como as ocupações, que são formas de pressionar o governo para a realização de reforma agrária:

[...] as formas encontradas pelos movimentos agrários e concretizadas pelas suas práticas estão concentradas em uma ocupação estritamente ligada à luta por um espaço político: ocupar para parar (ocupação de prédios, agências bancárias, acampamentos em praças, em frente a órgãos públicos), parar para ocupar (bloqueios de estradas, interdição, retenção) e andar para parar e ocupar (marchas/caminhadas, barquetatas). Há um mosaico de possibilidades, e sua riqueza está justamente nessa diversidade. (FELICIANO, 2009. p. 135).

A mobilização camponesa materializada em diferentes tipos e formas de manifestações acontece como um modo de externalizar o descontentamento com as políticas públicas e interesses hegemônicos, considerados contra as necessidades das massas populares, de modo que as pessoas organizadas em movimentos socioterritoriais não têm como não sair às ruas para protestar e pedir mudanças, como destaca Welch (2005) e externalizar “sua indignação pelas ruas, estradas, prédios públicos, em cada canto e brecha possível [...]”. (FELICIANO, 2009, p. 129-130).

1.4. Os movimentos socioterritoriais atuantes

O levantamento mostrou a diversidade dos sujeitos que atuam em manifestações relacionadas à questão agrária. Foram 43 movimentos socioterritoriais e/ou organizações que realizaram manifestações no mesmo período no estado de São Paulo, como mostra o quadro (Quadro 1).

A sistematização revela que 14 organizações listadas acima conseguem manter uma espacialização em pelo menos duas, ou mais, regiões administrativas. Outros permanecem mais localizados. Os movimentos que atuaram em manifestações, seja como movimento único nas ações, ou em conjunto, não são todos movimentos organizados com camponeses ou trabalhadores do campo e, como exemplos, podemos citar os movimentos Fundação SOS Mata Atlântica (FSOSMA), GREENPEACE, Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira (IDESC), INSTITUTO VIDÁGUA, Organização dos Advogados do Brasil (OAB), Organizações Independentes (OI).

Quadro 1 – São Paulo – Movimentos socioterritoriais e organizações atuantes em manifestações por regiões administrativas – 2000-2012

Nº	SIGLA	NOME DA ORGANIZAÇÃO	REGIÕES ADMINISTRATIVAS
1	ABU	Associação Brasileiros Unidos	Presidente Prudente
2	ABUST	Associação Brasileira do Uso Social da Terra	Campinas
3	ACRQ	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos	São Paulo
4	AQI	Associação Quilombo de Ivaiporunduva	São Paulo
5	ARZUP	Associação dos Assentados do Zumbi dos Palmares	Sorocaba
6	ATAFCZ	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul	São Paulo
7	CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores	São Paulo
8	CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	São Paulo, São José dos Campos
9	CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas	Campinas, Santos, Bauru
10	CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	São Paulo, São José dos Campos, Ribeirão Preto
11	CPT	Comissão Pastoral da Terra	Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba, São Paulo
12	CUT	Central Única dos Trabalhadores	Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Santos, São José do Rio Preto, São Paulo
13	DIOCESE	Diocese	Araçatuba, Presidente Prudente
14	EEACONE	Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras e Quilombolas do Vale do Ribeira	São Paulo
15	FAF	Federação da Agricultura Familiar	Araçatuba
16	FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Ribeirão Preto
17	FSOSMA	Funadação SOS Mata Atlântica	São Paulo
18	GREENPEACE	Greenpeace	São Paulo, Ribeirão Preto
19	IDESC	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira	Bauru, São José dos Campos, São Paulo
20	INDIGENAS	Movimentos indígenas	São Paulo
21	INST. VIDAGUA	Instituto Ambiental Vidágua	São Paulo
22	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	Araçatuba, Presidente Prudente, Registro, Sorocaba, São Paulo
23	MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra	São Paulo, Presidente Prudente
24	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	Ribeirão Preto
25	MLT	Movimento de Luta pela Terra	Presidente Prudente
26	MMC	Movimento de Mulheres Camponesas	São Paulo
27	MMM	Movimento Mundial de Mulheres	Campinas, São Paulo
28	MOAB	Movimento dos Ameaçados por Barragens	Registro
29	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Araçatuba, Bauru, Campinas, Franca, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba, Central, São Paulo
30	MST DA BASE	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da Base	Araçatuba, Central, Marília, Presidente Prudente
31	MSTI	Movimento Trabalhadores Sem Terra Independentes	Bauru
32	MTB	Movimento Terra Brasil	Presidente Prudente
33	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	Araçatuba
34	MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	Presidente Prudente
35	OAB	Ordem dos Advogados do Brasil	Registro, São Paulo
36	OI	Organização Independente	São Paulo
37	SDS	Social Democracia Sindical	São Paulo
38	SER	Sindicato dos Empregados Rurais	Araçatuba
39	SINTAEMA	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo	São Paulo
40	SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	Araçatuba
41	UNE	União Nacional dos Estudantes	São Paulo
42	UNITERRA	União dos Movimentos Sociais pela Terra	Presidente Prudente
43	VIA CAMPESINA	Via Campesina	Bauru, Campinas, Franca, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, Sorocaba, São Paulo

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATAUTA), 2013. Org.: PEREIRA, Danilo Valentin, 2013. www.fct.unesp.br/nera.

Sobre os movimentos não camponeses, concordamos com Feliciano (2009, p. 130) que justifica considerar as ações dessas organizações pelo

[...] fato de compreender que as ações aqui discutidas serão referentes às organizações do campo, mas com uma diversidade riquíssima, que pode estar além do campesinato [...] [essas organizações] estão majoritariamente reivindicando condições de vida mais justas para uma parcela da população que tem o campo como sua morada e/ou trabalho.

Diante deste cenários de diversos movimentos, consideramos válido destacar o conceito que trabalhamos de movimentos socioterritoriais. Pedon (2009) e Martin (1997) nos ajudam a entender esse conceito, que trata de uma leitura geográfica das ações dos movimentos sociais de luta por um território.

Martin destaca que Geografia utilizou-se dos estudos de outras ciências sociais quando se tratou de movimentos sociais. Mas, as ações desses movimentos, principalmente os movimentos objetos de nosso estudo, ou seja, os movimentos

sociais de luta pela terra, obrigou a Geografia a realizar uma leitura a partir de seu objeto de estudo clássico: o território. Martin (1997, p. 1) destaca que os movimentos sociais cobraram uma leitura geográfica na sua “capacidade de espacializar e territorializar com êxito suas lutas.”. Portanto, era preciso um “ponto de vista verdadeiramente geográfico.” (p. 3).

Pedon (2009) considera que as mobilizações desses movimentos tem um objetivo, que é o espaço de vida “(do trabalho e moradia) [...] as mobilizações que possuem a conquista do território como objeto de luta [...] são conceitualizados, sob uma perspectiva geográfica, como Movimentos Socioterritoriais”. É uma proposta de leitura recente, segundo Pedon.

No Brasil, o interesse dos geógrafos pelos movimentos sociais, enquanto temática a ser pesquisada e teorizada, acompanhou o processo de renovação da geografia na passagem da década de 1970 a 1980. Entre as razões que levaram ao estudo dos movimentos sociais encontra-se, de um lado, a projeção de um expressivo número de movimentos sociais (movimento sindical, movimento camponês, Associações de Moradores, lutas setoriais: como o movimento por creches, pelo transporte público, etc.) que vinham conquistando espaços políticos essenciais para suas reivindicações. Por outro lado, a incorporação de uma matriz teórico-metodológica permitiu à geografia romper com temas e problemáticas tradicionais que consideravam o homem não como sujeito de sua história, mas como um elemento da paisagem. Esse movimento de renovação da geografia deu lugar a um conjunto de propostas que se condensaram na corrente nascente, a Geografia Crítica. (PEDON, 2009, p. 16).

Com a atenção voltada aos movimentos sociais pelas pesquisas geográficas, houve uma maior valorização do espaço no que diz respeito as dinâmicas e processos sociais que esses movimentos promoviam, segundo Pedon. Destacaram-se também, nos estudos sobre o campo, o território como essência das análises dos conflitos vivenciados pelos movimentos de luta pela terra.

Trata-se de uma interpretação que leva em conta os sujeitos do conflito e o território que produzem nas suas ações. Desta forma, o território é tanto o objetivo como o essencial para a existência do movimento social em questão. O MST, por exemplo, é socioterritorial porque tem o território como trunfo e os camponeses tem o território como essencial para sua existência, reprodução, vivência.

Pedon destaca que

O movimento social e movimento socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses. Fernandes (2000) assevera que não se trata da existência de dois tipos de movimentos distintos: movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. Desta forma, não existem um e outro. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2008). Ao nosso ver, o autor ressalta que sua proposta é marcadamente epistemológica, ou seja, reside no campo do desenvolvimento de formulações, teorias e conceitos, destinados a realizar uma leitura geográfica da dinâmica social encetada pela luta de classes [...] A proposta conceitual que busca firmar os movimentos no campo da leitura geográfica, redefinindo-os a partir do conceito de movimento socioterritorial, constitui um momento do desenvolvimento da geografia. Nesse processo de evolução, a geografia amplia sua “bagagem” e inverte sua posição no campo da pesquisa social. De orientada, busca assumir a função de orientadora. (PEDON, 2009, p. 228).

Santos (2008) também defende a leitura geográfica de um objeto, com o objetivo de entendê-lo tanto no todo como das partes em sua interação

Não cremos, pois, que seja indispensável continuar buscando a definição de um objeto com existência separada, isto é, uma existência geográfica, um objeto geográfico em si. A partir do entendimento que tivermos do que deve ser objeto da disciplina geográfica, ficamos em condições de tratar, geograficamente, os objetos encontrados. Mas esta proposição restará tautológica, se não buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento. Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação. Pensamos que nossa proposta atual de considerar o espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações pode ajudar esse projeto. (SANTOS, 2008. p. 77)

Essa leitura nos permite analisar o Quadro acima, identificando movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Socioterritoriais são aqueles que têm a conquista do território como objetivo em suas ações como condição primeira de sua existência, como os movimentos camponeses. Os movimentos socioespaciais são aqueles que buscam ter como o objetivo um espaço para que suas demandas sejam ouvidas, não necessariamente um território de fato, como o GREENPEACE, OAB, etc., mas criam relações sociais de conflito e o seu espaço de luta. Portanto, o espaço, o território, os conflitos, as escalas dos conflitos etc., são fundamentais para o entendimento dos movimentos sociais objetos de um estudo.

1.5. As reivindicações

A sistematização das políticas públicas (Quadro 2) reivindicadas nas manifestações é um elemento importante para entendermos a contribuição na conquista do território camponês e também para o desenvolvimento territorial.

As políticas reivindicadas sistematizadas revelam o quão dinâmicas podem ser as manifestações, uma vez que os movimentos socioterritoriais não exigem somente políticas públicas relacionadas diretamente à luta pela terra ou a luta pelo desenvolvimento de seus territórios, mas também políticas de outras natureza, como ambientais, de defesa dos povos tradicionais, de respeito aos direitos humanos, contra à fome e à pobreza e questões trabalhistas, que entendemos como atreladas ao desenvolvimento do território camponês. Isso revela a posição política dos movimentos em se preocupar com problemas enfrentados pela sociedade em geral.

A metodologia para a sistematização das reivindicações foi realizada levando-se em conta o registrado na planilha da CPT, o informado nas notícias de jornais e os locais das manifestações. Dessa forma, organizamos a tabela a partir desta classificação:

- Terra → Assentamento de família; Reforma Agrária; Regularização fundiária;
- Direitos Humanos → Contra injustiça; Contra violência; Contra impunidade; Lembrança de assassinatos de lideranças; Lembrança de chacinas; Vigília e manifestações por presos dos movimentos socioterritoriais; Manifestações contra a repressão e criminalização dos movimentos socioterritoriais; Manifestações pela paz no campo;
- Política agrícola → Incentivo à pequena produção; Compra de produção dos assentamentos; Pela soberania alimentar; Crédito; Renegociação de dívidas; Incentivo à produção sem agrotóxico; Assistência técnica; Ocupação de agências bancárias; Manifestações contra preços baixos;
- Infraestrutura → Habitação; Água; Energia Elétrica; Estrada;
- Questões Ambientais → Contra transgênico; Contra monocultura; Contra mudanças no Código Florestal; Mudanças climáticas;
- Educação → Escolas; Transporte para estudantes; PRONERA; Ocupação de escolas;

- Saúde → contra fechamento de postos de saúde no assentamento;
- Trabalhista → Boias-frias; trabalhadores rurais; questões salariais; condições de trabalho; Erradicação do trabalho escravo;
- Questões indígenas → Demarcação de áreas;
- Questões Quilombola → Reconhecimento de quilombos;

Quadro 2 – São Paulo – Reivindicações das Manifestações de Campo – 2000-2012

ANO	REIVINDICAÇÕES
2000	Terra / Política Agrícola / Direitos Humanos / Educação / Contra barragens
2001	Terra / Política Agrícola / Contra barragens / Direitos Humanos / Trabalhista
2002	Terra / Contra barragens / Direitos Humanos / Política Agrícola / Educação
2003	Terra / Contra barragens / Direitos Humanos / Política Agrícola
2004	Terra / Política Agrícola / Direitos Humanos
2005	Terra / Contra barragens / Política Agrícola / Direitos Humanos
2006	Terra / Direitos Humanos / Política Agrícola
2007	Terra / Contra barragens / Trabalhista / Direitos Humanos / Política Agrícola / Infraestrutura / Questões Ambientais
2008	Terra / Política Agrícola / Trabalhista / Direitos Humanos / Infraestrutura / Educação / Contra barragens / Contra privatizações / Questões Ambientais
2009	Terra / Contra barragens / Trabalhista / Direitos Humanos / Política Agrícola / Infraestrutura / Educação / Questões Ambientais / Questões indígenas
2010	Terra / Direitos Humanos / Política Agrícola / Educação / Questões Ambientais
2011	Terra / Contra barragens / Políticas Agrícolas / Infraestrutura / Questões Ambientais / Educação / Questão Indígena
2012	Terra / Contra barragens / Política agrícola / Infraestrutura / Direitos Humanos / Questões Ambientais / Questão Indígena / Questão Quilombola

Fonte: DATALUTA, 2013. Org.: PEREIRA, D. V.

Com isso, podemos partir para o embasamento teórico das disputas territoriais que confrontam dois modelos de desenvolvimento colocado para o campo paulista, um debate paradigmático revelado por esse conjunto de dados e mapas.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (camponês – agricultura familiar)

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (CAMPONÊS – AGRICULTURA FAMILIAR)

2.1. O território e o desenvolvimento territorial

*[...] É noite brejeira,
Vem o descanso,
Que o divino prometeu,
É sono de um Deus
Que do olimpo se retirou [...]*

(Professor Ademir Ferreira dos Santos, 2013. Continua...)

Consideramos partir primeiramente do entendimento do conceito de território, ou seja, para entender a disputa territorial, a disputa paradigmática por modelos de desenvolvimento territorial e consequentemente as disputas territoriais, é preciso entender a teoria dos territórios.

Entendemos que a construção do território acontece a partir de relações sociais no espaço baseadas na correlação de forças e poder, como esclarece Raffestin (1993). Assim, a projeção do poder no espaço é que delimita e constrói um território.

Raffestin, ao falar do que seria esse “poder”, faz uma distinção entre o que seria o poder e o Poder, um com inicial minúscula outro com maiúscula. O território passa a ser influenciado e delimitado pelo poder quando é disseminado da sociedade, ou seja, debaixo para cima, oriundo das correlações de forças nas relações sociais, como destaca Cubas (2011). Por sua vez, o território também pode ser delimitado pelo Poder quando vem via Estado, uma influência imposta de cima. São relações de dominação que causam as conflitualidades as quais estudamos.

Essas relações de poder se dão tanto vertical quanto horizontalmente e é da onde se desdobram tais relações de dominação que desembocam nos conflitos e conflitualidades. Geram não somente a coerção e a dominação, como também a resistência e recriação (...) (CUBAS, 2012. p. 2).

Há uma citação clássica de Raffestin: “O espaço é a ‘prisão original’ e o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 144). O homem é responsável pela criação do território, pois é criado pela ação humana, pelas correlação de forças e poder:

As ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega a estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Esta definição conceitual é fundamental para relacionarmos este entendimento com os conflitos no campo. Conceber o território somente como Estado ou Nação é entender somente uma fração da realidade. Para nós, o território é mais. Utilizamos a proposta de Fernandes (2009) da tipologia de territórios: o primeiro, segundo e terceiro território. O conceito de território, quando se trata de estudos geográficos, é de suma importância, pois é a “categoria analítica de primeira ordem para a Geografia” (SPÓSITO, 2009, p. 7). Buscamos esse debate por concordar com Spósito (2009, p. 7) quando diz que o conceito de território é uma opção “dos geógrafos, quando se trata de escolher a ferramenta intelectual principal, para entender o mundo em que vivemos”. Buscamos entender como as manifestações contribuem no processo da luta pela terra, que resulta no território camponês, e como contribuem também para o desenvolvimento desse território, na perspectiva do desenvolvimento territorial influenciado pelas políticas públicas na disputa por modelos de desenvolvimento para o campo. Desta forma, “apoiando-se no conceito de território” nossa intenção é “desvendar fatos, dinâmicas, processos, alianças e conflitos, avanços e recuos do movimento do real [...]” (SPÓSITO, 2009, p. 8).

Consideramos interessante trazer a contribuição de Cubas (2011, p. 3) que define território etimologicamente:

A priori, examinando os dicionários de latim e francês para definir etimologicamente o termo território: vemos que ele é formado pelo radical em latim, *territórium* (terra, pedaço de chão, utilizado no império romano para delimitar suas jurisdições). Pensando em jurisdições, como toda terra debaixo da proteção ou domínio de Roma podemos entender também perceber as vertentes material e imaterial do território no processo de dominação (imposição),

dominados e resistentes, e ainda da construção do poder vindo horizontalmente pela expansão desse território (nas correlações de força) e verticalmente pelo Estado romano.

A definição etimológica, por si só, não contempla todo o conceito estabelecido para o território, mas podemos perceber como as relações sociais e de poder determinam-no, assim como destaca Raffestin. O domínio de Roma na citação acima pode ser interpretado como o espaço de governança da nação que Fernandes (2009) vai entender como primeiro território, entre os três tipos que considera, na tipologia dos territórios. Os outros dois tipos são constituídos nesse primeiro através das relações das classes sociais.

O território, quando entendido levando-se em consideração somente o espaço de governança, acaba por encobrir os diversos territórios existentes frutos da conflitualidade e disputas territoriais no campo, e isso, quando é feito principalmente pelas políticas públicas, tem o objetivo de encobrir e manter a relação de territórios dominantes e dominados. O ponto principal que queremos ressaltar é que

Temos, portanto, duas compreensões distintas: a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar. É o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governança. Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios. Partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais [...] (FERNANDES, 2009, p. 200-201).

Fernandes (2009, p. 198-199) ainda destaca que o território não pode ser considerado “superfície, base ou palco das relações sociais” apenas, mas entender “como as diferenciações da produção espacial e territorial são organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais.”. Sobre essas diferenças classes sociais, diz que:

O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e na florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios, passam a ser disputados. Temos, então, disputas territoriais nos planos material e imaterial. Em que contexto estão acontecendo as

políticas e as disputas territoriais? O que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, está a comunidade, o bairro, até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países. Por isso, a importância de todos os tipos de território e da frase citada na epígrafe deste artigo. Mirta – campesina paraguaia de Carumbey – tem a compreensão que perder sua terra para os sojeiros brasileiros implica na predominância de um modelo de desenvolvimento que determina a organização espacial e territorial de seu país. As disputas territoriais são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. (FERNANDES, 2009, p. 200).

Os territórios camponeses conquistados pelos movimentos socioterritoriais são territórios produzidos a partir de relações não capitalistas de trabalho, ou seja, o trabalho predominante é o familiar, não havendo assalariamento, portanto são territórios não capitalistas dentro de um sistema capitalista, o que gera a conflitualidade das disputas territoriais.

Essas disputas se desenrolam “também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais.” (FERNANDES, 2009, p. 201). Dessa forma, as ocupações são o enfrentamento direto para o acesso à terra, como afirmou Fernandes (1999), e as manifestações podem colaborar nessas dimensões políticas, teóricas e ideológicas, ao espacializar a luta nas marchas, caminhadas e romarias para as cidades, conseguir espaço na sociedade, seja através da mídia ou das pessoas que observam as manifestações nos grandes centros, e também ao ocupar espaços que tem o poder político das decisões, como nas ocupações de órgãos públicos ligados à questão agrária, por exemplo. Dentro deste contexto, “não basta falar apenas em Território. É preciso definir: qual território?” (FERNANDES, 2009, p. 205), no nosso caso consideramos o território camponês, produzido através da luta pela terra e de relações sociais não capitalistas.

Para esclarecer, os outros tipos de territórios que Fernandes (2009, p. 208) propõe são o segundo e terceiro territórios. O segundo território é entendido como o território da “propriedade particular ou comunitária”. O terceiro “é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios.” (FERNANDES, 2009, p. 210).

Como já dito, estes dois tipos de territórios não são indissociáveis do primeiro, “assim como as formas material e imaterial” desses territórios (FERNANDES, 2009, p. 206), mas a proposta das tipologias ajuda no entendimento

dessas ordens. O segundo território é formado pelas “propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias e as propriedades capitalistas [...]” e “territórios capitalistas e não capitalistas produzem conflitualidade permanente pela disputa territorial.” (FERNANDES, 2009, p. 208). Essa disputa territorial Fernandes (2009, p. 208) diz que ocorre de duas formas: “pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios; ou seja, controlando suas territorialidades”. Aqui vemos o cenário do campo brasileiro, ou mais especificamente o campo no estado de São Paulo, que vê um processo de avanço do agronegócio, evidenciando a desterritorialização camponesa e a forma de controle e uso desses territórios na exploração capitalista. A reforma agrária atualmente está bloqueada pela correlação de forças existentes nessa disputa paradigmática, ou seja, é a força do capital controlando o acesso ao território por parte dos camponeses.

O terceiro território é oriundo dessa conflitualidade:

O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. Enquanto a ideia de segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se apropria dessa condição, mas não está subordinado a ela. (FERNANDES, 2009, p. 210).

Então, o que estamos entendendo é que as manifestações dos movimentos socioterritoriais buscam desenvolver esse terceiro território, que é a “representação das formas de uso dos territórios” (FERNANDES, 2009, p. 210), através das relações camponesas não capitalistas e para isso reivindicam o conjunto de políticas públicas que levantamos neste estudo, pois na correlação de forças com o capital representado pelo agronegócio, que veremos mais abaixo, os camponeses representam uma resistência. São necessárias políticas públicas que tenham a potencialidade de promover a autonomia dos camponeses. Essa disputa por modelos de desenvolvimento, numa relação direta com a disputa por políticas públicas emancipatórias, revela a importância das manifestações na disputa pelo primeiro território, pois:

São movimentos socioterritoriais disputando o primeiro território em toda suas escalas. [...] o primeiro território e o Estado são disputados

permanentemente. Os segundo territórios são frações do primeiro (FERNANDES, 2009, p. 208).

Outra importância que vemos nas manifestações é seu papel fundamental para revelar o território imaterial camponês:

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir, faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. (FERNANDES, 2009, p. 211).

O que podemos entender é que as manifestações, nos seus variados espaços, com suas variadas formas e diversas políticas públicas reivindicadas visam disputar o primeiro território, pois, como vimos, elas têm um forte poder político ao adentrar nos espaços de decisões, para que o Estado se faça presente no segundo e terceiros territórios camponeses, materializados nos assentamentos e nas relações camponesas de formas não capitalistas de produção.

2.2. Disputa paradigmática para o desenvolvimento territorial: PQA x PCA

Pesquisadores do coletivo de pensamento NERA veem desenvolvendo uma proposta teórico-metodológica de leitura da questão agrária brasileira pelo debate e disputa paradigmática. São nossas referências para entender esta disputa que existe entre dois paradigmas, o Paradigma do Capitalismo Agrário e o Paradigma da Questão Agrária.

Campos (2012, p. 43) destaca que “antes que possamos apresentar os territórios paradigmáticos, é preciso que tanto o território como o paradigma tenham seus marcos teórico-metodológicos bem definidos.”.

O conceito de paradigma pode ser entendido em dois momentos diferentes: segundo uma concepção clássica e segundo uma concepção contemporânea. Na primeira, o conceito originou-se na Grécia (paradeigma), a partir de Platão, com a Teoria das Ideias. De natureza filosófica, seu significado remete a um modelo, um

exemplo, referente às formas e às ideias (JAPIASSU; MARCONDES, 1993). Mais tarde, na década de 1960, o conceito foi retomado por Thomas Samuel Kuhn em seu trabalho seminal e pioneiro intitulado *A Estrutura das Revoluções Científicas* (ERC), cuja primeira edição foi publicada no ano de 1962. Segundo a concepção contemporânea, neste trabalho, Kuhn delineou outra linha de interpretação sobre a ciência, com a introdução de uma nova proposta para o tratamento das questões concernentes ao desenvolvimento científico. (CAMPOS, 2012, p. 45).

Tendo isto, entendemos que o conflito no campo brasileiro é uma disputa por territórios e modelos de desenvolvimento para esses territórios. Há o modelo hegemônico baseado na produção de *commodities* e há o modelo contra-hegemônico baseado na pequena propriedade priorizando a produção familiar e de alimentos. Esses dois modelos de desenvolvimento estão representados nos trabalhos acadêmicos, nas teorias, nas ideias, e, conseqüentemente, nas políticas públicas.

Como esclarece Fernandes (2013), o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) tem sua origem nos estudos de Lênin (1899)¹⁴ e Kautsky (1899)¹⁵, pois estes autores trouxeram elementos que permitiram analisar o desenvolvimento da agricultura no sistema capitalista. Leitura essa que, mais recentemente, influenciaram os trabalhos de Mendras (1967; 1992) e Abramovay (1998). Estes autores formam a base da construção teórica que embasa o desenvolvimento do agronegócio, ou seja, defende a produção em larga escala, em grandes propriedades, dando voz aos ruralistas, além de desconsiderar a figura do camponês como um sujeito autônomo, sendo necessária sua integração ao sistema econômico atual do campo. Já o Paradigma da Questão Agrária (PQA), teoriza a produção em pequenas propriedades legitimando a luta pela reforma agrária dos camponeses organizados nos movimentos socioterritoriais com projeto político contra-hegemônico, segundo Felício (2010).

O Paradigma da Questão Agrária tem sua base de fundamentação na luta de classes da leitura marxista. Para este paradigma as obras de Kautsky e Lênin também são seminais, segundo Fernandes (2013), pois se tratam de obras que são a base nos estudos da questão agrária. Porém, estes autores acreditavam que o camponês desapareceria ao passo que o capitalismo fosse se desenvolvendo no

¹⁴ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

¹⁵ KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

campo, pois se tratavam de um resíduo social. Para eles, deveriam existir apenas duas classes sociais: a burguesia capitalista e o proletariado. Fazem parte de uma corrente clássica de pensamento do desenvolvimento do campo. Mas, ainda dentro do PQA, outra corrente surge. São intelectuais que entendem o campesinato como uma classe inerente a lógica contraditória do capitalismo e que por isso não desapareceram, como mostrou a história e seguem “incomodando”, parafraseando Shanin.

O PQA tem como principais elementos para análise “[...] a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo.” (FERNANDES, 2008, p. 11). O método do PQA “[...] dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria [...]” (Ibid, p. 20). Desta forma, a análise não se limita à lógica do capital. O enfrentamento ao capitalismo é tido como possível, ou seja, este paradigma entende os conflitos como “defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses, entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo.” (FERNANDES, 2013, p. 199). As desigualdades sociais e econômicas geradas pelo capitalismo agrário são inerentes ao sistema capitalista por ser predatório e desigual em sua própria natureza, portanto não são problemas conjunturais e sim problemas estruturais. Fernandes (2013) ressalta que neste modelo teórico o pequeno produtor rural é conceitualmente o camponês, pois a história mostra que esse sujeito conviveu e resistiu às formas capitalistas de produção, principalmente à desterritorialização, sendo, portanto, sujeito de sua existência.

O Paradigma do Capitalismo Agrário é mais recente. Ganha notoriedade na década de 1960, com Mendras e no Brasil na década de 1990 com o trabalho de Abramovay. Referência para os pesquisadores alinhados a esse paradigma, Abramovay busca romper com a leitura marxista do PQA. Os problemas do campo são entendidos como conjuntural, sua superação estará no desenvolvimento do capitalismo. Os teóricos alinhados a este paradigma entendem que os pequenos produtores no Brasil, por fazerem parte de um mercado incompleto, precisam ser integrados ao sistema capitalista, pois o sistema vigente é “[...] avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais.” (ABRAMOVAY, 1998, p. 129). O foco deste método é a “[...] ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que metamorfoseia um sujeito para adequá-lo aos seus princípios.” (FERNANDES,

2008, p. 20). Esta lógica compreende que o campesinato compõe uma estrutura incompleta e necessita do mercado capitalista para se desenvolver, “[...] campesinato e capital compõem um mesmo espaço político, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma.” (FERNANDES, 2013, p. 199). Abramovay ressalta a importância da agricultura de base familiar no desenvolvimento da agricultura dos países capitalistas ricos, porém de forma integrada ao sistema capitalista, tornando-os produtores profissionalizados. As disputas territoriais são entendidas como “um problema conjuntural e podem ser superadas por meio de políticas que possibilitem a ‘integração’ do campesinato ‘ou agricultor de base familiar’ ao mercado capitalista.” (FERNANDES, 2013, p. 199).

Essa leitura é que trouxe para o debate a diferenciação entre campesinato e agricultor familiar. Para Fernandes (2008, p. 11) é “[...] uma diferenciação teórica política que tem se manifestado em políticas públicas e organizações sociais dos trabalhadores, gerando conflitualidades.”.

O PCA é quem vem ditando o modelo de desenvolvimento do campo no país atualmente. É hegemônico, segundo Fernandes (2013), e propõe um desenvolvimento baseado na produção monocultora de *commodities*, prioritariamente para exportação e em grandes propriedades. Diferentemente do modelo proposto pelo campesinato, de uma produção diversificada, prioritariamente de alimentos e em pequenas propriedades. Portanto são modelos com lógicas conflitantes e “essas são características importantes para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial.” (FERNANDES, 2013, p. 203).

A manifestação remete a um espaço de luta política e ideológica que, para o PQA, legitima a luta pela reforma agrária e o desenvolvimento territorial de forma diferente da produção capitalista em grande escala. Por isso,

[...] o estudo do território como categoria fundamental de análise quando se quer estudar a sociedade a partir da luta de classes. As contradições dessa luta emergem de maneira mais explícita nas dimensões do território possibilitando entender a conjunção de forças opostas. Por isso o lugar onde se dão as disputas políticas e se desenvolvem as conflitualidades é o território material. A cada território material corresponde um território imaterial que é construído simultânea e necessariamente com o objetivo de tornar o primeiro visível ou invisível. (FELÍCIO, 2010, p. 18)

E continua:

[...] o campesinato também constrói o seu território imaterial para disputar e defender o seu lugar e a sua importância na sociedade capitalista demonstrando que ele não desapareceu, mas participa das discussões com seu projeto ideológico. E dessa forma ajuda a desenvolver o paradigma da questão agrária (PQA) que estuda a questão agrária como problema estrutural do capitalismo que só se desenvolve gerando concentração de terras, produção e capital e para isso subordina social, econômica e politicamente enorme contingente populacional de um lado, e de outro promove a resistência desse contingente que recusa a subordinação criando alternativas. (FELÍCIO, 2010. p. 23).

Felício (2010) considera como imprescindível esse debate paradigmático entre as relações de desenvolvimento nos territórios do capital e nos territórios dos camponeses. Fernandes (2008, p. 2), contextualiza que a questão agrária, por muito tempo, foi pautada e conceituada apenas por conflitos que visavam o acesso à terra. Mas, considerá-la somente nessa perspectiva é desconsiderar outras, “porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento de enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado”. Para entender não apenas no momento do enfrentamento pela terra, lança mão do conceito de conflitualidade, sendo este um processo sustentado pelas contradições do capitalismo. Portanto, o entendimento da realidade a partir dos paradigmas auxilia na leitura sobre a conflitualidade e sobre a questão agrária. Nesse sentido, compreendemos a questão agrária como Fernandes (2008), é uma contradição estrutural do capitalismo que territorializa-desterritorializa-reterritorializa relações sociais dos camponeses.

Para a concepção teórica do PCA não existe questão agrária no capitalismo, como destaca Felício (2010). O que deve acontecer é a transformação do camponês em agricultor familiar para que seja colocado nas normas do mercado capitalista. Fernandes (2008, p. 11) diz que, “[...] Abramovay propõe uma ruptura com o paradigma marxista ou lenista/kautskyano [...]” afirmando que “[...] o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou”. Levando-se em consideração as políticas públicas reivindicadas pelos movimentos socioterritoriais, podemos considerar que buscam o desenvolvimento de seus territórios aliados ao PQA e que não querem ser integrados ao mercado capitalistas, mas sim poder ter condições de manter e

reproduzir relações sociais não capitalistas em seus territórios. As manifestações são uma forma de colocar à vista da sociedade esse território imaterial camponês e também exigir políticas públicas que visem desenvolver seus territórios materiais, pois:

Pensamos o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a ideia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade. (FERNANDES, 2009, p. 211)

Mostram-se elementos que essas manifestações que ocupam os espaços das cidades e do campo objetivam concretizar. Fernandes (2009, p. 212) ainda ressalta algo que podemos relacionar com a importância das manifestações na luta pela terra e também na luta pelo desenvolvimento dos territórios conquistados:

O território imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, mas pertence ao campo da política. E pode ser utilizado para **viabilizar** ou inviabilizar políticas públicas, por exemplo. (Grifo nosso).

As manifestações dos movimentos socioterritoriais são estratégias que buscam viabilizar as políticas públicas consideradas necessárias para a sua existência enquanto camponês e não enquanto subordinado ao sistema do capital.

Mas, o camponês e o agricultor familiar são os mesmos sujeitos? A opção conceitual em utilizar um ou outro também é uma disputa paradigmática entre o PQA e o PCA.

Teodor Shanin (1983) ao analisar o campo russo antes e depois da Revolução Russa conclui que os camponeses não se polarizaram em agricultores capitalistas, de um lado, e proletários, de outro. A teoria da época previa que, pelo processo da diferenciação interna, os três estratos socioeconômicos do campesinato estabelecidos à época (pobre, médio e rico) polarizariam em apenas ricos e pobres. Os camponeses médios, ou ascenderiam ao estrato rico ou se tornariam assalariados trabalhando para os camponeses ricos. Diante dessa constatação, coloca-se a refletir sobre a capacidade de resistência dos camponeses em não se tornarem capitalistas, contrariando as teorias do desenvolvimento da agricultura que entendem a naturalidade dessa transformação de acordo com o desenvolvimento do capitalismo no campo e a diferenciação interna.

Hoje, alguns pesquisadores brasileiros dedicados ao estudo do campo seguem esta linha de raciocínio que Shanin observou na Rússia, ou seja, defendem que o campo brasileiro irá passar pelo mesmo processo: o desenvolvimento em curso no rural brasileiro levará à diferenciação interna da população do campo, resultando na transformação total de qualquer prática não capitalista de produção para práticas capitalistas, pois a prática não capitalista forma um mercado incompleto, necessitando incorporar-se ao sistema agroindustrial capitalista.

Em contrapartida, outros pesquisadores são contrários a esta corrente teórica. Entendem que o campesinato não desaparece no capitalismo, mas se recria por um processo contraditório, desigual e combinado do próprio capitalismo. A tese dessa corrente é de que, ao mesmo tempo em que o capitalismo avança produzindo relações assalariadas, produz e reproduz, contraditoriamente, relações não capitalista (camponesas) de produção. Além disso, a luta pela terra seria outra forma dos camponeses se recriarem e continuarem a existir. O conflito por terra é outra contradição do capitalismo.

Portanto, o elemento central, ou “nó”, destes entendimentos é o camponês, mesmo sendo entendimentos opostos: ou o camponês desaparece, se metamorfoseando em um empresário, ou o camponês se mantém produzindo e se reproduzindo, a partir de práticas não capitalistas. Por isso, Shanin denomina sua obra basilar de “classe incômoda”.

Martins (1995, p. 21) ajuda a entender como o conceito de camponês e campesinato foram inseridos no Brasil. Segundo o autor,

As palavras “camponês” e “campesinato” são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta.

Considerando que a obra de Martins, na sua primeira edição, é da década de 80, estes conceitos foram inseridos no Brasil, portanto, na década de 60. Anteriormente a esta época, destaca o autor, a denominação utilizada para quem vivia no campo era outra, que variava de região para região do país. Existia o termo *caipira* para denominar os camponeses nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul; o termo *caíçara* denominava os trabalhadores

da região litorânea de São Paulo; o *tabaréu* era o camponês do nordeste, por exemplo. Existia também o termo *caboclo*, porém mais amplo em sua abordagem de denominação. Para Martins (Ibid, p. 22), estes termos empregados no passado podem ser interpretados com duplo sentido:

Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados, ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta do trabalho. No conjunto, são palavras depreciativas, ofensivas.

O autor destaca que, aos poucos, estes termos foram sendo abandonados pelo vocabulário cotidiano. Para ele, pela correspondência dos fatos, isso se deu pelo crescimento das lutas camponesas e, por consequência, pela entrada do campesinato no debate político nacional. Cabe ressaltar que o termo *latifundiário* também foi uma denominação política no contexto das lutas camponesas:

Essas novas palavras – *camponês* e *latifundiário* – **são palavras políticas**, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. **Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas, e dos confrontos entre as classes sociais.** Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; **por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.** (Ibid, p. 22-23. Grifo nosso.)

Dando um salto histórico, chegamos aos anos 2000 e ao recente conceito colocado em uso quando se trata de trabalhadores do campo: o conceito de “agricultor familiar”. O Governo Federal, em meados dos anos 2000, definiu o que seria um agricultor familiar por meio de lei¹⁶.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Esta Lei estabelece **os conceitos**, princípios e instrumentos destinados **à formulação das políticas públicas** direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão

¹⁶ LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. “Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.”

articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - **utilize predominantemente mão-de-obra da própria família** nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, p. 1. Grifo nosso).

Outro fato importante que gostaríamos de destacar é que, também em meados dos anos 2000, mais precisamente 2006, a agricultura familiar foi retratada pela primeira vez por pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo Agropecuário 2006 trouxe números que incomodaram os latifundiários brasileiros.

Sobre o número de estabelecimentos familiares no país, a pesquisa chegou ao total de 4.367.902 estabelecimentos familiares no campo. Este universo possui uma representatividade de 84,4% do total de estabelecimentos produtivos no Brasil, que possui 5.175.489 estabelecimentos rurais. Entretanto, os estabelecimentos familiares são ocupantes de apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país: em hectares, 80,25 milhões. Mesmo ocupando somente este um quarto de área, a agricultura familiar representa 38% do valor total da produção brasileira no campo, ou seja, R\$ 54,4 bilhões.

Sobre os alimentos produzidos por este tipo de agricultura, ainda que dispondo de uma área menor como já vimos, o censo mostrou números interessantes. Segundo o IBGE, a agricultura familiar foi responsável, por exemplo, pela produção de 87% da mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. Portanto, a produção alimentar está diretamente ligada aos pequenos agricultores. Em relação ao trabalho, o censo mostrou que a

pequena agricultura acaba empregando quase 75% da mão de obra no campo, com um total de 12,3 milhões de trabalhadores.

A partir do colocado até aqui, revelamos o debate conceitual existente entre “camponês” e “agricultor familiar” nos trabalhos acadêmicos, movimentos sociais e políticas públicas. Qual a intenção do abandono da denominação de “camponês”, introduzido aqui na década de 60, para a utilização, e até mesmo oficialização por meio de lei, da denominação “agricultor familiar”? É uma opção teórica da leitura que os pesquisadores do campo brasileiro, agrupados em paradigmas, fazem.

Shanin é o teórico que embasa nossa compressão do que definiria um camponês ou uma unidade de produção familiar camponesa. Trazemos a reflexão proposta por Shanin sobre o camponês, no começo do século na Rússia, para os dias atuais fazendo um diálogo com a contribuição da disputa paradigmática. A amplitude e a complexidade da questão agrária brasileira possibilitam aos pesquisadores diversas leituras, construindo paradigmas, que se refletem nos conceitos produzidos, que por sua vez vão influenciar na construção das políticas públicas, por exemplo.

Shanin é um dos teóricos clássicos sobre a questão agrária indispensável a quem se dedica a este tema. O livro “La clase incómoda” (1983) é basilar para se discutir o campesinato. O autor faz questão de destacar que seus estudos não têm a pretensão de ser uma “chave-mestra” para o entendimento das sociedades camponesas. São algumas reflexões acerca do campesinato russo do começo do século XX, mas reconhece que estas reflexões podem servir para o estudo mais geral do campesinato enquanto uma classe social. De forma geral, Shanin (p.17) aponta quais seriam as concepções dos políticos e intelectuais russos, no começo deste século, sobre as dinâmicas de uma sociedade camponesa:

La creencia general era que en el inevitable proceso del avance económico, cada sociedad humana se dirigía necesariamente hacia una creciente división del trabajo, al establecimiento de relaciones de mercado, acumulación de capital y diversificación social. Se creía también que estos procesos se centraban en las ciudades, pero se esparcerían por el campo de manera inevitable. Las explotaciones campesinas ricas, que estaban mejor y más abundantemente equipadas y tenían una relación capital/trabajo más alta, se encontraban en una posición ventajosa por lo que se refiere a la óptima utilización de los factores productivos y su posterior acumulación. Precisamente por razones opuestas, las explotaciones campesinas pobres se hallaban en desventaja a la hora de realizar

cualquier intento para mejorar su situación socioeconómica. La continua acumulación de ventajas y desventajas económicas condujo a una polarización de la sociedad campesina en agricultores ricos que, en forma creciente, adquirirían las características de empresarios capitalistas, y agricultores pobres que perdían sus explotaciones convirtiéndose en asalariados agrícolas sin tierra empleados por los agricultores ricos, los propietarios de fincas o los empresarios urbanos.

A teoria russa sobre o campo fazia crer que as características de uma sociedade camponesa tradicional desapareceriam, surgindo outra estrutura social, baseada nas formas capitalistas de produção que se estabeleceriam no campo. Shanin ainda diz que esta concepção se estabeleceu, como conhecimento, com muita força, tornando-se a ideologia para justificar as decisões políticas adotadas e também como “lentes...a través de las cuales los hombres ven un mundo por el que interpretan e informan lo que ven” (MILLS, 1963 *apud* SHANIN, 1983, p. 18). A perspectiva, então, era de que o campesinato se estabeleceria em classes rurais típicas da sociedade capitalista, ou seja, teríamos agricultores capitalistas (detentores das terras e dos meios de produção) e trabalhadores assalariados, que teriam somente sua força de trabalho para vender como meio de reproduzir-se.

Para Shanin, os camponeses são a maioria da humanidade,

En casi todos los países “el pueblo” (como término opuesto al de “nación”) es sinónimo de “los campesinos”; la “cultura nacional” específica se corresponde íntimamente con la cultura campesina; “el ejército” significa jóvenes campesinos de uniforme, armados y dirigidos por hombres diferentes. Estos hechos tan obvios necesitan, sin embargo, volver a ser recordados. (p. 274. Grifos do autor).

Os fatos óbvios da representatividade camponesa no mundo estão sendo deixados de lado para Shanin. O autor critica os estudos, ou a falta deles, sobre a história agrária, pois afirma estar de certa forma abandonado. As ciências sociais não têm dado a atenção devida ao meio rural, salvando-se alguns campos da antropologia e da história. Porém, para Shanin, a realidade acaba provocando novos estudos. “Día a día, los campesinos hacen que los economistas se lamenten, que los políticos suden y que los estrategas maldigan, destruyendo sus planes y profecias en todo el mundo...” (p. 274). As previsões sobre o futuro ou desenvolvimento do camponês que surgiam não conseguiram explicar muito a realidade: “El campesinato siguió su propio camino sin darse cuenta de que, en términos académicos, representaba un fastidio intelectual.” (p. 275).

Por definição, Shanin considera que:

El campesinato está formado por pequeños productores agrarios que, con ayuda de un equipo simple y el trabajo de sus familias, producen principalmente para su propio consumo y para cumplir con las obligaciones prescritas por los que detentan el poder económico e político. (p. 276).

Esta definição, aponta o autor, implica que o camponês possui uma relação específica com a terra e também que a forma de trabalho familiar na unidade doméstica proporciona uma interação social e uma estrutura de ocupação própria. São influências do passado histórico destes sujeitos e são essas características que “[...] nos conducen, asimismo, a algunas de las peculiaridades de su posición en la sociedad y la tipicidad de sus formas de acción política.” (p. 276). Sobre a relação com a terra, e também sobre o caráter específico da produção agrária dos camponeses, Shanin afirma que:

[...] constituyen la base de algunos de los rasgos peculiares de la economía campesina. La producción de la explotación satisface las necesidades consuntivas básicas de la familia proporcionando al campesino una independencia relativa respecto de los demás productores y del mercado. Ello contribuye a la relativa estabilidad de las unidades domésticas campesinas, que, en épocas de crisis, son capaces de continuar su existencia aumentando sus esfuerzos, disminuyendo su propio consumo e suprimiendo, parcialmente, cualquiera de las relaciones que pueda tener con el mercado. (p. 276).

Em relação à exploração familiar,

[...] es la unidad básica de propiedad, producción, consumo y vida social campesinas. El individuo, la familia y la explotación surgen como un todo indivisible. “La identificación o el interés de familia y explotación parece ser una característica típica de la familia campesina tradicional”. Aquella toma la forma dual de unidad de consumo y producción. El ajuste de las necesidades consuntivas, el trabajo familiar disponible y el potencial de la explotación influyen de forma acusada en las actividades de un campesino. (p. 278. Grifo do autor).

O interessante destacado por Shanin é que, baseado nestas características expostas sobre os camponeses, os diversos estudos de pesquisadores diferentes, e em países diferentes, mostram semelhanças. “Cualquier que sea la estructura legal impuesta en el país, los campesinos parecen actuar dentro de este marco social de

referencia.” (p. 278). Podemos considerar que, toda a peculiaridade destaca por Shanin acerca dos camponeses russos, de certa forma acaba se repetindo nos camponeses do mundo como característica histórica, social e produtiva, pois “El campesinado se manifiesta no sólo como um grupo social diferenciado, sino como um modelo general de vida social [...]” (p. 281), ou seja, é uma forma de vida. Ademais, Shanin conclui que há uma diferenciação cíclica do campesinato. Ora ele pode acumular, porém ora ele não consegue ou é obrigado a investir o acumulado, ou seja, a mobilidade social é cíclica, não significando que o camponês que acumula necessariamente tornar-se-á capitalista.

Percebemos que a definição de “agricultor familiar”, apresentado na lei, é muito semelhante à definição de campesinato apresentada por Shanin. Isso evidencia que há alguma intencionalidade ao institucionalizar um conceito de modo a incentivar o desuso de outro. Qual o motivo?

O debate existente entre o conceito de camponês e agricultor familiar pode ser explicado pela leitura da disputa paradigmática. Os paradigmas expressam a conflitualidade existente no campo hoje. São métodos diferentes, portanto projetam leituras diferentes da realidade manipulando os elementos existentes, como os conceitos, com base nestes referenciais teóricos. Fernandes (2008) esclarece que cada paradigma vai ter, portanto, suas definições de conflito, de desenvolvimento, de território e também de pequeno produtor, o que é objeto de reflexão neste texto. Os conflitos por terra, por exemplo, fazem parte de uma conflitualidade existente no campo brasileiro, ou seja, são parte de um conjunto de conflitos num contexto de disputa por modelos de desenvolvimento territorial rural, da qual o debate paradigmático e/ou conceitual também faz parte. “São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.” (FERNANDES, 2008, p.2). “Os paradigmas geram conflitualidades que são expressas nos debates, nas publicações, nas políticas públicas (ou privadas), nos eventos e manifestações através de suas respectivas ideologias.”. É uma conflitualidade exposta dia-a-dia “[...] nas teses, livros e relatório [...] nas manchetes dos jornais e de todas as mídias [...]” (Ibid, p. 23).

A história e os exemplos empíricos mostraram que a criação e recriação do campesinato foi, e continua sendo, uma realidade. Isto se daria de duas formas: pelo movimento desigual e contraditório do capital, produzindo capital também por meio de relações não capitalistas de produção; e por meio da luta por terra e

desenvolvimento dos assentamentos rurais, dois processos que permitem o camponês continuar existindo. Então, o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como elementos do interior do próprio capitalismo. Assim como na Rússia, o camponês é elemento central neste debate. Para o PCA, ele precisa se metamorfosear em agricultor profissionalizado. Para o PQA ele precisa continuar resistindo e lutar por condições de se reproduzir como camponês e não como agricultor capitalista. É o camponês, que para Shanin, incomoda políticos, teóricos, governos.

Para ilustrar o debate paradigmático trazemos concepções de teóricos considerados inseridos em cada paradigma. Recentemente, o agrônomo Francisco Graziano e o sociólogo Zander Navarro, excelentes exemplos de teóricos alinhados ao PCA, em suas colunas no jornal *O Estado de São Paulo*¹⁷ dedicaram-se a criticar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Trata-se de um plano fomentado pelo Governo Federal para agricultura alternativa.

Navarro, logo no primeiro parágrafo do artigo deixa bem claro sua concepção do que será o PLANAPO:

Poderia ser o **dia da mentira**, mas esse já consta no calendário. Melhor designá-lo como dia do assombro. Ao lançar em 17 de outubro com fanfarra, o Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica, o governo federal **mergulha no ridículo** [...] É mais uma criativa contribuição brasileira para o **anedotário internacional**, **pois é histriônica a sugestão de a agroecologia ser o caminho tecnológico para assegurar tanto a produção como a sustentabilidade das atividades agropecuárias**. (Grifo nosso.).

Para Graziano, o Plano é o

Verdadeiro anticapitalismo no campo. [...] Não é fácil defini-lo. Sua articulação política envolve os chamados “povos oprimidos”, em que se misturam índios, quilombolas, quebradoras de côco, comunidades ribeirinhas, pescadores artesanais, grupos em geral alinhados com o ideário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Na contramão da História, eles propugnam uma “via camponesa” em contraposição ao agronegócio empresarial**. (Grifo nosso.).

Continua sua argumentação criticando um texto produzido em conjunto pelos sujeitos que ele denomina de “povos oprimidos”. O texto foi apresentado na

¹⁷ NAVARRO, Zander. *Fadas, duendes e agricultura*. 30/10/2013, p. A2. GRAZIANO, Francisco. *Ecologia e ideologia*. 12/11/2013, p. A2.

conferência mundial promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a *Rio +20*, e seu conteúdo criticava a incoerência de propostas ambientalistas que não se preocupam em discutir a superação do modo capitalista de produção, o que se torna uma contradição. Os “povos oprimidos” propunham formas realmente alternativas, ou seja, algo que já visualizasse outra sociedade, pós capitalista, que só a produção camponesa de fato pode propor coerentemente. O discurso ambientalista só faz sentido se propõe formas camponesas de produção. Mas, Graziano diz que:

O texto expressava posição contrária aos empresários do campo e, até mesmo, criticava as políticas de apoio à agricultura familiar, acusando-as de induzirem à vinculação dos pequenos produtores aos setores do agronegócio. Algo como se fosse proibido progredir na roça. Zander Navarro já apontou, em artigo publicado aqui, no Estado (Fadas, duendes e agricultura, 30/10), a **fraqueza teórica e prática desse suposto “modelo agroecológico” de produção camponesa. Seus formuladores vivem da retórica, não comprovam viabilidade prática.** (Grifo nosso.).

As considerações destes dois acadêmicos ilustram a leitura sobre o debate paradigmático existente atualmente. É clara a posição de Navarro e Graziano sobre o modelo de desenvolvimento rural que deve ser colocado em prática no campo brasileiro: a agricultura capitalista. É clara também a posição deles sobre o camponês ou produção camponesa. Para Navarro, propostas camponesas são “mentiras” ou algo que beira o “ridículo”. Graziano está correto em alguns pontos: realmente a proposta camponesa é anticapitalista, é intencionalmente proposta de disputa entre camponeses e o agronegócio empresarial. Só não é uma proposta na “contramão da história” como ele afirma. Pelo contrário, a história mostra a resistência camponesa. Ao que parece ele não leu corretamente Shanin.

No que consideramos “na mesma mão da história”, Ariovaldo Oliveira (2004), geógrafo que é outro excelente exemplo paradigmático, mas do PQA, mostra dados que revelam o crescimento de camponeses no período áureo de desenvolvimento capitalista no Brasil:

[...] Um bom exemplo para esclarecer essa questão é o aumento do número de posseiros no Brasil. Em 1960 existiam 356.502 estabelecimentos agropecuários controlados por posseiros. Já em 1985, eles passaram para 1054.542 estabelecimentos, e em 1995 eram 709.710. Ou seja, ocorreu exatamente, nesse período de grande desenvolvimento do capitalismo (sobretudo industrial) no

Brasil, um aumento dos estabelecimentos ocupados por posseiros até 1985, e a sua redução em 1995 foi provocada pela regulação fundiária realizada no governo FHC [...]. (p. 35).

Se a concepção teórica de que o desenvolvimento do capitalismo iria assalariar os camponeses tivesse acontecido de fato, os números não poderiam ser esses. Uma diminuição do número de posseiros deveria ter acontecido neste período de pleno crescimento principalmente industrial, pois ou os camponeses seriam assalariados no próprio campo, ou seriam assalariados nas indústrias que se desenvolveriam. Além disso, mesmo o censo agropecuário dizer que fez uma pesquisa da agricultura familiar, para nós é o mesmo que camponesa. Logo, são dados que também evidenciam a importância da agricultura camponesa para o Brasil, diferentemente do que pensam Navarro e Graziano.

Portanto, o capitalismo possui contradições que fazem os camponeses continuarem a se reproduzir. Esta disputa é apenas uma faceta da complexa conflitualidade em relação ao campo brasileiro. Trata-se de um debate político, pois as diferentes leituras possuem diferentes intencionalidades. Os conceitos são construções teóricas e inevitavelmente não escapam de ideologias. Para nós, é claro que ambos os conceitos tratam do mesmo sujeito social: o pequeno produtor. Convém deixar claro também que estamos entendendo o camponês enquanto classe social.

Intencionalmente, os pesquisadores, que acabam influenciando as políticas públicas, utilizam-se de um dos conceitos para tornar invisível o outro. A intenção do PCA, hegemônico no Brasil, é tornar invisível o camponês, com toda sua história de existência e resistência. O camponês continua sendo um incômodo. Não desapareceu. Não se polarizou em “capitalista x proletário”. Não foi incorporado em sua totalidade ao modo capitalista de produção do campo. Segue resistindo e buscando sua existência sob a orientação de sua forma histórica de reprodução.

Os dados do censo da agricultura familiar, que bem poderia trazer o nome de “censo da agricultura camponesa”, mostra a importância e representatividade que os camponeses têm no Brasil, mesmo ainda sob uma injusta disputa com a agricultura capitalista, tanto no que diz respeito a subsídios para a produção, quanto à ideologia.

Os Cadernos de Conflito da Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançados anualmente mostram que o conflito no campo segue intenso. Revela que os

camponeses, como disse Shanin na década de 80, continuam possuindo coesão nas suas ações políticas sustentando encontros aos latifundiários, ao capitalismo no campo, a grupos urbanos e também ao Estado moderno. Como mostrou Martins, os próprios camponeses fizeram o conceito de “camponês” ser incorporado ao vocabulário nacional por suas próprias lutas. Estas mesmas lutas incessantes, devido à própria contradição do capitalismo, fazem com que o “camponês” seja substituído por “agricultor familiar”, de modo a tentar esconder este fato. O “agricultor familiar” esconde o passado e o presente de enfrentamento desta classe que historicamente foi revolucionária, como retrata Wolf (1984).

Portanto, estes conceitos não são meras palavras, como bem alertou Martins, apesar de falarem do mesmo sujeito social. São carregadas de intencionalidade política. Isto é claro na lei que estabelece o conceito de agricultor familiar. As características necessárias para ser classificado como tal, são muito semelhantes ao que Shanin classifica como camponês ou unidade de produção familiar camponesa. Diante deste contexto de debate paradigmático, luta de classes e a disputa por modelos de desenvolvimento, o camponês deve continuar “incomodando”, seja no enfrentamento ao latifúndio, ao capital, governo, seja nas publicações acadêmicas, como esta.

2.3. A modernização da agricultura no Brasil: as políticas públicas de desenvolvimento para o campo da décadas de 1960 aos anos 1990

Antes de chegarmos nas análises das políticas públicas em execução nos territórios camponeses, foi preciso fazer uma contextualização de como foi se dando o desenvolvimento do campo no século passado, no que diz respeito as políticas que foram sendo implantadas pelos governos militares no pós golpe de 64 e nos governos pós-ditadura, como mostram Fonte (2006) e Fernandes (1996). O método da leitura da disputa paradigmática sobre a disputa de modelos de desenvolvimento para o campo auxilia no entendimento desse contexto pelo qual passou o país.

Fonte (2006, p. 53) aponta que a história do país a partir da década de 30 é consensualmente aceita “como a história da industrialização do Brasil” e Fernandes (1996) mostra que nos governos militares esse processo se intensificou com

importantes repercussões no campo e por consequência nas políticas adotadas para o seu desenvolvimento.

O modelo de modernização conservadora vinha prevalecendo como base para o pensamento das políticas públicas, segundo Fernandes, nos governos militares. E para este autor era preciso pensar novos modelos de desenvolvimento para a agricultura brasileira que fossem capaz de superar os conflitos e as contradições que as políticas promoviam no campo, como veremos no histórico dos assentamento escolhidos para a pesquisa de campo.

O autor aponta como fatores para a crise:

[...] a intensificação da concentração fundiária em contrapartida a não realização do projeto de reforma agrária; a concentração do poder político nas mãos da bancada ruralista: a política de privilégios à agricultura capitalista e a consequente destruição da agricultura camponesa; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e a expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras; o surgimento de milhões de famílias sem terra; a extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários; a persistência de empresários rurais na utilização do trabalho escravo; a concepção tecnicista de desenvolvimento da agricultura; o crescimento contínuo da violência no campo e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola etc. Outros fatores que impulsionaram a modernização conservadora foram: o avanço da industrialização e do crescimento urbano; o intenso processo de transformação de sua estrutura produtiva; as quantidades crescentes de créditos agrícolas que financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura; o desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno; a mundialização da economia; o protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados a projetos agropecuários; a liberação de mão-de-obra para a agricultura capitalista com êxodo rural etc. (FERNANDES, 1996, p. 153-154).

Os fatores apresentados acima nos dão um cenário de como foi pensado o desenvolvimento do campo naquele período. As bases deste modelo refletem que as dimensões priorizadas foram a econômica e tecnicista somente. Fernandes advertia que era necessário pensar outras dimensões, como a social, política e também a econômica, porém sob uma ótica pluralista. O fato de não ter sido levado em conta outras dimensões dos territórios, foi o motivo dos conflitos que existiram e ainda existem.

Para Fernandes (1996), a modernização caracteriza-se por um processo multidimensional, que deve envolver as dimensões do social, da política e

econômica. As relações políticas e sociais é que vão fazer essas dimensões se desenvolverem ou não, de acordo com a correlação dessas forças. O predomínio da dimensão econômica nas políticas dos governos militares mostra que essa visão é que teve força política para ser colocada em prática, pois as forças conservadoras se sobrepuseram. A intenção dos militares de colocar o país no cenário internacional, com a aceleração da industrialização do país se refletiu no campo de maneira que o governo pensou e subsidiou projetos para desenvolver a agricultura capitalista “onde o capital industrial e financeiro passou a se ocupar também da agricultura, especialmente com a criação do complexo agroindustrial” (FERNANDES, 1996, p. 155).

O Estatuto da Terra (Lei n. 4.504 de novembro de 1964), considerada a primeira lei que garantiria a reforma agrária no país, contemporânea do início dos governos militares, não foi colocada em prática. Um parlamento conservador à época, somado a um governo ditatorial, priorizou a agricultura capitalista como modelo de desenvolvimento, visando, como destacado, somente o viés econômico. E os militares, junto ao parlamento conservador, buscava criar sua própria política de reforma agrária.

Fonte (2006) considera que

Embora este estatuto tenha criado as condições institucionais que possibilitavam a desapropriação por interesse social como caminho para eliminar os conflitos no campo, com o rearranjo político que se seguiu ao golpe, a reforma agrária foi posta de lado em favor de um modelo fundado no apoio a modernização tecnológica de grandes propriedades, com incentivos fiscais e crédito farto e barato [...]

Ainda em 64, o governo de Castello Branco propôs o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).

Neste documento, a argumentação sobre o setor agrícola refere-se ao seu atraso e a baixa produtividade, o que estaria provocando contínuas crises de abastecimento. Por outro lado, com o avanço do setor industrial, a persistência da disparidade entre os setores poderia comprometer a política de desenvolvimento. As metas do PAEG, com relação ao setor agrícola, eram as de diminuir as importações agrícolas, aumentar a produção de matérias primas, de alimentos e produtos exportáveis. (FERNANDES, 1996, p. 156)

No governo Costa e Silva, no ano de 68, o programa elaborado foi o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED). Fernandes (1996, p. 157) destaca que o programa tinha como objetivos “a mudança de tecnologia na agricultura e a modernização do sistema de abastecimento. Dessa forma, previa-se o aumento da produtividade agrícola com a implementação de técnicas e da utilização intensiva de novos insumos.”. Tendo esse objetivos, o Estado precisou criar mecanismos que facilitassem o crédito no Sistema Nacional de Crédito Rural. Segundo Fonte (2006), foi nesse período que estimulou-se os pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Foram fatores que contribuíram para o crescimento e fortalecimento da agricultura capitalista no país e conseqüentemente da especulação de compra e venda de terras. Martine & Beskow (1987) apud Fernandes (1996, p. 157) constaram que

O fato de o acesso ao crédito bancário depender da garantia proporcionada pela posse da terra gerou desequilíbrios adicionais; assim, por exemplo, quanto maior a propriedade da terra, maior era a disponibilidade de recursos creditícios. Por sua vez, tais recursos, acompanhados de uma fiscalização mínima, acabaram sendo utilizados para as finalidades as mais diversas – inclusive para a compra de mais terras.

Fatos que teve como consequência o aumento da grilagem de terras, expropriação de posseiros e pequenos proprietários, como poderemos ver no capítulo seguinte sobre os assentamento rurais. A característica central da modernização conservadora foi essa.

A reforma agrária era um ponto nesse programa, porém as forças conservadores não permitiriam que ela acontecesse, então agiam nas esferas políticas para bloqueá-las. Segundo Fernandes (1996), o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) sofreu intervenção deste governo, sob a desculpa de investigar venda de terras a estrangeiros e também supostas corrupções e grilagens de terras. Durante esse programa, o governo incentivou o crédito abundante, projetos de colonização e agropecuários. Portanto, não havia mudanças na estrutura fundiária brasileira.

No governo Médici, no ano de 70, segundo Fernandes (1996), o Ministério do Planejamento elaborou o Metas e Bases para Ação do Governo.

As ideias de “Brasil Grande” estavam explícitas no plano de metas. Com relação a agricultura, as pretensões eram transformar o campo brasileiro em um grande celeiro para “alimentar o mundo”. Para

tanto, objetivava-se a transformação tecnológica e o investimento para o desenvolvimento da agricultura capitalista. Na execução do plano, o governo militar financiou a expansão da agricultura em “espaços vazios”, como nos cerrados do Centro-Oeste, na Amazônia e no Nordeste. A ocupação desses “espaços vazios” vinha acompanhada com uma política de destruição da agricultura camponesa. (FERNANDES, 1996, p. 158).

A reforma agrária neste Plano de Metas era entendida como possível via projetos de colonização. A colonização foi a forma encontrada para a amenização dos conflitos que a modernização conservadora ia causando.

O governo Médici, no ano de 72, apresentou também o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). A agricultura capitalista, vista como algo moderno, continuava sendo apoiada em contrapartida a agricultura camponesa, entendida como atrasada. Com os incentivos fiscais e financeiros estabelecidos, o objetivo era aumento da produção, comercialização, e o avanço nas tecnologias de maquinários e insumos. Fonte (2006, p. 62) destaca que

A política agrícola continuou a se assentar no sistema já montado de incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, ao investimento, à comercialização e à transformação tecnológica do setor agrícola; na disseminação do uso de insumos modernos; e no programa de pesquisa agrícola em grande dimensão.

É neste período que é criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no ano de 72, destinada a desenvolver pesquisas tecnológicas para o campo.

Neste Plano a reforma agrária não aparece mais como um ponto a ser considerado. Na década de 70, ao passo que a modernização conservadora ia avançando, avançavam também os conflitos fundiários.

Geisel, em 74, elabora o II PND. O contexto dessa época era a crise do petróleo, as mudanças na economia mundial e consequentemente o fim do “milagre brasileiro”, como destaca Fonte (2006). Segundo Fernandes (1996, p. 159), os objetivos do Plano para a agricultura brasileira eram: “a manutenção do crescimento econômico, determinando à agropecuária um novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento.”. Reforçava-se a modernização no campo, exigindo da agricultura uma contribuição cada vez maior no Produto Interno Bruto (PIB) para o país se defender das crises mundiais. Além disso, o plano previa que os produtos deveriam ter um menor custo para o consumidor, uma maior renda para o produtor e para o

trabalhador. Tinha-se a ideia de ratificar o país como um produtor mundial de alimentos e produtor de matérias primas agrícolas. A reforma agrária volta a aparecer, mas com o viés da colonização como saída. Nesse período os conflitos no campo são tratados pela militarização, a violência só se intensificava.

Em meio à luta contra o regime militar e pela redemocratização do país, mais uma vez emergia a situação de exclusão das benesses do desenvolvimento a qual estavam submetidos, de forma bastante diversificada, os trabalhadores rurais. A demanda por direitos e por reforma agrária voltava a ocupar os espaços públicos, questionando-se a natureza e os resultados do desenvolvimento da produção agrícola. (FONTE, 2006, p. 64).

No ano de 81, governo de João Batista Figueiredo, foi colocado em prática o III PND. A crise econômica agravou-se e o governo colocou fim ao ufanismo do “Brasil Grande”. Segundo Fernandes (1996), o III PND buscou dar ênfase à produção de alimentos básicos e também produtos de exportação, mas com foco nas pequenas e médias propriedades. Tratava-se de um fato novo nos PND a consideração às propriedades menores. “Outro fato novo, é a não referencia a nenhuma política de financiamento agrícola.”. Fonte (2006) aponta que a queda da safra 84/85 evidenciou que o crédito facilitado e subsidiado, política praticada pelos governos anteriores, havia sido repensado.

Porém, no que diz respeito a reforma agrária, o III PND recomendava incentivar o uso intensivo das terras e onerar propriedades pouco exploradas, além de recomendar a regularização fundiária em áreas de migrações voluntárias.

Fernandes (1996) aponta que a reforma agrária nos governos militares que levaram em conta essa questão, foi administrada por projetos de colonização somente, o que gerou contradições, pois ao mesmo tempo grupos empresariais se apropriaram de grandes áreas de terras, aumentando a concentração e os latifúndios. O capital se territorializou no campo e a repressão foi utilizada para as resistências a essas políticas.

No ano de 85, o Brasil passava por um processo de redemocratização. No governo Sarney foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que objetivava solucionar os conflitos fundiários existentes. Apesar do período ditatorial ter acabado, as forças políticas conservadoras conseguiram inviabilizar a efetividade do PNRA. “O PNRA tinha como meta assentar 1.400 famílias em cinco anos, porém, no período realizou 10% do planejado.” (FERNANDES, 1996, p. 161).

No ano de 1991, no governo de Fernando Collor, realizou poucos assentamentos rurais, segundo Fernandes. Prometeu-se 500 mil famílias, o que era uma grande redução das metas do PNRA e o Projeto da Terra do seu governo previa o assentamento de 400 mil. “No entanto, os poucos assentamentos realizados durante esse governo foram, na sua maior parte, resultados de ações do governo anterior.” (FERNANDES, 1996, p. 161). Collor colocou em prática o neoliberalismo no país, com o Estado mínimo, como ressalta Fonte (2006). A Lei Agrícola Nacional foi criada dando condições ao setor privado para, segundo Fonte (2006, p. 68) a “comercialização de produtos agrícolas, a redução do Estado na importação de produtos agrícolas e a definição de regras claras no controle público dos estoques.”. Fonte ainda destaca que a política agrícola do país na época, seguindo a receita neoliberal, reduziu impostos de importação de produtos agropecuários, máquinas e insumos, ou seja, eram os produtos importados concorrendo com os produtos nacionais. Além disso o crédito rural foi sendo transferido para fontes privadas, permitindo que o mercado assumisse as estratégias e riscos de investimento no campo.

O governo Itamar Franco, no ano de 93, viu aumentar o número de ocupações de terras e, por consequência, viu-se pressionado a criar novos assentamentos. Não houve um projeto de fato para a reforma agrária. A pressão dos movimentos organizados é que fez o governo assentar as famílias. Era a abertura de um diálogo com os camponeses, segundo Fonte (2006). A Lei Agrária, que dizia que uma propriedade que não cumprisse sua função social seria passível de desapropriação, foi sancionada nesse governo.

Em 95, no governo Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária foi considerada “como importante medida para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a solução do problema de segurança alimentar e para a redução dos conflitos agrários.” (FERNANDES, 1996, p. 161). Mas, reduziu-se novamente a meta do PNRA e buscava-se assentar 280 mil famílias somente. O que, na avaliação de Fernandes (1996), mantinha e dava continuidade a visão linear e economicista de desenvolvimento do campo desde os governos militares, priorizando a agricultura capitalista.

Neste contexto e partindo da concepção de que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território

brasileiro é desigual e combinado, a agricultura familiar vem sendo acometida por políticas agrárias que contribuem para com sua desestruturação. Neste sentido, é preciso superar a visão dualista, em que a agricultura familiar é colocada como atrasada e a agricultura capitalista como moderna. A história da questão agrária brasileira mostra que os trabalhadores do campo jamais tiveram acesso à terra. As políticas agrárias sempre privilegiaram o latifúndio e a agricultura capitalista. Assim, a luta pela terra e a luta pela reforma agrária permaneceu como condições de enfrentamento e de resistência a um modelo único de desenvolvimento da agricultura (FERNANDES, 1996, p. 162).

Neste governo foi criado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo Fonte (2006), o Plano Real causou efeitos na macroeconomia, que por sua vez, causou impacto também no campo, com sobrevalorização da moeda e juros alto, houve consequências no desempenho do setor agrícola.

O contexto histórico das políticas para o campo implementadas pelos governos mostra que um único modelo de desenvolvimento foi priorizado. O paradigma do capitalismo agrário ainda continua poderoso na correlação de forças políticas, sociais e econômicas. Não vamos aprofundar nas políticas implementadas nos governos seguintes a 95. Pretendemos discutir a partir das experiências dos assentamentos rurais elencados para esta pesquisa. Os dados das manifestações e a pesquisa de campo mostraram que a pressão por políticas públicas que atendam as demandas de agricultores camponeses é essencial para que o Estado, diante da correlação de forças, aponte para este modelo como também possível. Os movimentos socioterritoriais tem papel ativo nisso, como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3

***Assentamento Gleba XV de Novembro
(Euclides da Cunha Paulista/Rosana) e
Assentamento Reunidas (Promissão):
manifestações e políticas públicas,
autonomia e subordinação.***

CAPÍTULO 3 - Assentamento Gleba XV (Euclides da Cunha Paulista/Rosana) e Assentamento Reunidas (Promissão): manifestações e políticas públicas, autonomia e subordinação.

3.1. O Assentamento Gleba XV de Novembro: criação e as políticas públicas identificadas

*É madrugada tigreira,
Vem o sonho.
Valente,
Saúda o cheiro da terra
Que não tem,
Abraça a aurora do porvir,
Aguarda o alvorecer dos jardins
Da estradeira manhã.*

(Professor Ademir Ferreira dos Santos, 2013)

conflito foi e continua sendo a principal forma de criação de assentamentos rurais no estado de São Paulo. Os assentamentos rurais destacados para esta pesquisa compartilham contextos de conflitos similares. Estão localizados no oeste do estado de São Paulo (ver Mapa 3 e 4) que possuem um histórico de expropriação indígena, o processo intenso de grilagem de terras, danos ao meio ambiente pelo desmatamento para a pecuária, intervenção do Estado com grandes projetos de construções de barragens e, contraditoriamente ao desenvolvimento buscado, o surgimento de movimentos sociais de luta pela terra, formado por trabalhadores expropriados de suas terras e desempregados ao longo desses processos históricos. Localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, o Pontal do Paranapanema se transformou na segunda região do estado com maior número de conflito entre as décadas de 60 e 80, como aponta Fernandes (1994). Tem como atores, ribeirinhos, trabalhadores assalariados, posseiros, arrendatários, atingidos por barragens, que não viram outra solução para sua condição de vítimas de um

modelo de desenvolvimento impulsionado pelo Estado que os excluía que não fosse a luta pela terra.

Na primeira metade da década de oitenta emergiram vários movimentos de luta pela terra no estado de São Paulo. Eram lutas realizadas por posseiros, atingidos por barragens, ex-arrendatários, boias-frias, desempregados rurais e urbanos, etc., que aconteceram desde o extremo-oeste do estado, nas regiões Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Campinas, Campos de Itapetininga até a baixada do Ribeira. Foi a partir dessas lutas localizadas que os trabalhadores foram construindo condições políticas para a troca de experiências e para superação do isolamento. (FERNANDES, 1994, p. 86).

Mapa 3 – São Paulo - Localização dos municípios onde esta o assentamento Gleba XV de Novembro

Feliciano (2009, p. 7) aponta que a região do assentamento Gleba XV, conhecida como Pontal do Paranapanema, “é um território em disputa. Assim foi desde sua ocupação baseada da expropriação indígena, na grilagem de terras e no desmatamento.”. Leite (1998) afirma que as populações indígenas *Kaigangs* e *Caiuá* eram os nativos da região. Aqueles que ousaram resistir contra as investidas do

homem branco rumo ao oeste do estado foram exterminados. Outros foram expropriados e migraram para o Mato Grosso do Sul.

A grilagem de áreas no Pontal tem início no século XIX, entre os anos 1886 e 1890. E o mais notável é que se arrasta até hoje a não solução dos grilos. O que temos na atualidade são terras controladas por fazendeiros, algumas griladas, e terras que foram reivindicadas pelos movimentos camponeses e que hoje são os assentamentos rurais. São os territórios camponeses, sob a leitura de Raffestin de que o território é construído por uma relação de poder.

Para Antonio, que estudou assentamentos rurais nessa região (1990, p. 1),

Esses movimentos sociais, foram responsáveis por mudanças na estrutura fundiária regional, e revestem-se de importância, pois os mesmos passaram a ser o “elo de ligação” que contrapõe a concentração da terra, com predomínio de pecuária de corte, e a execução dos projetos estatais de assentamentos populacionais [...] apresentaram determinadas ações, nas três últimas décadas, e apresentam-se, hoje, com resultados concretizados através dos assentamentos Rebojo, Lagoa São Paulo, XV de Novembro de Rosana.

É uma região que apresenta até hoje conflitos sociais devido a irregularidades na história de sua ocupação, pois como destacou Antonio, o problema da posse e concentração de terra no Brasil remonta ao período da colonização com as “Sesmarias”¹⁸. O fim das Sesmarias e a não regularização jurídica dessas terras no Brasil República proporcionou o que temos, como dito, as posses irregulares, com terras griladas e concentradas em poucos proprietários. Nesse contexto, os movimentos camponeses de reivindicação de terras adquiriram sua importância para redistribuição e uma nova proposta de desenvolvimento para o campo.

Antonio (1990, p. 11) destaca que:

[...] uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação das terras, no Brasil, são os conflitos sociais [...] [No Pontal do Paranapenama] o processo de ocupação e o desenvolvimento desse território provocaram lutas intermináveis. Na ocupação foram destruídas nações indígenas, florestas e solos e, no desenvolvimento regional, através das frentes pioneiras, os conflitos se acirravam, com confrontos, entre camponeses e jagunços contratados por grileiros de terra.

¹⁸ “onde as terras eram doadas a particulares, em faixas e a partir do litoral, por parte do Império português.” (ANTONIO, 1990, p. 10).

O processo de grilagem de terras, segundo Monbeig (1984, p. 144-145) revelou que os grileiros tiveram

[...] habilidades diabólicas: buscaram folhas de papel timbrado com armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, descolaram velhos selos, amareleceram propositalmente seus documentos, arrancaram páginas dos registros dos tabeliães. Implantavam-se à pressa cafeeiros de vinte ou trinta anos nas clareiras das florestas. Transportaram-se partes destacadas de casas velhas, que eram guarnecidas com móveis antigos, para criar um ambiente adequado e simular uma antiga ocupação do solo. Era preciso também presumir-se contra os adversários, por muitas vezes dois ou três indivíduos moviam demandas em relação ao mesmo território, com algumas variantes na delimitação. Nesse caso, era indispensável cair nas boas graças do juiz de direito e dos agrimensores. E, por fim, era o assassinato uma solução levada em conta.

Destacamos a grilagem de terras, porque segundo Fernandes (1994, p. 41.) a área que hoje é o assentamento Gleba XV de Novembro tem sua origem no grilo (ver na quarta linha), como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – São Paulo - Assentamentos rurais realizados no Estado de São Paulo (1980 – 1985)

Nome	Município	Início	Origem	Nº Fam.	Área (ha)	Propriedade
Promissão	Promissão	Out-83	Ocupação	09	132	CESP
Jupia	Castilho	Out-83	Projeto	107	990	CESP
Sumaré I	Sumaré	Fev-84	Ocupação	26	237	FEPASA
Gleba XV	Euc.Cunha/Rosana	Mar-84	Ocupação	565	13.310	Grilo
Pirituba I	Itapeva	Mai-84	Ocupação	92	2.511	ESTADO
Pirituba II	Itaberá	Mai-84	Ocupação	53	1.341	ESTADO
Araras I	Araras	Ago-84	Planejado	06	82	FEPASA
Araras II	Araras	Ago-84	Planejado	14	208	FEPASA
Ilha Solteira	Ilha Solteira	Nov-84	Ocupação	89	902	CESP
Araraquara I	Araraquara	Jul-85	Ocupação	48	858	FEPASA
Sumaré II	Sumaré	Ago-85	Ocupação	27	82	FEPASA
Três Irmãos I	Andradina	Set-85	Ocupação	30	95	CESP
Três Irmãos II	Pereira Barreto	Set-85	Ocupação	11	136	CESP
Casa Branca	Casa Branca	Set-85	Planejado	24	582	CODASP
Araraquara II	Araraquara	Out-85	Ocupação	37	709	FEPASA
Total				1.138	22.175	

Fonte: DAF - Departamento de Assentamento Fundiário / Instituto de Terras / Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania .
CESP - Companhia Energética de São Paulo.

A proposta que havia para o campo, como vimos no capítulo anterior, era de modernização da agricultura. Modernização impulsionada por subsídios estatais e com prioridade para produtos de exportação, como a soja, café, laranja, álcool e açúcar. Além disso,

Com o avanço da industrialização e do crescimento urbano, a partir da década de 50, agricultura paulista passou por um intenso processo de transformações na sua estrutura produtiva. Em meados da década de sessenta, as quantidades crescentes de créditos agrícolas (do Sistema Nacional de Crédito Rural) financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, de forma que esta passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, o que consolidou o processo de industrialização da agricultura e promoveu o crescimento das relações de trabalho assalariado. (FERNANDES, 1994, p. 36).

A instalação de uma destilaria de álcool na década de 70 e o início das obras das hidrelétricas Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu absorveu muita mão de obra local, o que promoveu o arrefecimento por um tempo dos conflitos. Antonio (1990, p. 47) afirma que

[...] essas obras, com recursos públicos, além de promover a integração econômica na região, proporcionaria a elevação do padrão de vida da população e, sobretudo, criaria a expectativa de mais de trinta mil empregos.

Iokoi et al retrata o desenvolvimento da região naquela época

No início da década de 1980, a região oeste do Estado, chamada de Pontal do Paranapanema, passava por uma grande transformação. Desde o início dos anos 70, estavam em construção barragens e usinas para aproveitamento do potencial hidrelétrico dos rios Paraná e Paranapanema, que banham a região. Com a aproximação do fim das obras da CESP – Centrais Elétricas de São Paulo, um grande problema social estava sendo gerado: o desemprego de milhares de trabalhadores empregados nas obras, e um enorme contingente de famílias de posseiros e pequenos proprietários que iriam perder suas terras com o enchimento das represas das usinas hidrelétricas de Rosana e de Porto Primavera. (IOKOI et al, 2005, p. 80)

Era um modelo de desenvolvimento que mantinha a relação entre proprietários de terras e trabalhadores assalariados. Neste contexto, a propriedade da terra era importante, o que gerou um processo ainda mais intenso de concentração, segundo Fernandes (1994). O assalariamento no campo e concentração fundiária, principalmente, fomentaram a diminuição de um modelo de produção baseado na agricultura familiar. Percebemos que, contraditoriamente, o Estado capitalista brasileiro promoveu as dificuldades na vida dos camponeses, seja com desemprego seja com a inundação da área das pequenas propriedades. A crise

das agroindústrias, trabalhadores de grandes obras estatais demitidos, empregos precários nas fazendas, salários baixos, alta concentração de terras, grilagem de terras públicas, por exemplo, foram o estopim para que as lutas pela terra ganhassem força na região.

Na década de 1980 houve uma desaceleração nas obras, o que levou a um processo de demissões em massa na região. Ainda segundo Antonio (1990, p. 47),

[...] a década de 80 (1983), se caracteriza com a desaceleração das obras das usinas e com a conseqüente demissão de milhares de trabalhadores. Essa demissão, em massa, por parte da CESP, e das empreiteiras, somadas às enchentes do rio Paranapanema, foram o estopim de uma situação crítica que já existia, renascendo assim o movimento social dos camponeses, - "operários temporários". A partir daí, tem-se toda a organização do movimento, e, que se transformará em vários movimentos reivindicatórios por trabalho e terra." (Antonio, 1990, p. 47).

O Estado na década de 80, naquela região, segundo Antonio (1990), tinha a intenção de solucionar os conflitos recuperando terras públicas para a criação de assentamento. Essa intenção tinha como pano de fundo também o processo de abertura democrática pelo qual passou o país na década de 80, portanto mostrava que os movimentos sociais estavam sendo ouvidos. Trabalhadores desempregados com o fim das obras na região, camponeses que perderam suas terras com o funcionamento das represas e boias-frias também desempregados formavam o grupo organizado e viram na luta pela terra uma chance de mudança em sua vida.

No dia 15 de Novembro de 1983, cerca de 800 trabalhadores, vindos em sua maioria dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, e de outros municípios de São Paulo e do Paraná, realizaram a primeira ocupação organizada de terras no Pontal do Paranapanema: entraram nas fazendas Tucano e Rosanela, localizadas em Teodoro Sampaio, reivindicando sua desapropriação para que lá pudessem plantar e viver. (IOKOI et al, 2005, p. 80)

Em novembro de 83, houve uma ocupação em duas fazendas da região, Tucano e Rosanela, com aproximadamente 350 famílias. O interessante é o perfil dos ocupantes:

Segundo o cadastramento feito pela Divisão Regional de Promoção Social, 46.5% eram trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas, 37.5% eram boias-frias demitidos da Destilaria de Alcool

Alcídia e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos pelas barragens. (FERNANDES, 1994, p. 97).

A ocupação foi despejada. Mas, tratava-se de um processo de luta em andamento. Naquele momento a área não foi conquistada, mas serviu para que os ocupantes fossem ouvidos e revelassem sua situação de vida. O processo de ocupação de terras na região não cessou nesse momento, pois apesar de uma decisão judicial favorável aos supostos proprietários da área ocupada pelos trabalhadores, o caso repercutiu no país. Falamos em supostos proprietários, pois o trabalho de Feliciano (2009) evidenciou que a região do Pontal do Paranapanema é formada em sua maioria por terras griladas. E a Tabela X mostra que a terra era grilada de fato.

Com a justiça a favor dos latifundiários, os trabalhadores tiveram que ocupar a beira da Rodovia Arlindo Bétio, conhecida como SP 613, “entre os quilômetros 23 e 29, onde ficaram durante seis meses. Acamparam, também, em março de 1984, em área provisória cedida pela CESP [...]” (IOKOI et al, 2005, p. 80). Foram criados dois acampamentos na beira da rodovia SP 613: Acampamento 15 de Novembro e Acampamento 16 de Novembro.

Condições econômicas, aliadas a questões políticas e sociais é o que motivou a luta pela terra na região. Os camponeses buscavam de volta sua dignidade, dignidade no sentido exposto por Scherer-Warren (1987, p. 69)

[...] é fundamental a existência de um fator subjetivo, ou seja, o reconhecimento de sua dignidade humana, que sempre foi solapada nas classes subalternas e tem suas raízes no sistema escravocrata e colonial. Para a redescoberta da dignidade humana dos camponeses, os trabalhos da Teologia da Libertação e respectivas pastorais têm sido fundamentais. Cria-se, assim, a consciência não apenas de um direito ao direito, mas o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino.

Em 84, o governo do estado começou os trâmites para a desapropriação de uma área para o assentamento de 466 famílias que se encontravam nesses acampamentos. O governo do estado de São Paulo de Franco Montoro “alegando a importância da área para produção de alimentos, desapropriou por utilidade pública (Decreto 22.034/84) uma faixa de terras que cortava 17 fazendas.” (IOKOI et al, 2005, p. 80). Com a desapropriação foi dado início ao Projeto de Assentamento Gleba XV de Novembro.

O Assentamento Gleba XV de Novembro possui uma capacidade de 571 lotes, numa área total de 13.310 hectares e com uma área agricultável de 10.688 hectares. Seu domínio é estadual, criado pela portaria ITESP 05/1998 e INCRA 053/1999. O início do processo de sua criação é março de 1984 e sua enorme área compreende os municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista.

Tendo sua criação se iniciado na década de 80, o Gleba XV é um dos assentamentos mais antigos do estado. Devido ao seu tamanho é dividido em 5 setores, que compreende os 571 lotes e cada lote possui de 13 a 40 hectares. Essa diferença de tamanho se dá pela qualidade da terra, sendo os menores uma terra de melhor qualidade para o plantio. Os lotes maiores, sem qualidade para a agricultura, são destinados à pecuária leiteira. As entrevistas de campo revelaram que Rosana e Euclides da Cunha são municípios criados no ano de 1993, anteriormente a isso eram distritos que pertenciam ao município de Teodoro Sampaio. Após a emancipação política-administrativa o assentamento foi dividido entre esses dois municípios, ficando os setores I, II e III em Rosana e os setores IV e V no município de Euclides da Cunha Paulista.

A importância da conquista deste território esta no fato de ter sido mais um exemplo de luta de trabalhadores subjugados contra a grilagem de terras.

Leite (2012, p. 110) diz que:

Com os assentamentos, ganham projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os assentados rurais, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despendido ao longo de lutas as mais diversas resultasse na constituição de projetos de Reforma Agrária, também conhecidos como assentamentos rurais. Assim, em diferentes situações, número expressivo de trabalhadores que participaram de processos de ocupação de terra deixaram de ser acampados para se tornarem, num momento seguinte, assentados.

Foram as ações dos sujeitos diretos, ou seja, os camponeses, que se mobilizaram em torno da bandeira da Reforma Agrária e assim vêm conseguindo a criação de seus territórios para produção, consumo, trabalho, moradia, lazer etc e a condição de assentado é que permite “a construção de novas formas de organizar a vida, a produção etc., bem como para acessar um conjunto de bens, serviços, mercados e políticas públicas.” (LEITE, 2012, p. 111).

O acesso às políticas públicas é o que Leite vai considerar como “ponto de partida”, algo que consideramos como a luta na terra:

Os assentamentos assumem, então, configurações distintas – coletivos/individuais; agrícolas/pluriativos; habitações em lotes/em agrovilas; frutos de programas governamentais estaduais/ federais; com poucas/muitas famílias; organizados e/ou politicamente representados por associações de assentados, cooperativas, movimentos sociais, religiosos, sindicais, etc. –, **mas significarão sempre, malgrado as precariedades que ainda caracterizam número expressivo de projetos, um ponto de chegada e um ponto de partida na trajetória das famílias beneficiadas/ assentadas.** Ponto de chegada enquanto um momento que distingue fundamentalmente a experiência anterior de vida daquela vivenciada após a entrada no projeto (muitas vezes representada pela ideia de liberdade comparada às situações de sujeição às quais estavam presos os trabalhadores); ponto de partida como conquista de um novo patamar do qual se pode acessar um conjunto importante de políticas (de crédito, por exemplo), mercados e bens, inacessíveis na situação anterior. (LEITE, 2012, p. 111. Grifo nosso.)

A mudança social de patamar, de acampado para assentado, altera a luta dos camponeses. Para sobreviver na terra e buscar qualidade de vida nas dimensões econômica, social, política, cultural etc., é preciso reivindicar um conjunto de políticas públicas que promovam essa busca. A história de criação dos assentamentos que serviram de base para esta pesquisa e a proposta do nosso estudo, ajudam a revelar esse cenário na prática.

A pesquisa de campo no Gleba XV permitiu identificar quais políticas públicas foram e ainda estão sendo executadas no território desde sua criação, como mostra o Quadro 3:

Quadro 3 – Assentamento Gleba XV de Novembro e as políticas públicas para o desenvolvimento territorial – 1980-2015

Sigla	Nome	Área	Esfera	Ano de criação
PROCERA	Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária	Crédito	Federal	1985
PSF	Programa Saúde da Família	Saúde	Federal	1994
Luz da Terra	Luz da Terra	Infraestrutura	Estadual	1996
PRONAF	Programa Nacional de	Crédito	Federal	1996

	Fortalecimento da Agricultura Familiar			
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	Educação	Federal	1998
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos	Produção	Federal	2003
PLPT	Luz para todos	Infraestrutura	Federal	2003
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural	Infraestrutura	Federal	2003
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	Assistência Técnica	Federal	2003
PNAE	Programa de Nacional de Alimentação Escolar	Produção	Federal	2009

Fonte: Pesquisa de campo, 2015. Org.: PEREIRA, D.V.

Vamos detalhar as políticas e debate-las de forma mais aprofundada na parte 3.3 deste capítulo.

3.2. O Assentamento Reunidas: criação e as políticas públicas identificadas

O assentamento Fazenda Reunidas tem um total de 629 lotes, numa área total de 17.138 hectares, para uma área agricultável de 12.735 hectares. O domínio de suas terras é federal e foi criado pela portaria INCRA nº 095/1988. O início do processo de criação é outubro de 1987 e esta localizado no município de Promissão, como mostra o Mapa 5.

A expropriação indígena no país por diferentes grupos sociais é o início da ocupação das terras no Brasil, como ressalta Simonetti (1999, p. 14). Aponta que “o território é constituído e construído pela ação de diferentes grupos, etnias e classes sociais [...] É assim que índios, camponeses, seringueiros, grandes proprietários e

empresários coexistem [...]”. São processos violentos, porém com “resistência, revolta, protesto, de sonho e esperança.”.

De forma sintética, o processo de ocupação das terras da região do assentamento Reunidas também envolveu expropriação e destruição das terras indígenas, com isso o surgimento dos posseiros e a configuração da propriedade privada capitalista. Fernandes (1994, p. 184) mostra que a história do assentamento Reunidas é de luta pela distribuição de uma propriedade privada concentrada, como mostra a Tabela 4 (ver vigésima segunda linha). É a desterritorialização “de um latifúndio capitalista improdutivo, com a reconstrução do território camponês. Isto vem transformando, mesmo que parcialmente, o cenário onde o capital foi construído e impondo sua homogeneidade [...]” (SIMONETTI, 1999, p. 15).

Tabela 4 – São Paulo – Assentamentos de reforma agrária (1980-1993)

Nome	Município	Início	Origem	Nº de Fam.	Área (ha)	Prop.
Primavera	Andradina	Jul-80	Ocupação	315	9.385	Particular
Sumaré I	Sumaré	Fev-84	Ocupação	026	237	FEPASA
Gleba XV	E. da Cunha Pta/Rosana	Mar-84	Ocupação	589	13.310	Grilo
Pirituba I	Itapeva	Mai-84	Ocupação	092	2.511	Estado
Pirituba II	Itaberá	Mai-84	Ocupação	053	1.341	Estado
Araras I	Araras	Set-84	Planejado	006	82	FEPASA
Araras II	Araras	Set-84	Planejado	014	208	FEPASA
Ilha Solteira	Pereira Barreto	Nov-84	Ocupação	089	902	CESP
Promissão	Promissão	Out-84	Ocupação	008	132	CESP
Araraquara I	Motuca	Jul-85	Ocupação	048	887	FEPASA
Sumaré II	Sumaré	Ago-85	Ocupação	027	82	FEPASA
Casa Branca	Casa Branca	Set-85	Planejado	024	583	CODASP
Araraquara II	Motuca	Out-85	Ocupação	038	1.316	FEPASA
Porto Feliz	Porto Feliz	Dez-85	Ocupação	081	1.092	CODASP
Araraquara III	Motuca/Araraquara	Ago-86	Planejado	024	1.328	FEPASA
Araraquara IV	Motuca	Nov-86	Ocupação	036	779	FEPASA
São José	Birigui	Nov-86	Ocupação	048	1.182	Particular
Pirituba III	Itaberá	Dez-86	Ocupação	064	970	Estado
Itapetininga	Itapetininga	Mar-87	Planejado	018	595	Estado
Esmeralda	Mirandópolis	Jul-87	Ocupação	085	2.096	Particular
Aroeira	Guaraçai	Ago-87	Ocupação	040	873	Particular
Reunidas	Promissão	Out-87	Ocupação	629	17.138	Particular
São José II	Guaraçai	Dez-87	Ocupação	039	887	Particular
Santa Rita	Populina/Turmalina	Dez-87	Ocupação	019	309	Particular
Água Sumida	Teodoro Sampaio	fev-88	Ocupação	121	4.210	Grilo
Areia Branca	Marabá Paulista	Fev-88	Ocupação	087	1.879	Grilo
Momuna	Iguape	Jan-88	Ocupação	220	1.500	Estado
Sete Barras	Sete Barras	Jan-88	Ocupação	216	7.402	Particular
Santa Adelaide	Avaré	fev-88	Ocupação	022	701	Particular
Bela Vista	Araraquara	Dez-89	Ocupação	167	3.455	Particular
Rio Paraná	Castilho	Set-90	Ocupação	092	2.208	Particular
Sta Rita/Pontal	Euclides da Cunha Pta	Nov-90	Ocupação	057	789	Grilo
Pirituba IV**	Itapeva	Fev-91	Ocupação	036	580	Estado
Araraquara V	Motuca	Out-91	Ocupação	032	449	CODASP
Tucano	Euclides da Cunha Pta	Nov-91	Ocupação	036	665	Grilo
Rib. Bonito*	Teodoro Sampaio	Jan-92	Ocupação	167	1.103	Grilo
Santa Rosa **	Euclides da Cunha Pta	Mai-92	Ocupação	099	865	Grilo
Santa Clara**	Mirante do Paranapanema	Ago-92	Ocupação	046	967	Grilo
Pirituba V **	Itaberá	Set-92	Ocupação	045	521	Estado
Timboré *	Andradina	Set-92	Ocupação	178	3.934	Particular

Mapa 4 – São Paulo – Localização do município do assentamento Reunidas

Segundo Simonetti (1999, p. 16), foram o Estado e as frentes pioneiras que proporcionaram a intervenção nas áreas indígenas da região oeste e noroeste do estado de São Paulo.

Chamada de região Noroeste, inseriu-se na lógica de territorialização do capital com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Sofreu um processo de ocupação intenso, fortemente marcado pela Estrada de Ferro e pela expansão dos cafezais (oriundos das áreas mais antigas, menos produtivas devido ao uso intenso) que vinham acompanhando a construção das ferrovias. A ocupação da região foi intensificada quando o Governo do Estado de São Paulo criou a Expedição da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo para a exploração dos rios Feio e Aguapeí, em 1905, abrindo a região para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que possibilitou a expansão cafeeira para lá.

Os índios *Caigangs* que resistiram foram exterminados durante esse avanço para o oeste. Outros foram expropriados e incorporados à sociedade dita civilizada pelo homens brancos da frente pioneira. Portanto, a construção da ferrovia, acompanhada da expansão cafeeira dinamizou a região no início do século XX.

Simonetti destaca que naquela época a área era considerada de alta fertilidade, o que despertou o interesse de grandes fazendeiros, médio e pequenos proprietários com a possibilidade de uma produção rentável, demandando muitas terras para o plantio dos cafezais. Nesse contexto, “surgiu também, de forma expressiva, a figura do especulador e das companhias colonizadoras que lotearam as terras para revende-las a pequenos proprietários.” (SIMONETTI, 1999, p. 21).

Com o avanço do capital no campo, os médios e pequenos produtores foram sucumbindo ao poder dos grandes fazendeiros da região, como o poder da família Ribas. A Fazenda Reunidas, segundo Iokoi *et al* (2005), começou suas atividades no final dos anos 30 com a atividade de pecuária:

Aos poucos, os sítios, pertencentes sobretudo aos japoneses, foram invadidos pelo boi pantaneiro (proveniente da região do Pantanal de Mato Grosso), considerado muito bravo, capaz de arrebentar as cercas dos sítios vizinhos à fazenda. Na verdade, a culpa não era do boi e sim do seu dono, cuja estratégia era provocar a invasão das terras dos sitiantes por meios naturais, ou seja, a quantidade de bois nos pastos era superior a sua capacidade, provocando a destruição das cercas e a invasão das pastagens e plantações dos sítios vizinhos. Outra estratégia utilizada pelo fazendeiro era a compra de um sítio cercado por outros. Desta sorte, assim que as pastagens terminavam, o gado destruía as cercas para se alimentar nas pastagens vizinhas. (SILVA *apud* IOKOI *et. al.*, 2005, p. 176).

Porém, como vimos acima, não foi só o poderio econômico que proporcionou o surgimento da fazenda Reunidas. A estratégia violenta do fazendeiro impunha medo aos vizinhos sitiantes que não viam outra solução que não fosse a venda da terra e, em atitudes mais extremas, o abandono da propriedade. A venda acabava sendo forçada pelo fazendeiro ao preço mínimo e para o sitiante coagido era essa alternativa ou a fuga.

É possível estimar que, entre o início da década de 30, quando as terras começaram a ser adquiridas, até meados da década de 60, ou seja durante 35 anos, aproximadamente 500 propriedades deixaram de existir para constituir a Fazenda Reunidas [...] O imóvel que se transformou na fazenda Reunidas, bem como outras áreas do município e região foram adquiridas por José Corrêia Ribas, imigrante de Portugal, que chegou à região em 1912 para trabalhar com café.(SIMONETTI, 1999, p. 35).

No ano de 1986, uma vistoria técnica do INCRA avaliou que a Fazenda Reunidas era um latifúndio improdutivo, portanto passível de desapropriação para

fins de Reforma Agrária por não respeitar a função social da terra, assim como previa o Plano Nacional de Reforma Agrária.

No período entre a vistoria que considerou a terra improdutiva e passível de desapropriação, no ano de 1986, e a posse definitiva da propriedade pelo INCRA, em 1987, 44 famílias que estavam acampadas na BR 153 ocuparam a fazenda Reunidas. Essas famílias são chamadas de pioneiras, pois foram as primeiras a reivindicarem as terras daquela fazenda. Inclusive uma das agrovilas do assentamento levou o nome de “Agrovilla 44” em razão dessas famílias.

As lideranças das 44, segundo Fernandes (1994), propuseram que um grupo do MST, o grupo IV¹⁹, ocupassem a área juntos. O grupo IV, em janeiro de 87, já somava 400 famílias que faziam parte do MST. Tendo na memória os exemplos das conquistas dos outros grupos pelas regiões do estado de São Paulo, as famílias decidiram que precisariam realizar ocupações para serem assentadas. Uma das oportunidades era de ocupar a fazenda Reunidas junto com essas 44 famílias que já estavam acampadas. Mas, segundo Fernandes (1994, p. 123.),

[...] no III Encontro Nacional do MST foi realizada uma avaliação sobre os trabalhos da Constituinte com referência a questão da reforma agrária e, de acordo com a avaliação, os trabalhadores decidiram que o MST não faria nenhuma ocupação naquele momento. Com esta decisão, o grupo IV que estava preparado para fazer a ocupação, foi parcialmente desmobilizado.

¹⁹ “Essa numeração: I, II, III, IV representa, também, na história de formação do MST no estado de São Paulo, o processo de espacialização da luta pela terra na territorialização do Movimento. O grupo I foi formado a partir das reuniões realizadas na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Sumaré. Diversas famílias das cidades de Campinas e Cosmópolis participaram dessas reuniões e fizeram parte do grupo. Depois de formado, o grupo I realizou duas ocupações nos municípios de Araraquara e Araras e foi assentado em Sumaré. Da mesma forma, o grupo II, depois de formado, realizou duas ocupações em Sumaré, onde foi assentado, primeiro em um assentamento emergencial (Horto Boa Vista) e depois foi assentado no Horto de Sumaré. Quanto ao grupo III, este viveu um processo diferente. Com o crescimento do número de famílias nas reuniões, foi necessário realizar reuniões em outras comunidades, nos municípios de Campinas, Paulínia, Indaiatuba, Nova Odessa, Santa Gertrudes e Limeira. Este grupo ocupou a fazenda experimental em Nova Odessa, depois de várias tentativas de negociação saíram da fazenda e acamparam no trevo da Bosch (via Ahanguera) em Campinas. Finalmente, depois da caminhada de 100 quilômetros até São Paulo e das negociações com o governo estadual, as famílias foram assentadas em Porto Feliz. [...] A partir da realização do **espaço de luta de resistência** do grupo III iniciou-se o grupo IV. Foi no final de 1985 que trabalhadores dos municípios de Sumaré, Campinas, Indaiatuba, Valinhos, Rio Claro, Americana, Santa Gertrudes, Paulínia, Santa Bárbara D’Oeste e Limeira tiveram conhecimento do acampamento do trevo da Bosch. O contato com as experiências deste grupo e com os grupos I e II levou os trabalhadores a iniciarem, em seus municípios, as reuniões para a formação de um novo grupo. (FERNANDES, 1994, p. 121-122. Grifo do autor.).

Em junho de 87 o decreto do governo finalmente desapropriou a área da fazenda Reunidas para fins de reforma agrária. Em agosto do mesmo ano, as 44 famílias acampadas na BR 153 ocuparam a área. No processo de assentamento de famílias, o INCRA precisou formar uma comissão de seleção de famílias que seriam beneficiadas. Essa comissão, segundo Fernandes (1994), foi formada por representantes das prefeituras, igrejas, sindicatos, por vários setores da sociedade. A comissão acabou decidindo que as famílias a serem assentadas deveriam ser dos municípios de Promissão, José Bonifácio, Penápolis, Birigui e Lins. A definição desses municípios não beneficiava as famílias do grupo IV. No mês de novembro de 1987, o MST resolveu ocupar a fazenda Reunidas para pressionar o governo para o assentamento das famílias do grupo IV. O grupo já contava com famílias dos municípios de “Sumaré, Campinas, Indaiatuba, Monte-Mor, Paulínia, Americana, Limeira, Rio Claro, Santa Gertrudes, Bauru e Rinópolis.” (FERNANDES, 1994, p. 124.)

As famílias do grupo IV acamparam em uma área próxima à área ocupada pelas 45 famílias. Este fato acabou criando um conflito entre as entidades e no interior das instituições de apoio à luta, principalmente, por causa das diferenças políticas existentes entre elas e o MST. Este conflito resultou numa situação de "mal estar" entre as famílias acampadas. Esta situação também contribuiu para que, desde o início da ocupação, várias famílias abandonassem o acampamento. (FERNANDES, 1994, p. 124).

As manifestações foram essenciais para o processo de assentamento definitivo das famílias do grupo IV na fazenda Reunidas. Em novembro de 1987, os camponeses decidiram por ocupar a sede do INCRA,

Para garantir o acampamento, as famílias do grupo IV ocuparam a sede do INCRA no dia 16 de novembro de 1987. Depois de 10 horas de negociação, o MST e o INCRA chegaram a um acordo. As famílias permaneceriam em uma área de 5 hectares por um prazo de 6 meses. Ainda ficou acordado que o superintendente do INCRA/SP negociaria com a comissão de seleção a inclusão das famílias do grupo IV. Mas, a comissão não aceitou incluir as famílias no processo de seleção. [...] Em abril de 1988, com a aproximação do prazo final, negociado para permanecerem acampados na fazenda Reunidas, o Movimento resolveu fazer uma caminhada (a maior já realizada no estado de São Paulo) de Promissão à São Paulo, para exigir do governador o assentamento das famílias do grupo IV. As famílias viajaram de Promissão à São José do Rio Preto de ônibus, de São José do Rio Preto à Limeira de trem e de Limeira até São Paulo foram 156 quilômetros de caminhada. Durante 10 dias as

famílias caminharam pela via Anhanguera, passando pelas cidades de Americana, Sumaré, Campinas, Jundiaí e São Paulo. Nestas cidades, inclusive em São José do Rio Preto, os trabalhadores realizaram atos públicos [...] A caminhada chamou a atenção da opinião pública, tanto pelas manifestações quanto pela divulgação pela imprensa em geral. Em São Paulo, as famílias ocuparam o INCRA enquanto as lideranças negociavam com o governador Orestes Quércia. A comissão de negociação saiu do Palácio dos Bandeirantes com um documento assinado pelo governador garantindo o assentamento emergencial em 300 hectares até o final de 1988, quando seriam assentados definitivamente. (FERNANDES, 1994, p. 125).

Foi uma conquista parcial, como ressalta Fernandes (1994), mas possibilitou uma relação de coletividade das famílias do grupo IV com as famílias beneficiadas pela comissão de seleção. Além de já iniciarem o trabalho na terra, as famílias trabalharam juntas na derrubadas das cercas da fazenda para que os lotes fossem sendo ocupados. Realizaram lutas na cidade, ocupando a prefeitura de Promissão para reivindicar transporte escolar para os estudantes do assentamento, realizaram uma caminhada até a cidade para reivindicar agilidade dos órgãos federais e estaduais no processo de definição do assentamento e fundaram a primeira associação de produtores, a Associação dos Pequenos Produtores Pe. Josimo Tavares.

No ano de 89 a situação dos camponeses ainda não era certa naquela área. A morosidade do governo fez com que as famílias ocupassem a sede da Secretaria de Agricultura para reivindicar a definitiva demarcação dos lotes. Todo esse processo de resistência resultou no assentamento definitivo das famílias em outubro de 89.

A pesquisa de campo identificou as seguinte políticas publicas que foram implementadas no Reunidas desde sua criação:

Quadro 4 – Assentamento Reunidas e as políticas públicas para o desenvolvimento territorial – 1980-2015

Sigla	Nome	Área	Esfera	Ano de criação
PROCERA	Programa de Crédito Especial Para a Reforma Agrária	Crédito	Federal	1985
PSF	Programa Saude da Família	Saúde	Federal	1994

Luz da Terra	Luz da Terra	Infraestrutura	Estadual	1996
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Crédito	Federal	1996
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	Educação	Federal	1998
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos	Produção	Federal	2003
PLPT	Luz para todos	Infraestrutura	Federal	2003
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural	Infraestrutura	Federal	2003
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	Assistência Técnica	Federal	2003
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar	Produção	Federal	2009

Vamos detalhar as políticas e debate-las de forma mais aprofundada na parte 3.3 deste capítulo.

3.3. Políticas Públicas nos territórios camponeses Gleba XV e Reunidas: autonomia e subordinação

Trazemos aqui o detalhamento das políticas públicas encontradas nos territórios camponeses visitados.

Souza (2006, p. 21) revisa a literatura das políticas públicas e trata dos “principais conceitos e modelos de análise” no mundo, apontando que não existe única definição para o que seriam. Destaca que a abordagem do tema é recente de algumas décadas e que a América Latina enfrenta dificuldades para “desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população”. Na Europa, segundo

a autora, o estudo de política pública dava mais atenção ao papel do Estado como “produtor, por excelência, de políticas públicas” (p. 22). Nos EUA não é priorizada a teoria sobre o papel do Estado, “passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.” (p.22). As relações de poder são fundamentais aos camponeses para a delimitação de território material assentamento rural, mas, como o conflito também existe no plano imaterial, continuam sendo exercidas no plano das ideias para serem refletidas no material. Souza destaca que:

Lindblom (1959; 1979) [...] propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise [...]
Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2006, p. 24).

Os camponeses buscam fazer parte dessas diferentes fases do processo decisório das políticas públicas, sendo um dos atores políticos propositivos, por isso o estudo a partir das manifestações dos movimentos socioterritoriais. Souza (2006, p. 25) destaca que essa disputa imaterial, que nossas referências teóricas tratam, é “a essência da política pública, isto é, o embate em torno das ideias e interesses”, sendo relevante o protagonismo do campesinato.

Muller e Surel (2004) afirmam que a análise das políticas públicas deve preocupar-se com os atores políticos e com as consequências, privilegiando todo o processo de elaboração. Consideram que abordar as políticas públicas somente pelo viés da ação pública governamental privilegia, em primeiro lugar, as consequências em detrimento dos atores políticos interessados. Trabalham a ideia que “atos de força” podem ser realizados para contestar ou elaborar uma política específica, o que relacionamos com os atos de manifestações. Destacam que antes de verificar se existem e quais são as políticas públicas em determinados setores, melhor seria indagar-se sobre os mecanismos de construção da ação pública nestes espaços, o que esta pesquisa propõe. Para eles, a existência ou não de uma política pública, tenderá a ser valorizada ou questionada de acordo com a posição ocupada pelos distintos atores participantes do processo.

Num esforço de sintetizar as várias correntes teóricas e modelos de análises, Souza pontua conceitos de políticas públicas:

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 36-37).

Com a sintetização, a autora considera que o estudo e análises vão exigir a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, pois “repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.”. O estudo necessita dar conta destes elementos, comportando, segundo Souza, vários olhares, métodos e referenciais teóricos, não se resumindo a um único.

Secchi (2013) esclarece pontos importantes sobre o ciclo da política pública, passando por identificação do problema, definição de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Revela-se a relevância da identificação do problema e formação da agenda, sendo o início do fio condutor do ciclo. Souza esclarece a questão de como os governos a definem:

A primeira [resposta] focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando assumimos que devemos fazer algo sobre eles. [...] A segunda resposta focaliza a política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema. [...] A terceira resposta focaliza os participantes, que são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, etc. e invisíveis, tais como acadêmicos e burocracia. (SOUZA, 2006, p. 30).

A revelação de um problema e a construção da consciência política sobre ele são um dos papéis principais das manifestações dos movimentos

socioterritoriais, pois esses participantes visíveis buscam reivindicar suas demandas pelo o que a autora chama de “arenas sociais”. Então:

[...] para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. É quando os policy makers do governo passam a prestar atenção em algumas questões e a ignorar outras. Existiriam três principais mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas: (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; (b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e (c) feedback, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres. Esses empreendedores constituem a policy community, comunidade de especialistas, pessoas que estão dispostas a investir recursos variados esperando um retorno futuro, dado por uma política pública que favoreça suas demandas. Eles são cruciais para a sobrevivência e o sucesso de uma ideia e para colocar o problema na agenda pública. (SOUZA, 2006, p. 25).

Essa citação reitera a importância das manifestações dos camponeses para convencimento do problema da falta de reforma agrária em São Paulo, para a dificuldade produtiva de assentamentos rurais devido à falta de políticas públicas eficientes e revelam essas questões ao ocupar as ruas, prédios públicos, agências bancárias, enfim, pressionando o governo, ou seja, os decisores políticos para a resolução dos problemas que enfrentam em seus territórios. Evidencia a importância para as pesquisas acadêmicas, pois, como atores não visíveis, auxiliam e formam a junção de teoria e prática, academia e realidade, que tem o potencial de colocar nas agendas públicas certas políticas necessárias para a sociedade.

São políticas que contemplam o crédito, a produção, a comercialização, a infraestrutura, que teoricamente influenciariam na busca da autonomia do camponês, ou seja, evitaria que este fosse um pequeno produtor subordinado ao capital.

Bobbio (1998) define política como "atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a polis, ou seja, o Estado". Entende Política "como forma de atividade ou de práxis humana" e "está estreitamente ligado ao poder" (BOBBIO, 1998 p.954). Sobre o poder, é a

[...] capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na expressão Poder calorífico, Poder de absorção). Se o entendermos em sentido especificamente social,

ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito mas também o objeto do Poder social (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO 1998, p.934).

O poder, além de para nós delimitar o território, é "uma espécie de mola da política" (Nogueira, 2010, p.26). Para Rocha (2013, p. 214) a "política seria em essência a relação entre o Estado e a práxis humana, produzida por indivíduos ou grupos humanos que objetivam o poder social (controle dos homens)". Para Hanna Arendt "a política surge no entre-homens; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação" (ARENDT, 2009, p.23). Portanto, "a política é concebida a partir das relações sociais." (ROCHA, 2013, p. 214). Nogueira (2010, p. 28-29) explica que:

[...] a política é um espaço onde indivíduos e grupos postulam a condição de determinar a conduta, as orientações e as opções dos demais. Costuma ser praticada com base num arsenal enorme de recursos: por meio da força, da coação, da ameaça, da sedução e do ocultamento; com o uso intensivo da sagacidade, da inteligência, da sensibilidade, do jogo com paixões e emoções. É um campo de luta, uma câmara que amplifica e viabiliza a disputa pelo controle dos mecanismos de comando e opressão, a ponto mesmo de muitas vezes levar os interesses à hostilidade, ao choque aberto, à guerra [...] Ela é, na verdade, o principal instrumento para que se possa pensar o social como espaço organizado: espaço instituído, construído, articulado por conflitos, antagonismos e hegemonias (NOGUEIRA, 2010, p. 28-29)

A leitura que estamos fazendo é de que camponeses disputam com o agronegócio a orientação das políticas agrícolas-fundiárias nacional e no estado de São Paulo. Para Rocha (2013, p. 215), a "política pública é um dos meios utilizados por esses dois grupos, na criação, recriação e fortalecimento dos seus respectivos territórios", dentro de um contexto de campo de luta retratado por Nogueira, ou seja, "dentro de um jogo político articulado por conflitos, antagonismos e hegemonias." (ROCHA, 2013, p. 215). Buscamos entender

[...] essa relação dialética [...] partindo do princípio de que a política pública é um elemento fundamental para o desenvolvimento territorial brasileiro. Desenvolvimento territorial, que deve ser "construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes

sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia" (SAQUET, 2007, p.177). (ROCHA, 2013, p. 215).

Para Secchi (2010, p. 2),

[...] uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...] uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

O PCA faz com que o desenvolvimento da agricultura camponesa não seja coletivamente relevante. Cabe ao PQA tornar visível essa necessidade, do ponto de vista da segurança e soberania alimentar, por exemplo.

Rocha (2013), baseado em Secchi (2010), entende a existência de duas abordagens sobre a criação de políticas públicas: ou o Estado pode monopolizar a criação de políticas públicas ou qualquer ator político, como ONGs, Movimentos Sociais, Igreja e etc., podem ser os protagonistas das políticas públicas.

A Reforma Agrária brasileira é, portanto, um misto entre a ação do Estado e o protagonismo dos movimentos socioterritoriais. Não é possível analisar a Reforma Agrária considerando apenas o Estado como ator político, nem ao contrário, levando em conta apenas o protagonismo dos movimentos socioterritoriais, porque a Reforma Agrária se constituiu em um processo dinâmico e constante, que não se encerra com o acesso ou a garantia a terra. Nesse sentido, as universidades, os movimentos sociais e socioterritoriais, a Igreja e etc. desempenham um papel fundamental na elaboração e, em alguns casos, na execução das políticas públicas intrínsecas à Reforma Agrária no país.

Fernandes (2013b) destaca a existência de, ao menos, duas possibilidades de políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento territorial do campesinato brasileiro. A primeira refere-se às políticas públicas de caráter compensatório, de subalternidade, e a segunda diz respeito às políticas públicas com o viés emancipatório.

Concordamos com Fernandes (2013b, p. 21-22) que há um Estado a ser disputado

A proposição de políticas de desenvolvimento também é competência da sociedade organizada, de onde deveriam nascer a maior parte das políticas públicas. Esta é uma ação importante na disputa do Estado e do governo, na construção de alternativas. Ganhar as eleições não é suficiente, é essencial ter uma postura política propositiva para romper a hegemonia do sistema capitalista.

A pressão do campesinato nesses últimos anos com os atos de manifestações fizeram com que o Estado fosse atendendo suas demandas. Fernandes (2013b) cita o PRONERA e o PAA como avanço nesse sentido. São políticas para os camponeses e o desenvolvimento de seus territórios e os territórios do campesinato para Fernandes (2013b, p.) “são importantes neste processo tanto pela sua natureza anticapitalista, quanto por suas possibilidades e perspectivas.”. Veremos isso mais detalhado ao explicar as políticas públicas que encontramos nos territórios camponeses pesquisados.

O PROCERA

O PROCERA é uma política antiga, hoje já extinta. Foi criado pelo então Conselho Monetário Nacional, em 1985. O objetivo do programa era de capacitar a produção, aumentando seu volume, dos assentados da reforma agrária que permitissem sua inserção no mercado. Apesar de criado em 85, os assentados passaram a acessar o crédito somente na década de 90, segundo as entrevistas. Era um crédito inicial de 2 mil reais. Segundo uma das assentadas entrevistada no Reunidas, no início do assentamento

[...] tinha o PROCERA...enquanto política de desenvolvimento, foi o principal programa pra impulsionar o processo produtivo das famílias. O problema é que não houve um acompanhamento técnico e de planejamento desses investimento e aqui acabou que quase que 100% caiu no sistema de endividamento.

O objetivo do governo era de que os assentados produzissem e se tornassem economicamente independente, gerando renda que atendesse sua família, o investimento na produção e assim por diante. Como vimos na fala da assentada entrevistada, não foi o que aconteceu.

Segundo Souza, Jorge e Gebara (2009), os recursos do programa eram do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) inicialmente e no fim da década de 80 passado ao Banco do Brasil. Em 1990 os Fundos

Constitucionais também passaram a fazer parte do programa, junto ao INCRA e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em 1996. Tratava-se de uma política com um grande aporte financeiro.

Segundo os autores, era a linha de crédito de menor custo no país. Até 1995 possuía um baixo índice de inadimplência, mas segundo Souza, Jorge e Gebara, esses números se alteraram significativamente após esse ano, o que se confirma pela fala da entrevista de campo.

Para Jorge e Souza (2009), o crédito para a reforma agrária foi importante devido ao fato da descapitalização dos sujeitos sociais para os quais foram destinados os recursos. Era importante que se desse apoio ao desenvolvimento econômico dos assentados, fixando-os assim no campo. Foi um programa que contribuiu para a geração de trabalho, emprego, renda, sustentabilidade das famílias. Os autores afirmam que “após 10 anos de existência, o PROCERA transformou-se numa das principais ferramentas para o desenvolvimento dos assentamentos.” (JORGE; SOUZA, 2009. p. 29).

O levantamento das políticas públicas mostra que não havia outra forma dos assentamentos se desenvolverem, portanto a opção era somente do PROCERA, que foi bem avaliado pelos assentados entrevistados.

No governo FHC, com o o Plano Real, o volume de subsídios do governo aos empréstimos do PROCERA foi reduzido, o que gerou o processo de endividamento pelo encarecimento das parcelas da dívidas, com a taxa de juros modificada. Cooperativas e associações que se formaram, que acessavam um valor maior de crédito, foram entrando em crise com as dívidas crescente. O problema naquela época já era a falta de assistência técnica de planejamento de gastos, por exemplo, que fazia com que os camponeses se atrapalhassem com a lógica de mercado de empréstimo, investimento na produção, venda dos produtos, pagamento do empréstimo e assim por diante.

Jorge e Souza (2009, p. 57-58) consideram que

Esse viés de tratamento da política de investimentos do PROCERA esta muito relacionado à compreensão de que os assentamentos rurais e seu programa de crédito sempre foram tratados como política de assistência social, sem apresentar estratégias de desenvolvimento econômico.

O PROCERA acabou sendo substituído no governo Fernando Henrique pelo PRONAF como política de crédito aos agricultores familiares. Como ressaltou Fernandes (2013b), o PROCERA foi uma reivindicação e conquista dos camponeses na década de 80. A substituição pelo PRONAF, para Fernandes, além de uma perda econômica, foi uma derrota política no que diz respeito a permanência na terra produzindo. O PRONAF é resultado da visão do PCA na construção de política pública, onde o camponês passa a ser o agricultor familiar que precisa ser integrado ao mercado e para isso o Estado deve agir.

O PSF

O Programa Saúde da Família é uma política criada em 94 para o atendimento primário da saúde da população. Tem como objetivos

a) prestar, na unidade de saúde e no domicílio, assistência integral, resolutive, contínua, com resolubilidade e boa qualidade às necessidades de saúde da população adscrita; b) intervir sobre os fatores de risco aos quais a população está exposta; c) eleger a família e o seu espaço social como núcleo básico de abordagem no atendimento à saúde; d) humanizar as práticas de saúde através do estabelecimento de um vínculo entre os profissionais de saúde e a população; e) proporcionar o estabelecimento de parcerias através do desenvolvimento de ações intersetoriais; f) contribuir para a democratização do conhecimento do processo saúde/doença, da organização dos serviços e da produção social da saúde; g) fazer com que a saúde seja reconhecida como um direito de cidadania e, portanto, expressão da qualidade de vida; e (viii) estimular a organização da comunidade para o efetivo exercício social. (SOUSA, 2008, p. 154).

É uma política presente nos assentamentos pelos postos de saúde. O Gleba XV possui 3 postos de saúde, localizados no setor II, III e V. O Reunidas possui apenas um posto de saúde, localizado na Agrovila Central.

Em ambos os assentamento há a visita domiciliar nas residências e o acompanhamento de acamados. No Reunidas, devido a existência de um único posto e o tamanho do assentamento, há o atendimento periódico nas agrovilas. Uma vez por mês a equipe médica vai até um local comum das agrovilas, como uma escola, ou um barracão e faz o atendimento. As reclamações por parte dos camponeses são as mesmas encontradas em qualquer posto, como dificuldades em

encaminhamentos para hospitais e exames mais qualificados, por exemplo. O acompanhamento aos pacientes e o dentista são bem avaliados pelos assentados.

Um fato importante foi citado por uma assentada do Reunidas em relação a qualidade do atendimento médico. Na gestão passada do governo municipal o agente de saúde era um morador do próprio assentamento. Isto facilitava sua interação com os moradores, comunicação e informação sobre alguma campanha de saúde e o fato de morar no Reunidas facilitava sua locomoção no interior das agrovilas. Porém, na gestão atual, os agentes de saúde foram selecionados por concurso público, o que acabou levando funcionários de fora do assentamento, que não vivem aquela realidade. Na opinião da assentada isso acabou piorando o atendimento.

Não encontramos artigos que debatessem a questão da saúde nos assentamentos rurais, mas, de forma geral, representam o acesso à saúde por parte dos camponeses e foi uma política bem avaliada pelos entrevistados nos territórios.

O Luz da Terra

O programa Luz da Terra foi lançado pelo governo do estado de São Paulo em 1996. Tinha como objetivo levar energia a todos os consumidores da zona rural do estado.

Era um serviço pago. Aqueles que tinham interesse em ter luz elétrica instalada em casa precisavam ter condições de assumir uma dívida de até 60 meses. O valor em média das instalações era de 2 mil reais. O contexto dos assentamentos pesquisados nos anos iniciais de sua criação era de muita dificuldade, principalmente econômica. Mas, a eletricidade era importante tanto para condições digna de vivência, como também para a produção, ou seja, era essencial para o desenvolvimento destes territórios. Podemos perceber que foram muitos anos sem luz nos assentamentos, pois eles datam da década de 80 e esse programa é de 96. Um grande atraso.

Segundo uma assentada entrevistada do Reunidas, uma das primeiras lutas do assentamento foi a questão da energia elétrica que não havia.

Essa primeira rede (da Agrovila Campinas) foi a primeira rede do assentamento inteiro, que a gente conseguiu via governo do estado. Como a instalação foi feita somente na Campinas, as outras

agrovilas e os outros assentados também gostariam de ter sido contemplados. Como não foram, precisaram usar a verba do PROCERA para isso e 506 famílias compraram a instalação da energia. Foi o inverso nosso (da Agrovila Campinas). Eles investiram pra negociar a dívida depois. Nós não. Nós negociamos antes. Na época não tivemos condições de pedir energia pro assentamento inteiro.

Quando o financiamento da instalação de energia foi feito para as agrovilas com verba do PROCERA, quem já morava nos lotes não teve acesso, não fez a ligação até a residência devido ao custo. Havia energia somente nas agrovilas. É importante perceber que a mobilização, mesmo que parcialmente, conseguiu energia elétrica. Resgatando a história do assentamento Reunidas, temos que a agrovila Campinas foi formada pelo grupo de famílias que veio da organização do MST, o que revela a importância da conscientização política para a reivindicação de políticas.

Segundo Marques, Carmo e Ribeiro (2006), era mais uma dívida que os camponeses precisavam assumir. A dificuldade no campo gerou inadimplência, chegando ao ponto do corte da energia elétrica em algumas residências.

A questão da energia elétrica nos assentamentos foi resolvida com a criação da política Luz Para Todos, que falaremos mais a frente.

O PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar tem o objetivo de promover a geração de renda no campo por meio do financiamento de atividades agropecuárias, ou não agropecuárias, desde que sejam realizadas em estabelecimentos rurais.

Podem acessar a política agricultores que fazem parte de unidades familiares de produção rural e que comprovem isso através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é emitida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e é condição obrigatória para obtenção de financiamento.

Os créditos do PRONAF são destinados à custeio das atividades no estabelecimento rural, seja ela agropecuária ou não, beneficiamento ou industrialização de produção própria e investimento para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de beneficiamento ou industrialização.

O PRONAF surgiu e substituiu o PROCERA. Como dito, o PROCERA era bem visto pelos assentados, apesar dos endividamentos, principalmente no que diz respeito aos juros cobrados e as possibilidades de negociação das dívidas. Segundo Fernandes (2013b), a criação do PRONAF vem num contexto de surgimento do conceito de agricultor familiar, uma leitura desde o PCA. Isso mostra a influência que o debate ideológico pode ter no plano material, criando políticas públicas, ou seja, a intenção do conceito de agricultor familiar é esconder o conceito de camponês, visto como algo que representa o atraso no que diz respeito ao campo. O agricultor familiar seria o produtor modernizado, pronto para acessar o crédito do PRONAF, produzir e se integrar ao mercado. O programa “tem como perspectiva de desenvolvimento a capitalização dos camponeses, transformando-os em pequenos capitalistas.” (FERNANDES, 2013b, p. 127).

Ainda segundo Fernandes (2013b), o endividamento das famílias assentadas tem sido alto com esta política de crédito e foi o que verificamos nos territórios pesquisados. Ainda os dados das manifestações mostram que por diversas vezes os camponeses foram aos bancos, ocupar, para poder renegociar essas dívidas. Com dívidas o acesso ao crédito fica bloqueado, impedindo o investimento do assentado na produção. Sobre a transição do PROCERA para o PRONAF, uma das entrevistadas do Reunidas diz que além de uma lógica bancária,

[...] havia uma diferenciação dos juros do Pronaf e do PROCERA. Acabou que no governo Fernando Henrique nós não conseguimos fazer o pagamento das dívidas [...] Em 2004, no governo Lula, há uma renegociação dessas dívidas e as famílias voltam a ter acesso ao crédito. Mas, de novo, cai no problema da assistência técnica, da falta de planejamento para o investimento...acaba gastando dinheiro a toa, vamos dizer assim. Acabou ajudando por um período, mas daí uma hora a dívida vai vir. Cai de novo no processo de endividamento.

Percebemos nas entrevistas de campo que o problema dos camponeses no acesso ao crédito e o seu pagamento, é a falta de orientação quanto ao planejamento e uso desse dinheiro. Não parece ser uma lógica que eles aprenderam com os anos, o endividamento sempre se repete. Mas, é importante que o investimento feito através do crédito do PRONAF tenha retorno e pra isso são necessárias políticas que garantam a comercialização dos produtos. Por isso, uma política deve vir acompanhada de outras. Trata-se de uma programa que precisa ser

reformulado, na avaliação de Fernandes, mas desde uma visão do PQA, pois a lógica capitalista tem prejudicado os camponeses.

O PRONERA

O PRONERA foi criado a partir das lutas dos movimentos socioterritoriais, que pressionavam por uma política pública de Educação do Campo. Foi instituído pelo MDA e é executado pelo INCRA para os assentados da reforma agrária. É um programa que garante a escolarização para jovens e adultos do campo, que historicamente foram impedidos, por diversas dificuldades, de começarem ou terminarem os estudos. A educação para os movimentos socioterritoriais contribui material e imaterialmente para instrumentalizar a luta para a busca de melhores condições de vida no campo.

No início, o PRONERA buscou se preocupar com a educação básica, como Educação de Jovens e Adultos (EJA). O avanço do desenvolvimento desta política construiu cursos técnico-profissionalizantes, como técnico em administração de cooperativas, enfermagem, técnico em saúde comunitária, técnicos em comunicação, por exemplo, cursos superiores, como Pedagogia, História, Geografia, Sociologia, Ciências Naturais, Agronomia, Direito, Medicina Veterinária, por exemplo e pós-graduação.

Segundo Fernandes (2013, p. 322) o PRONERA “nasceu da proposição de movimentos camponeses e se consolidou como política emancipatória em constante disputa.”. Molina e Jesus (2010, p. 29), entendem que

É em resposta à hegemonia deste modelo de organização da agricultura nacional, que Movimentos Sociais e Sindicais se organizam e lutam para construir estratégias coletivas de resistência, que lhes possibilitem continuar garantindo sua reprodução social, a partir do trabalho na terra. A luta pelo acesso ao conhecimento e à escolarização faz parte desta estratégia de resistência, e nela se encontram o PRONERA e a Educação do Campo.

Dentro deste contexto de disputa e proposição do campesinato, o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), em 1997, que foi organizado para comemorar os 10 anos do Setor de Educação do MST, marca o início do PRONERA, segundo Molina e Jesus. O desafio era superar o

déficit de alfabetização no campo, mas o PRONERA representou mais. Para Fernandes (2013b, p. 336-337), o que levou o MST a propor o ENERA foram

As práticas do Setor de Educação do MST de pensar a educação na construção dos territórios camponeses, de teorizar sobre suas ações e sobre as relações com outras instituições na organização de novos espaços políticos [...] Desde esse evento, o processo de construção da Educação do Campo esteve associado ao desenvolvimento do território camponês, de modo que “Campo” não é o campo como uma ideia genérica. “Campo” tornou-se um espaço definido: o “Território Camponês”, distinguindo-o do território do agronegócio [...] Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial tornaram-se políticas indissociáveis, pois nasceram da compreensão multidimensional do desenvolvimento [...]

É uma leitura que permite ver que o MST tem como objetivo principal a terra, o acesso a terra. Mas, ao conquistá-la, outras demandas necessariamente surgem diante da perspectiva e de uma leitura do desenvolvimento em outras dimensões, como a social, política, ambiental. Se preocupar com a educação e a democratização do ensino para os assentados é um exemplo dessa leitura.

Nesse sentido, Fernandes (2013b, p. 337) avalia essa política como sendo emancipatória, pois

O PRONERA e a Educação do Campo nasceram na contramão das políticas compensatórias neoliberais. Surgiram como alternativas, como políticas emancipatórias, fundamentando-se nos princípios da emancipação, promovendo a universalização do conhecimento a partir de territórios definidos. O desafio da Educação do Campo, do PRONERA e outras políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos territórios camponeses, numa perspectiva autônoma, é a construção de políticas públicas para a qualificação, ampliando seu potencial econômico.

A Educação de Campo, aliada a reforma agrária, são pilares para a construção da emancipação e autonomia camponesas. Para Fernandes, o desafio principal para o desenvolvimento dos territórios camponeses é esse.

Molina e Jesus (2010, p. 30), entendem que

De acordo com Caldart (2008), o conceito de Educação de Campo deve ser analisado a partir de sua tríade estruturante: as categorias Campo – Política Pública – Educação, sendo requisito para compreensão do conceito, o trabalho articulado entre estes termos. Separá-los é romper sua materialidade de origem: a luta da classe trabalhadora do campo pelo direito de continuar garantindo, neste

território, as condições para sua reprodução social, sendo o direito à educação e ao conhecimento uma destas dimensões.

Esse movimento de criação da política e implementação na prática se deu enfrentando barreiras, tanto do governo de Fernando Henrique, como nas universidades, como ressalta Fernandes (2013b). Por não ser uma política que se enquadrasse na leitura do PCA, que orientava as políticas de FHC, permaneceu praticamente parada durante seu governo, sem recursos disponibilizados para que se desenvolvesse. Nas universidades, os obstáculos para o oferecimento dos cursos foram diversos.

O principal desafio do PRONERA é atingir grande parte dos assentados. Nos assentamentos destacados para esta pesquisa, poucos são os que frequentaram cursos técnicos ou superiores. A alfabetização, com o EJA, teve mais alcance em nível nacional, segundo Molina e Jesus, mas nos territórios pesquisados enfrentaram dificuldade.

No Reunidas, houve um movimento de fechamento de algumas escolas municipais que atendiam as crianças do assentamento. A atual administração da prefeitura de Promissão alegou que não havia mais o número suficiente de alunos para manterem abertas, pois havia um envelhecimento da população no assentamento. As crianças que ainda estavam matriculadas foram remanejadas para outras escolas ainda dentro dos assentamentos, que chegou a ter 11 instituições de ensino. Uma reivindicação antiga dos assentados era a EJA. Pressionaram a Secretaria de Educação para que o prédio das escolas fechadas para as crianças fossem destinados ao EJA no período noturno, o que está acontecendo atualmente. Outra reivindicação atual é que durante o dia as escolas tenham cursos profissionalizantes, cursos técnicos etc.

Políticas que promovam a emancipação camponesa sempre enfrentam obstáculos diversos. É a disputa paradigmática por modelos de desenvolvimento. Os camponeses organizados querem desenvolver um tipo de modelo, o modelo camponês não-capitalista, mas é uma luta diária, tanto no material, nas ações de manifestações, como no imaterial, no debate de ideias.

O PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos é uma política de fortalecimento da agricultura familiar e da produção de alimentos criada no ano de 2003. O objetivo do programa, em todas as suas modalidades, é fazer com que populações que possam estar em situação de insegurança alimentar e nutricional tenha acesso a alimentos e ao mesmo tempo promove o desenvolvimento da agricultura familiar/camponesa através do mercado institucional. Segundo o MDS (2014), outros objetivo promovido pela política é a formação de estoques de alimentos como estratégia para o abastecimento do mercado institucional, ou seja, a compra governamental de alimentos.

O PAA é executado em conjunto com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e possui cinco modalidades de ação: Doação Simultânea, PAA Leite, Compra Direta, Compra Institucional e Formação de Estoques. As modalidades da política que os camponeses fazem parte nos territórios pesquisados são Doação Simultânea e Formação de Estoque. Para acessar essa política é preciso que o produtor tenha a DAP, declaração obtida somente quando o produtor está em conformidade com o PRONAF.

O PAA Leite é uma modalidade acessada pelos agricultores familiares do Nordeste e norte de Minas Gerais somente. O objetivo é desenvolver e fortalecer a produção leiteira que é característica dessa região.

Na modalidade Compra Direta o objetivo é a formação de estoque de alimentos pelos governos. Como a produção é adquirida com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a intenção do estoque é que seja doado, como cestas básicas, por exemplo, no momento necessário, não sendo permitido a venda.

Na modalidade Compra Institucional o objetivo é a compra dos alimentos por prefeituras e governo dos estados para que possam abastecer presídios, hospitais, quartéis das forças armadas, restaurantes de universidades, creches, etc.

A modalidade Formação de Estoque funciona com o fornecimento de crédito antecipado aos produtores que devem constituir estoque de alimentos, tendo como função a manutenção dos preços no mercado no caso de produtos vulneráveis ao clima, por exemplo, como o tomate, que sofre variações brusca de preços. Formado o estoque, quando necessário, as associações e cooperativas de produtores familiares vendem ao mercado ou à CONAB na forma de abatimento da dívida. É preciso que a associação ou cooperativa justifique a necessidade da formação de estoque de um determinado produto, apresente a proposta à CONAB com preço,

qualidade, etc., que, aceitando-a, repassa o recurso aos produtores. No assentamento Gleba XV uma das associações de produtores acessou essa modalidade em 2013. Foram adiantados pela CONAB três mil reais aos produtores, que investiram em gados para a produção de queijo. Assim como as outras políticas de crédito, como o PROCERA, PRONAF, essa modalidade do PAA também pode causar o endividamento dos produtores. Mas, o ponto positivo é que pode ser paga com a produção, como no caso dessa associação do Gleba XV. Portanto, a lógica bancária ausente é o que facilita para os produtores.

Na modalidade Doação Simultânea, os produtores repassam a produção à CONAB que tem o objetivo de atender demandas locais, como entidades assistenciais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de estoque de alimentos, por exemplo. Essa é a principal modalidade que os camponeses dos territórios pesquisados participam. Anualmente é preciso que a associação ou cooperativa apresente a relação de produtos que irão vender à CONAB.

Outro ponto positivo é que a compra dos alimentos pela CONAB é feita sem a necessidade de editais de licitação, uma desburocratização que facilita na agilidade do produtor propor os produtos, produzir, vender, receber a verba, reinvestir na produção etc., além dos preços serem justos, ou seja, não devem ser abaixo nem acima da média dos mercados regionais. Os produtores já sabem por quanto venderão sua produção antes mesmo da entrega. É um preço fixo estabelecido já na proposta à CONAB.

Um dos pontos da política a qual os camponeses não estão satisfeitos é o limite por ano, de 8 mil reais por DAP, ou seja, por produtor, que podem atingir com a venda dos produtos. Dividindo-se esse valor pelos doze meses do ano, temos uma média de renda mensal de 660 reais. Na avaliação deles é muito pouco, pois conseguiriam produzir mais e vender mais, mas são impedidos por essa cota. Pela leitura que fazemos da disputa por modelos de desenvolvimento no campo, podemos avaliar que lutar pelo aumento dessa cota anual é enfrentar o PCA, pois evidenciará que a agricultura camponesa é capaz de produzir muito alimentos de qualidade, fornecidos à população de forma gratuita, reforçando a importância de mais terras aos camponeses assentados, por exemplo. É uma política importante, mas as políticas existentes precisam ser aperfeiçoadas desde uma visão do PQA. Nesse caso, lutar por uma cota anual maior é, no plano político e na dimensão

econômica do território, promover o desenvolvimento desde uma visão do PQA, fortalecendo a agricultura camponesa.

No assentamento Gleba XV há somente 4 associações funcionando acessando o PAA, com aproximadamente 210 famílias ao todo, o que equivale a 40% do assentamento. Segundo as informações coletadas em campo, os produtores começaram a acessar o PAA somente há 4 anos. Segundo o entrevistado: “Aqui na Gleba o PAA demorou a chegar. Aqui no interior é complicado...”. As lideranças do MST na região, em contato com camponeses de outras regiões do país nas reuniões do movimento é que levaram a possibilidade de acessar a política no Pontal. Considerando que é uma política institucionalizada em 2003, é um atraso considerável.

É incentivado no PAA a formação de associações e cooperativas para o acesso ao programa. Segundo o entrevistado no assentamento, a principal dificuldade de outras famílias acessarem o programa é a direção das associações darem conta do número de produtores.

Nós não estamos com mais famílias porque não damos conta [...] As outras famílias querem acessar o PAA, principalmente, mas não há condições para as associações que existem integra-las. Não tem como. Não tem associação, alguém que puxe. As associações que existem estão não seu limite, não querem aumentar muito (o número de família) porque podem não dar conta. Porque não tem uma assistência técnica, um auxílio...

A burocracia é a principal dificuldade para os assentados que lideram as associações, como contabilidade, nota fiscal eletrônica, orientação para recolhimento de impostos etc. Os assentados, principalmente os que fazem parte das diretorias administrativas das associações, estão aprendendo por conta própria o trabalho burocrático exigido pelo programa. A outra grande parte dos assentados que não estão acessando o PAA estão vendendo seus produtos, como legumes, hortaliças, frutas etc., para atravessadores e também produzem leite, vendendo para laticínios. A produção de leite é expressiva no assentamento Gleba XV.

Para os camponeses do Reunidas, o PAA tem muita importância também. Segundo um dos camponeses entrevistados,

Hoje a principal política pública, do ponto de vista da produção principalmente, é esse programa de doação simultânea da CONAB, o PAA, e agora estamos tentando a implementação do PNAE [...] Hoje o

que que garante um mínimo de entrada de recurso permanente do ponto de vista de política pública é o PAA.

A Agrovila Campinas, com suas lideranças, também foram responsáveis pela divulgação da política no Reunidas. Como esclarecido nesse capítulo, as famílias dessa agrovila são oriundas da organização do MST, do grupo IV, o que revela a importância de um movimento camponês organizado para não só reivindicar políticas, mas também para acessá-las. O PAA também chegou tardiamente ao assentamento, somente em 2007. A agrovila Campinas, ao longo da história do assentamento, foi pioneira nas reivindicações, como no caso na energia elétrica, na orientação sobre a política de doação simultânea do PAA, por exemplo.

Junto com o assentamento Dandara, que fica em frente e consequentemente no mesmo município, existem 21 organizações coletivas, entre associações e cooperativas de produtores acessando as políticas públicas. Segundo as entrevistas, menos de 10% das famílias do Reunidas não estão acessando políticas de produção, o que revela que as organizações estão mais evoluídas que no Gleba XV. Essas famílias não acessam, porque estão vivendo através de aposentadorias, por exemplo. Há casos em que só os patriarcas da família ficaram no lote, então não têm condições físicas de trabalhar na terra devido ao envelhecimento. O pouco produzido é pra consumo próprio ou vendido para atravessadores.

Como no Gleba XV, a cota anual também é alvo de críticas. Segundo uma camponesa entrevistada “O programa não é de transformar, porque o recurso é muito pouco, vai dar 500 reais por mês se a gente for fazer as contas, mas é o que tem garantido”. A garantia da venda da produção tem mudado a dinâmica do assentamento, que durante sua existência se dedicou somente na produção leiteira e de grãos, como soja, milho, feijão etc. A produção de leite é expressiva no assentamento ainda, mas hoje, com o PAA, há uma diversidade de produtos e os grãos não são mais produzidos em abundância, somente para consumo próprio, quando há. Para um dos camponeses entrevistados,

O PAA é um meio das pessoas diversificarem sua produção. O que foi revolucionário nesse programa é que incentivou as pessoas a plantar diversificadamente. As verduras que estão sendo plantadas aqui hoje antes não podiam ser plantadas, porque não havia quem comprasse.

O interessante é que o leite é vendido para laticínios, mas por meio de uma cooperativa criada pelos camponeses, o que fortalece suas negociações de preço, pois vendem em grande quantidade. A questão dos preços e dos atravessadores era o principal problema para os camponeses e sua produção. Para um camponês entrevistado, “os atravessadores, além de amargar no preço, fazendo com as pessoas vendessem a preço de banana, já viam com um tipo de produto”, ou seja, estavam interessados em produtos específicos e somente aquele. Portanto, a produção diversificada e eliminação dos atravessadores são os pontos fortes do PAA.

Para Vinha e Schiavinatto (2015), o PAA é uma política que promove a soberania alimentar e fortalece o desenvolvimento dos territórios camponeses. As autoras entendem que o PAA vem proporcionando autonomia à agricultura camponesa o que é importante para fazer contraponto ao agronegócio. Ao reivindicarem outras políticas nas manifestações, ou seja, sem contar a política de reforma agrária, como políticas de produção que incentivem a produção de cada vez mais alimentos, sem agrotóxico, que cheguem à toda sociedade por doação ou a preços justos, imprimem uma lógica de desenvolvimento do campo em contraposição ao agronegócio e à leitura do PCA de agricultura capitalista. Para as autoras,

Defender a soberania alimentar e priorizar a agricultura camponesa são questões que apontam outro modelo de desenvolvimento territorial [...] Os propósitos da soberania alimentar estabelecem um diálogo com o fortalecimento dos assentamentos rurais que, por meio de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm o potencial de garantir a sua reprodução social, política, econômica, cultural e ambiental dos territórios camponeses. Além de articular as escalas, propõe desburocratizar o processo de aquisição dos produtos provenientes da agricultura camponesa e garantir a produção de cultivos alimentícios. Esses produtos atendem aos programas públicos, dispensando as regras de licitação e criando mecanismos jurídicos de apoio à comercialização desenvolvidos pela agricultura camponesa. (VINHA; SCHIAVINATTO, 2015, p. 187).

Segundo Vinha e Schiavinatto (2015), políticas como o PAA têm como potencial combater um dos principais problemas do Brasil nas décadas de 30 até os anos 90 que era a questão da fome. A doação simultânea vem contribuindo para que as pessoas em condições de insegurança alimentar tenham a refeição garantida

e de qualidade. Além disso, trazem à tona a centralidade da agricultura familiar/camponesa no país, pois como vimos no capítulo 2, as políticas para o campo priorizavam a grande agricultura. O surgimento dos movimentos camponeses organizados, as ocupações de terras, a criação de assentamentos rurais e as manifestações por políticas públicas fazem a agricultura camponesa ser reconhecida pelo Estado e promovem o desenvolvimento territorial desde o PQA, pois

Mas, por que o PAA pode ser considerado como uma política de apoio ao desenvolvimento territorial que coloca no centro do processo o campesinato e a soberania alimentar? Assim como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), fruto das reivindicações e do reconhecimento político das lutas dos movimentos sociais para integrar a produção familiar, o PAA sinaliza para uma mudança importante na política nacional de desenvolvimento rural brasileira: concede espaço político a sujeitos que não estão ligados aos interesses comandados pelo latifúndio e agronegócio e atribui um papel importante que institucionaliza as demandas da agricultura camponesa e da soberania alimentar. Essa política tenta dar voz a outras relações sociais, sujeitos e territórios, rompendo com o centralismo e sinalizando que existe um outro modelo de desenvolvimento para o campo baseado na agricultura camponesa. (VINHA; SCHIAVINATTO, 2015, p. 192).

Portanto, contrapõe o tecnicismo e economicismo das políticas agrícolas mostradas no capítulo 2. Diante desta leitura, o PAA apresenta pontos positivos importantes que tendem levar à emancipação camponesa, pois fortalece o campesinato, a soberania alimentar, elimina atravessadores, tem preço e vendas garantidos etc., não há uma subordinação ao mercado capitalista e ao modelo capitalista de desenvolvimento.

O PLPT

O governo federal no ano de 2003 instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz Para Todos). O objetivo, como diz o nome, era de levar energia elétrica a todo universo de cidadãos do país. Segundo a Eletrobras (2015), Dados do IBGE dos anos 2000 mostravam que cerca de 10 milhões de pessoas na zona rural não eram atendidos por esse serviço público.

A prioridade da política eram assentamentos rurais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, escolas e postos de saúde. As instalações elétricas eram

feitas de forma gratuita, com instalação de até três pontos de luz, duas tomadas, condutores, lâmpadas e outros materiais necessários (ELETROBRAS, 2015). A meta era atender a demanda até 2008, mas atualmente o programa foi prorrogado até 2018. A política é coordenada pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobras.

Os benefícios do PLPT são:

- Contribuir para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar;
- Facilitar a integração aos serviços públicos e aos programas sociais do governo federal;
- Permitir a melhoria do abastecimento de água, do saneamento básico, da saúde e da educação, fortalecendo o capital social das comunidades;
- Possibilitar a aquisição de eletrodomésticos e equipamentos rurais elétricos pelas famílias;
- Gerar empregos (é dada prioridade ao uso de mão de obra local e à compra de materiais e equipamentos nacionais);
- Favorecer a permanência das pessoas no campo, com a melhoria da qualidade de vida. (ELETROBRAS, 2015, p. 1).

Como ressaltamos no Programa Luz da Terra, do governo do estado de São Paulo, os camponeses ficaram endividados devido a necessidade de se pagar pelo acesso ao serviço de energia elétrica. Marques, Carmo e Ribeiro (2006) ressaltam que com o surgimento do Luz Para Todos, aqueles que estavam com dívidas deixaram de pagá-las e pressionaram o governo federal para que sua dívida com o estado fosse perdoada, tendo em vista que havia sido criado um programa que previa eletricidade gratuita a todos. Não encontramos fontes bibliográficas que explicassem como se deu, na esfera burocrática, esse perdão da dívida. Mas, o relato dos camponeses entrevistados confirma a extinção da dívida e o acesso gratuito à energia elétrica.

Segundo uma camponesa entrevistada no Reunidas, “com o governo Lula houve o perdão da dívida pela energia elétrica, mas 10 anos depois de instalada.”. Outra importância desse programa nos assentamentos pesquisados, foi a questão das mudanças ocorridas no interior dos territórios no que diz respeito às agrovilas. No início, as agrovilas, no caso do Reunidas, ou os setores, no caso do Gleba XV, tinham o objetivo de serem “mini bairros” nos assentamentos, ou seja, as casas, espaços coletivos, bares etc., estariam localizados ali e o lote seria dedicado

somente ao cultivo ou ao gado. Porém, devido ao tamanho dos assentamentos, as vezes a distância da residência nas agrovilas ao lote passava dos 3 km. Como vimos, a energia elétrica, pelo programa Luz da Terra, foi instalada nas agrovilas somente. Com o tempo, aqueles que foram obtendo recursos preferiram construir residências no próprio lote, de forma a não precisarem caminhar grandes distâncias todos os dias. O PLPT foi importante neste ponto, porque aqueles que construíram residências nos lotes puderam ter acesso de forma gratuita à energia elétrica, como disse uma das camponesas entrevistada no Reunidas: “Se tinha casa lá no fundo do lote, o Luz Para Todos garantia que a luz chegasse lá. Minha irmã morava na agrovila e foi pro lote. Teve Luz garantida.”

A energia elétrica é essencial para o desenvolvimento de todas as dimensões do território, pois é condição para uma vivência digna. Em pleno século XXI, não seria possível existir residências sem energia. A população rural acabava sofrendo pelo afastamento dos grandes centros. O PLPT representou um importante avanço nos assentamentos rurais pesquisados.

O PNHR

O Programa Nacional de Habitação Rural foi criado em 2003 para ser uma extensão do Programa Minha Casa, Minha Vida no campo. Segundo a página da Caixa Econômica Federal (2015) na internet, o objetivo do programa é subsidiar a produção de habitações aos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

É exigência da política a DAP e que a renda anual bruta não ultrapasse os 15 mil reais. São beneficiários do programa agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, silvícolas, agricultores, arvicultores, piscicultores, ribeirinhos, comunidades quilombolas e povos indígenas. O programa financia a construção de novas habitações, reforma e/ou ampliação da habitação já existente.

Ao longo da história dos assentamentos pesquisados percebe-se que não houve uma política de habitação específica para os camponeses, que se relacionasse com a política de reforma agrária e que, no acesso a terra, pudesse garantir o direito de habitação digna, uma condição fundamental para uma reprodução digna. A pesquisa só comprovou que antes do PNHR não houve uma política de âmbito nacional que atendesse os camponeses. Nas entrevistas, foi possível identificar que os camponeses receberam no início de sua caminhada como

assentados da reforma agrária um subsídio pelo Programa Crédito Instalação, do INCRA, que objetivava um estímulo para a construção de residências, mas o valor não era muito alto que pudesse dar conta da residência, do investimento na produção, na luz elétrica, etc. Do início do assentamento até o início do PNHR, a construção, ampliação e reformas nas residências do Reunidas e Gleba XV foram sendo feitas aos poucos, com recursos próprios.

Rover e Munarini (2010) entendem que apesar de ainda bastante restrita e de pouca abrangência, o PNHR é importante para as famílias rurais. Para os autores, o programa deve ser reformulado, principalmente com a redução de certas exigências burocráticas e de financiamento, fazendo com que aumente o número de famílias beneficiadas, tendo impacto direto no social, melhorando a qualidade de vida das famílias e também no desenvolvimento regional, com a compra de materiais nos comércios regionais, por exemplo. Algumas facilidades foram atualizadas na reformulação da política no ano de 2009. Os autores ponderam que a habitação no país sempre teve um déficit. O Minha Casa, Minha Vida, e o PNHR no seu contexto, buscam garantir esse direito aos cidadãos do país. E, segundo eles, é resultado da demanda e pressão das organizações de produtores familiares.

No Reunidas, pelas entrevistas, não soubemos de projetos de construção, ampliação ou reforma que estejam em andamento, ou tramitando na Caixa. O que constatamos é que alguns camponeses estão com dívidas em relação a este financiamento conseguido e estão devendo à Caixa. No assentamento Gleba XV, um dos entrevistados relata que, apesar de terem apresentados projetos na Caixa, eles estão parados pela burocracia. Segundo ele,

Dia 15 de abril nos ocupamos a Caixa Econômica Federal, agora na Jornada de Lutas de abril. Ocupamos a Caixa. Estamos a 2 anos negociando projetos de reforma, construção e ampliação, três modalidades...e não avançou nada. Fizemos 80 projetos...São 80 famílias aqui do Gleba. Aí nós fizemos a ocupação e eles endoidaram! Aí ligou o superintendente de Prudente, ligou o superior do superintendente de Prudente e ligou o assessor direto do presidente da Caixa de Brasília pra perguntar porque nós fizemos isso! Ai nós falamos: *'dois anos conversando com vocês e vocês não resolveram nada! Até agora as famílias não deram entrada no contrato, não sabem quando vão fazer nada...Nós quer uma reunião com vocês, é pra vir o superintendente regional de vocês pra nós combinar uma metodologia de trabalho de de agilidade...Nós já compramos lona e vamos dormir aqui!'*...Aí os cara endoidaram! Não deixamos entrar ninguém...chegamos lá 8 horas...só deixamos entrar um guarda e um gerente pra ele fazer os contatos. Foi o dia todo.

Aqui percebemos a importância das manifestações novamente²⁰. Elas servem tanto para evidenciar uma demanda, reivindicar a solução para algum problema, como para fazer com que as políticas existentes funcionem. São essenciais para o desenvolvimento dos territórios camponeses. Segundo o entrevistado, saíram desse ato com a promessa de que os projetos já encaminhados irão tramitar com mais velocidade. Se não acontecer isso, os camponeses voltarão a pressionar a Caixa.

A PNATER

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural foi instituída pelo governo federal no ano de 2003. Foi uma política construída, segundo o MDA (2004) em parceria com organizações governamentais e não governamentais de assistência técnica e a sociedade civil organizada.

Os princípios, segundo o MDA, são de desenvolvimento sustentável, levando em consideração a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar. A PNATER busca atuar na parcerias com órgãos de governo, empresas publicas e privadas para a prestação de serviços de assistência técnica para agricultores familiares, na formação inicial e avançada de agentes, em parcerias com organizações de ensino, elaboração de materiais informativos, no fomento à produção de tecnologias de conhecimento apropriados para a agricultura familiar, no apoio a projetos de inovação tecnológica, na qualificação de implementação das políticas públicas e no atendimento específico de um campesinato que eram excluídos das políticas criadas para o desenvolvimento do campo.

Como vimos em alguns relatos sobre as políticas públicas, a grande reclamação dos camponeses é a falta de assistência técnica. Seja no auxílio da produção, como também no acesso as políticas públicas disponíveis. A assistência técnica no assentamento Gleba XV é realizado pelo ITESP e no Reunidas é realizado pelo INCRA em parceria com o Instituto Biossistêmico (IBS)²¹. Trata-se da terceirização do serviço de assistência técnica, que ocorreu em 2012.

²⁰ Esse ato foi registrado em nosso banco de dados DATALUTA Manifestações do Campo São Paulo através da repercussão em jornais.

²¹ "O Instituto BioSistêmico é uma organização fundada em 2006, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável no âmbito socioambiental. Como estratégia de trabalho, promovemos o

No Gleba XV o serviço de assistência é muito pontual, segundo os camponeses entrevistados. Não é uma política que cumpra seus objetivos. Existe algumas experiências, como o “Dia de Campo”. Nesses dias os assentados interessados são reunidos em um lugar comum para palestras, informes etc, com técnicos do ITESP. Outra forma de conseguir assistência técnica é entrando em contato, através do telefone, para marcar uma visita do técnico. Tanto o Dia de Campo, como a visita do técnico, ocorrem de forma esporádica. Há um déficit muito grande, segundo os camponeses, desses técnicos também. A região do Pontal possui uma centena de assentamentos rurais e na avaliação dos camponeses deveriam existir mais técnicos pra dar conta dessa demanda. Durante toda a história do assentamento tiveram problemas com essa política.

No Reunidas, com o IBS, a situação não é muito diferente. Segundo um dos camponeses entrevistados,

O INCRA tem uma importante política de assistência técnica, cada vez colocando mais recurso. Mas, o resultado disso é muito pouco...Você vê milhões pra assistência técnica, pra contratação de pessoal, e não vê resultado. A gente aqui tem o IBS, mas a gente nunca vê um técnico olhando a produção de fato. Fica muito mais na burocracia, do que na prática. Antigamente, logo que a gente entrou aqui, a gente tinha o ITESP e eles eram atuante. Os técnicos não saíam de dentro do processo produtivo, de orientar, de corrigir uma praga, hoje não existe mais isso. Eu creio que piorou muito nos últimos 15 anos.

A deficiência na assistência técnica é encontrado em diversos assentamentos que pude visitar durante a graduação, durante eventos científicos que tiveram visitas aos territórios camponeses e nos elencados para esta pesquisa. É uma política que nas manifestações tem a demanda de que sua qualidade melhore. O importante é que os camponeses disputem o formato dessa assistência técnica, para que os técnicos e empresas contratadas atuem no fortalecimento da agricultura não capitalista, ou seja, uma assistência técnica desde o PQA.

O PNAE

pensamento sistêmico e utilizamos ferramental tecnológico para organização e gestão dos fluxos de ação. Em nosso escopo de atendimento, estão as organizações de produtores, comunidades rurais, associações, cooperativas, empresas e entidades governamentais que desenvolvem projetos de responsabilidade social e ambiental e que, de forma direta ou indireta, fomentam o desenvolvimento. (IBS, 2015). Disponível em: <<http://www.biosistemico.com.br/sobre/>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é outra política de comercialização direta entre camponeses e governo, que busca fortalecer a agricultura familiar/camponesa e atender a escala local. É uma política que envolve o MDA e o Ministério da Educação (MEC). Na escala municipal, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é responsável pela fiscalização do PNAE

O PNAE foi instituído em 2009 pelo governo federal e tem como objetivo adquirir alimentos produzidos pela agricultura familiar. As prefeituras devem prever um gasto de 30% do orçamento repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra dessa produção para a merenda escolar. A prioridade das prefeituras deve ser a compra dos produtores locais do município e se não houver o atendimento do edital por parte dos locais, é permitido a compra da produção de produtores familiares do estado e nacional.

O PNAE vem ao encontro dos objetivos do governo federal, assim como o PAA, de fortalecer a agricultura familiar, focando na escala local, promovendo e adquirindo alimentos de qualidade para a merenda das escolas, como também eliminar a presença do intermediário na comercialização dos produtos.

Segundo Silva e Pedon (2015), o PNAE é operacionalizado primeiramente pelo mapeamento do que é produzido na região, uma responsabilidade do CAE e da Secretaria de Educação, que solicita auxílio da Secretaria de Agricultura, empresa de assistência técnica rural e dos sindicatos rurais para isso. Após esse mapeamento a prefeitura deve realizar a Chamada Pública, onde são delimitados os alimentos solicitados para a merenda escolar e a quantidade. Através também das associações e cooperativas, os produtores familiares formalizam a intenção de vender os produtos necessários. Nesta política também é necessária a DAP. O limite por DAP da venda de produtos é de 9 mil reais por ano. Os preços do produto podem ter como base o preço praticado no PAA e quando não há essa base, é feito uma média no comércio varejista local e regional.

Por ser outra política que elimina o atravessador, promovendo a compra direta e coloca a agricultura familiar como importante para a aquisição de alimento, tem um potencial parecido com o PAA de promover a autonomia dos camponeses. Porém, apresenta mais problemas que o PAA e acessada por menos famílias. A principal reclamação são sobre as chamadas públicas das prefeituras. A maioria das chamadas fazem exigências de caráter restritivo, ou seja, são chamadas que,

segundo os camponeses, intencionalmente são feitas para não serem atendidas pela agricultura camponesa. Chegaram a citar que prefeituras da região de Promissão pediam, por exemplo, pêssego em calda, mandioca descascada, cortada e embalada à vácuo, entre outros, o que representa produtos com um beneficiamento somente possível com agroindústria. São chamadas que dificultam o acesso dos camponeses na atualidade. Segundo os camponeses, como a agricultura familiar não consegue atender essas demandas, a prefeitura é permitida a adquirir os alimentos de outra forma, normalmente com empresas que comprem os alimentos dos produtores, a preços baixos, ou seja, é a figura do atravessador, e beneficiam. Os camponeses denunciam também a falta de conhecimento da agricultura camponesa pelos nutricionistas das prefeituras, que participam da elaboração das chamadas, muitas vezes essa falta de conhecimento vem do preconceito contra assentados da reforma agrária.

Outra dificuldade citada é que, diferentemente do PAA, a maioria das chamadas obriga o produtor a entregar os produtos direto nas escolas, logo pela manhã e deve ser realizada num horário definido. Ou seja, como a merenda deve estar pronta na hora do intervalo, que é praticamente o mesmo horário para todas as escolas, o produto deve se desdobrar para conseguir atender essa exigência. Além disso, deve possuir meio de transporte próprio, que caiba os produtos, pagando combustível com recursos próprios. Para o PAA a produção é concentrada num local em comum, nos territórios pesquisados essa concentração ocorre na casa do presidente das associações, por exemplo, e um representante da CONAB recolhe os produtos nesse local.

Para Silva e Pedon (2015), a política vem fomentando a organização coletiva dos camponeses e sua inserção no mercado, mas essa inserção se dá sem a subordinação ao atravessador. A grande pressão dos camponeses nas prefeituras, através das manifestações, tem sido no sentido de aperfeiçoar essas chamadas para o PNAE. Mesmo com todas essas dificuldades, algumas associações têm conseguido acessar a política, mas poderia ter um potencial como o PAA.

De forma geral, essas foram as políticas encontradas nos territórios camponeses pesquisados. São políticas que envolvem o crédito, produção, infraestrutura, educação e saúde. Na nossa leitura, as reivindicações dos camponeses ao longo dos anos de recorte desta pesquisa por políticas públicas

buscaram superar a visão de desenvolvimento somente do ponto de vista econômico. São necessárias um conjunto de políticas que possam desenvolver outras dimensões dos territórios. A dimensão econômica é importante, e o PAA e o PNAE foram elogiadas pelos camponeses e por nossas referências teóricas, mas é preciso que o desenvolvimento da dimensão econômica seja realizado junto com a dimensão social, com condições dignas de vida, da dimensão política, incentivando o trabalho coletivo como tendo maior potencial para o sucesso e para a reivindicação de melhorias, a dimensão cultural, trazendo os camponeses como sujeitos centrais das preocupações das políticas, o que não acontecia da década de 90 para trás, da dimensão ambiental, com políticas que promovam uma agricultura sem utilização de agrotóxico, sem exploração intensiva do solo e utilização de grandes áreas, enfim.

Como destacou um dos camponeses entrevistados na Gleba XV:

Só existe políticas públicas pros assentamentos porque tem alguém que 'chora', que grita, que reivindica, que ocupa...Se não eles ficam enrolando, enrolando, enrolando...até onde dá! Fica de reunião em reunião....Então tem que ter luta pra conseguir políticas públicas.

De fato a pesquisa comprovou isso. A organização dos movimentos do campo é a grande responsável pelo conjunto de políticas hoje existentes. As entrevistas nos dois assentamentos revelaram que há muita demanda ainda, como: lazer para as crianças, jovens e adultos, com a construção de parques e academias laborais ao ar livre nos assentamentos, atividades culturais, internet de qualidade etc. É uma luta incessante, que só a organização dos camponeses pode dar conta. Uma das camponesas entrevistadas no Reunidas destaca a possibilidade de estar reivindicando e negociando com o governo federal essas demandas. Segundo ela,

No governo Fernando Henrique não conseguíamos negociar nada [...] Falta muita coisa. A gente tem abertura pra conversar [...] A mudança do governo federal do PT se alargou o processo de conversação, mas o processo é muito moroso.

Nós, como estudiosos da questão agrária, seguimos acompanhando esse “processo de conversação”. Esta pesquisa foi um início de um acompanhamento do desenvolvimento das políticas públicas e dos territórios camponeses não somente via Estado, mas sim através dos conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que de fato as manifestações foram os principais meios para os movimentos socioterritoriais reivindicarem e conseguirem políticas públicas para os seus territórios que atendessem suas necessidades, promovendo assim o seu desenvolvimento. Os assentamentos pesquisados são da década de 80 e percebemos na pesquisa que as políticas públicas para os territórios camponeses foram surgindo em meados da década de 90 e grande parte nos anos 2000, o que mostra que o conflito e a territorialização do campesinato é que fez o Estado vê-los.

A leitura paradigmática, ou da disputa entre paradigmas de desenvolvimento para o campo, permitiu que analisássemos as políticas em execução do ponto de vista da subordinação do camponês, que no PCA pode ser traduzido em integração, e da autonomia e emancipação, lendo sob a ótica do PQA. As entrevistas de campo, que priorizaram assentados que estão desde o início dos assentamentos permitiram captar o movimento da implementação de diversas políticas públicas nesses territórios ao longo dos anos.

O PAA e o PNAE, políticas que estão sendo mais acessadas pelos camponeses, vem promovendo a diversificação da produção, a formação e organização de associação e cooperativas incentivando o trabalho coletivo, que tem o potencial de ao mesmo tempo desenvolver a dimensão política e social dos assentados, a partir do momento que mantem relações sociais de trabalho coletivo e juntos buscam disputar o Estado e acessar as políticas e editais disponíveis. A estrutura que vem se criando a reboque, como formação de cooperativas e associações, vem capacitando os assentados em direção à sua autonomia, sua inserção num mercado, mas de uma forma diferente à capitalista, fomentando uma proposta diferente de acordo com sua vivência enquanto camponeses. Num contexto de envelhecimento da população do assentamento, as políticas públicas funcionando nos territórios tem o potencial de convencer os jovens a darem seguimento ao trabalho dos pais e avós.

De acordo com as reivindicações do nosso banco de dados e a pesquisa de campo, as demandas dos camponeses em seus territórios foram sendo atendidas em sua maioria ao longo desses anos. O que as entrevistas revelaram é que as políticas existentes apresentam limites, dificuldades, burocracia e a luta dos camponeses será para que os limites sejam superados, como o aumento na cota

máxima do PAA, hoje em 8 mil reais por DAP, editais menos burocráticos do PNAE e PPAIS, mais cursos de qualificação para os assentados desenvolverem as cooperativas e associações e a luta de sempre por uma melhor assistência técnica, por exemplo.

As entrevistas de campo foram fundamentais para que, através das memórias dos camponeses, que realizaram diversas ações de manifestações em conjunto, entendêssemos como foi fundamental seu protagonismo na colocação de suas demandas como pautas a serem atendidas pelo Estado e a concretização dessas pautas em políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios. É uma luta incessante para que o PQA seja evidenciado, ou seja, é uma disputa pelo Estado para que as políticas sejam expandidas e que sejam criadas novas.

A oportunidade de cursar um programa de pós-graduação de mestrado acadêmico interdisciplinar, tendo como área de concentração a mudança social e a participação política, favoreceu na qualificação de uma pesquisa que realizamos desde a graduação. Docentes da área de gestão de políticas públicas, por exemplo, facilitaram o aprofundamento e o início de um entendimento no diz respeito a relação entre as manifestações, reivindicações e políticas públicas. O que trazemos nessa pesquisa são relações mais gerais entre reivindicações e as políticas públicas para os territórios camponeses, mas foi um ponto de partida para analisar essas políticas pelos dados de manifestações de nosso banco de dados, ou seja, uma proposta de contar a história de desenvolvimento territorial por outro lado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ANTONIO, Armando Pereira. **Movimento social e organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado**: os exemplos da Alta Sorocabana no período 1960 -1990. Tese. (Doutorado em Geografia). Depto. de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

ARENDT, Hannah. **O que é política**. Organização: Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C. Varriale. Organização: João Ferreira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 16 nov. 2013.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAIXA, Caixa Econômica Federal. **Programa Nacional de Habitação Rural**. Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. (Tese). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2014.

CAMPOS, Janaina Francisco de Souza. **Leitura dos territórios paradigmáticos da geografia agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. (Tese). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

CANUTO, Antonio. Os movimento sociais em ação no campo. In: CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2009**. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et. al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas, e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CONAB. **Histórico CONAB**. (2015) Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php?a=11&t=1>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

CONAB. **O que é o PAA?** (2014) Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2007**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **São Paulo Agrário**: disputas territoriais entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012a. 261p.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. Agronegócio procura regiões vulneráveis para se desenvolver. In: **Instituto Humanitas Unisinos**. Entrevista, out. 2012b. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/514156-agronegocio-procura-regioes-vulneraveis-para-se-desenvolver-entrevista-especial-com-tiago-cubas>>. Acesso em: 10 out. 2012.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **The inception**: A indissociabilidade e a significância dos territórios material e imaterial. GeoGraphos. Revista Digital para Estudantes de Geografia y Ciências Sociales, 2011. Disponível em: <<http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/articulos/2011-cubas.pdf?noCache=1316269903074>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

DAGNINO, R. Metodologia de análise de políticas públicas. In: DAGNINO, R. et al. **Gestão estratégica da inovação**: metodologias para análise e implementação. Taubaté: Cabral Universitária, 2002.

ELETROBRAS. **Programa Luz Para Todos**. Disponível em: <<http://www.eletrobras.com/elb/data/Pages/LUMIS32AB99AAPTBRIE.htm>>. Acesso em: 17 mai. 2014.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa**: terras (re)tomadas (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). Tese (doutorado), FFLCH, USP, 2009. 575 p.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Camponeses/Agricultores Familiares**: Paradigmas em questão. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2010.

FELICIO, Munir Jorge. **O território imaterial do campesinato**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 18-32, fev., 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo. Dissertação (mestrado), FFLCH, USP, 1994. 207 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma Agrária e modernização no campo. In: **Terra Livre-AGB**. São Paulo, n. 11-12. 1993.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 – 1999). Tese (doutorado), FFLCH, USP, 1999. 316 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Editor) **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos, p. 197-215. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. v.1-2. Presidente Prudente: [s.n], 2013b.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1960.

FONTE, Eliane M. Monteiro da. As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre; SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO e Eliseu Savério (org). **Territórios e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste. 2004b.

_____. **Território Alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, 2006.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli; ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira; REZENDE, Simone; RIBEIRO, Suzana. **Vozes da terra**: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo. São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

JORGE, Wirley Jerson; SOUZA, Jose Gilberto. O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA. In: SOUZA, Jose Gilberto; JORGE, Wirley Jerson; GEBARA, Jose Jorge. **Reforma Agrária e Crédito Agrícola**: os resultados de assentamentos rurais frente à inépta Política de Crédito para a Reforma Agrária no Brasil (PROCERA). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

KUHN, Thomas Samuel. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a disputa territorial em torno da luta pela/na terra no Pontal do Paranapanema**. Monografia (bacharelado-Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2013

LEITE, José Ferrari. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1a edição. São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, Sérgio Pereira. Assentamento rural. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MARQUES, Rui Manuel B.S., CARMO, José do and RIBEIRO, Fernando Selles. A universalização do atendimento no campo gerando um problema de exclusão social.. In: **ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL**, 6., 2006, Campinas. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022006000100004&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: 1981.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater: Versão Final: 25/05/2004, 2004.

MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. (2014). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especificos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especifico>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans**. Paris: SEDEIS, 1967; rédition, Arles, Actes

Sud, coll. Babel, 1992.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004.

MOLINA, Clarice A.; JESUS, Sonia M. S. A. de. Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. (orgs.). **Memória e história do Pronera**: contribuições para a educação do campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MOURA, Daise Jesus; VICTOR, Fabiana Borges; CLÉPS JÚNIOR, João. As ações políticas dos movimentos sociais do campo em Minas Gerais: manifestações da luta pela terra e seus desdobramentos. In: **Anais**: XVII Encontro Nacional de Geógrafos: entre escalas, poderes, ações, Geografias. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

NERA. **Relatório DATALUTA São Paulo 2011**. Presidente Prudente, NERA, 2012.

NOGUEIRA, M. A; GIOVANNI, G. Di. **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: Fundap/Imprensa Oficial Sp, 2012.

ORIGUELA, Camila. Ferracini. **Paradigma e metodologias da questão agrária**: uma análise das ocupações de terras no Brasil com ênfase para o Pontal do Paranapanema-SP. Monografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011. 98p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 11, 1994, Rio Claro. **Cadernos...**Rio Claro, IGCE/UNESP, 1994. p. 24-51.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo. Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAZZINI, Luiz Henrique Alves, RIBEIRO, Fernando Selles, KURAHASSI, Luiz Fernando et al. Luz para todos no campo: a universalização do atendimento de energia elétrica na zona rural brasileira.. In: **ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL**, 4., 2002, Campinas. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000022002000200019&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 08 jun. 2015.

PEIXOTO, Marcus. **A assistência técnica e extensão rural e a Política agrícola: crise e mudança**. Disponível em: <
<http://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-iv-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-estado-e-economia-em-vinte-anos-de-mudancas/politica-urbana-agricola-e-fundiaria-a-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-e-politica-agricola-crise-e-mudanca>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

PEREIRA, Danilo Valentin. **Um estudo sobre as tipologias de manifestações do campo no estado de São Paulo no período de 2000 a 2011**. Monografia. UNESP, Presidente Prudente, 2012.

PEREIRA, Danilo Valentin; SOUZA, Rubens Santos Romão; FERNANDES, Bernardo Mançano. Jornada de Lutas: marchas tangenciadas. In: **Boletim DATALUTA**. Presidente Prudente, maio de 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terras. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). Editora Expressão Popular, 2012.

ROCHA, Herivelto. **Produção territorial das reformas agrárias no Brasil** (dissertação). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Departamento de Geografia da FCT-Unesp. Presidente Prudente, SP, 2013.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Rev. Katálisis** [online]. 2010, vol.13, n.2, pp. 260-269.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre; SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO e Eliseu Savério (org). **Territórios e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste. 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo. Edusp. 2008.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais**. Florianópolis: Editora UFSC, 1987.

SILVA, Anderson Antonio; FERNANDES, Bernardo Mançano. Manifestações: A arte de fazer política fazendo manifestações, ocupações e acampamentos no Brasil

de 2007. In **Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

SILVA, Arthur Boscariol da; PEDON, Nelson Rodrigo. Reprodução do campesinato através do políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos – SP. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 18, n. 26 – Edição Especial, 2015. p. 92-109.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 1999.

SOUSA, Maria Fátima de. O Programa Saúde da Família no Brasil: análise do acesso à atenção básica. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, 2008. Mar-abr; p. 153-158.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006. p. 20-45.

SOUZA, Jose Gilberto; JORGE, Wirley Jerson; GEBARA, Jose Jorge. Uma proposta de investigação para o PROCERA. In: SOUZA, Jose Gilberto; JORGE, Wirley Jerson; GEBARA, Jose Jorge. **Reforma Agrária e Crédito Agrícola: os resultados de assentamentos rurais frente à inépta Política de Crédito para a Reforma Agrária no Brasil (PROCERA)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SHANIN, Teodor. **La Classe Incomoda: Sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925)**. Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial 1983.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Prefácio. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**, p. 7-9. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

STEDILE, João Pedro. Camponeses e indígenas estão se mexendo. In: **Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2005**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2006.

STEDILE, João Pedro. **O MST e a ocupação de terras**. 7 de abril de 2010. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/9438>>. Acesso em: 14 abr. de 2010.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Tradução Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Gerson. Reflexões sobre políticas para uma nova inserção da agricultura familiar e camponesa. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <vip_danilo@hotmail.com> em 07 jan. 2015.

TILLY, C; WOOD. **Los Movimientos Sociales: 1768 a 2008 - desde sus orígenes a Facebook**. Barcelona: Editorial Crítica, 2010.

VINHA, Janaina F. S. C.; SCHIAVINATTO, Monica. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 18, n. 26 – Edição Especial, 2015. pp. 183-203.

WELCH, Clifford Andrew. Manifestações - 2004. In: **Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2004**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005.

WOLF, Eric R. **As guerras camponesas do século XX**. Tradução: Iolanda Toledo. São Paulo: Global, 1984.